

História do povo brasileiro

História do povo brasileiro **LUIGI BIONDI E EDILENE TOLEDO** *História do povo brasileiro*

Uma revolta urbana

A greve geral de 1917 em São Paulo



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Rua dos Pinheiros

Em meio à mitologia em torno da Greve Geral de 1917 em São Paulo, o livro de Luigi Biondi e Edilene Toledo apresenta uma interpretação nova e equilibrada. Ao utilizar fontes até agora inexploradas, os autores estabelecem uma cronologia clara dos fatos e desenvolvem uma abordagem que coloca no centro da análise a importância das organizações que a classe trabalhadora da época construiu para defender seus interesses nos acontecimentos de 1917.

A interpretação é abrangente e inclui atenção considerável ao papel das mulheres na greve e à capacidade da classe trabalhadora de superar suas divisões étnicas para enfrentar o poder do Estado e dos patrões. Além do mais, os autores mostram as nuances políticas entre os militantes e relativizam o papel do anarquismo nos eventos de 1917, esclarecendo a importância de outras correntes, como o socialismo e o sindicalismo revolucionário, entre os líderes da greve. Apresentam também biografias intrigantes dos principais militantes.

Enfim, eis aqui um livro equilibrado e inovador que ajuda a elucidar o significado de um dos acontecimentos mais obscuros da história do período.

MICHAEL HALL

Departamento de História, Unicamp



Edilene Toledo é doutora em História Social pela Unicamp e docente do Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo. Suas pesquisas concentram-se na área de História do Brasil republicano, principalmente nos temas: anarquismo, sindicalismo, corporativismo, movimentos sociais, trabalho, migrações nacionais e internacionais e transnacionalidade. É autora dos livros Travessias Revolucionárias - Ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945). Editora da Unicamp, 2004 e Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário - Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, além de vários artigos e capítulos de livro.



Luigi Biondi é doutor em história social pela Unicamp e professor de história contemporânea na Unifesp. Seus estudos se concentram na história das migrações internacionais e do movimento operário. É autor de diversas obras sobre o assunto, entre as quais o livro Classe e nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920, Editora da Unicamp, 2011. É torcedor do Roma.

***UMA REVOLTA URBANA: A GREVE GERAL
DE 1917 EM SÃO PAULO***

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B615r Biondi, Luigi; Toledo, Edilene.
 Uma revolta urbana : a greve geral de 1917 em São Paulo / Luigi Biondi e Edilene Toledo. – São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2018.
 144 p. : il. ; 24 cm. – (História do povo brasileiro ; 2)

 Inclui bibliografia e glossário.
 ISBN 978-85-5708-098-0

 1. Greve - São Paulo (Estado). 2. Trabalho - São Paulo (Estado) - História. 3.
Trabalhadores - História. I. Toledo, Edilene. II. Título. III. Série.

CDU 331.109.321(815.6)(091)
CDD 331.8928161

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

Aos nossos amados Anita e Stefano

História do povo brasileiro

LUIGI BIONDI E EDILENE TOLEDO

Uma Revolta Urbana

A greve geral de 1917 em São Paulo

São Paulo, 2018



Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Marcio Pochmann (Presidente)
Artur Henrique da Silva Santos (Diretor)
Isabel dos Anjos Leandro (Diretora)
Joaquim Calheiros Soriano (Diretor)
Rosana Ramos (Diretora)

Equipe editorial Fundação Perseu Abramo Coordenação Editorial

Rogério Chaves

Assistente Editorial

Raquel Maria da Costa

CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Coordenadora

Luana Soncini

Conselho de História

Adriano Luís Duarte, Alexandre Fortes, Heloísa Maria Murgel Starling, Jean Tible, John D. French, Lincoln Secco,
Luigi Biondi, Maria Victória Benevides, Patrícia Valim, Paulo Fontes, Pere Petit, Sérgio Armando Diniz Guerra

Coordenação da Coleção

Isabel dos Anjos Leandro e Luana Soncini

Equipe Editorial

Luana Soncini e Vanessa Xavier Nadotti

Capa, projeto gráfico e editoração

Caco Bisol

Imagem de Capa

Operários na Greve de 1917. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo

Pesquisa Iconográfica

Luigi Biondi e Edilene Toledo

Revisão

Cláudia Andreotti
Elaine Andreotti

Uma revolta urbana: a Greve Geral de 1917 em São Paulo

Copyright © 2018 by Luíbi Biondi e Edilene Toledo

ISBN: 978-85-5708-098-0

1ª Edição: junho de 2018

Todos os direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234

04117-091 – São Paulo – SP – Brasil

Telefone: (11) 5571-4299

Todos os esforços foram feitos para determinar a origem das fotos usadas nesta obra. Nem sempre isso foi possível. Teremos prazer em creditar as fontes caso se manifestem.

Sumário

<i>Prefácio</i>	11
<i>Introdução: uma cidade rebelde</i>	13
<i>A formação da classe trabalhadora em São Paulo</i>	19
São Paulo cidade industrial	19
As tendências políticas e o movimento operário em São Paulo	23
Anarquistas	25
Socialistas	30
A ação direta e o Sindicalismo Revolucionário	36
A Federação Operária de São Paulo	38
1907: a primeira greve geral de São Paulo	42
<i>A Greve Geral de 1917</i>	45
Origens da greve: Trabalhadores em tempos de guerra	45
O histórico: paralisação, greve geral, revolta e embates	53
O comitê da imprensa	63
As reivindicações dos trabalhadores: conjuntura e sentido histórico	65
<i>Continuidades e rupturas: reflexões sobre a greve geral</i>	83
A greve geral na historiografia	83
A dinâmica da greve: lutas dos trabalhadores, grupos políticos e sindicalismo	87

Era a época de revolução na Rússia	95
Operárias avante!	97
A classe falou mais alto: etnicidade e identidades nacionais na greve geral	99
A questão social, os empresários e o Estado	102
A repressão ao movimento de 1917	106
Conclusão	113
 <i>Biografias</i>	 115
 <i>Notas</i>	 123
 <i>Referências bibliográficas</i>	 133
 <i>Glossário</i>	 139

“No período em que o governo de São Paulo e a sua polícia destacaram-se pela profunda adversão às sagradas reivindicações das classes proletárias (...) A epocha em que ainda prevalecia a asserção inominável de que ‘A questão operaria é uma questão de polícia’. Para aquela ‘saúdosa gente’ era mais perigosa uma declaração de greve, do que a irrupção de um movimento contra as instituições da República”.

(Trechos do recurso de 1933 do advogado Angelo Estevam Giusti para o cancelamento do prontuário político do socialista Fosco Pardini do arquivo da delegacia geral de São Paulo)¹.

Prefácio

Em 2017 ocorreu o centenário da greve geral de 1917 em São Paulo. Em torno da data foram organizados alguns eventos, em parte, eclipsados por outro centenário, o da Revolução Russa. Este último centenário superou em muito a rememoração da greve geral, no número de eventos realizados em torno dele e no número de publicações relativas ao tema. Isso bastaria para justificar a relevância do lançamento de um livro sobre a greve geral de 1917 em São Paulo, um acontecimento impar tanto na história da cidade, quanto na do país. Entretanto, há bem mais do que isso para assinalar da importância deste livro.

Para começar Edilene Toledo e Luigi Biondi, ambos professores do Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), são individualmente autores de dois dos mais importantes livros sobre a história do trabalho no Brasil das últimas décadas, respectivamente *Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália, 1890-1945* (2004) e *Classe e nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920* (2011). Essas obras são essenciais para a compreensão da complexidade da relação entre imigrantes italianos e militância político/sindical na cidade de São Paulo. Por meio dessas obras e de outros textos os autores passaram a figurar reconhecidamente entre os

principais especialistas da história do trabalho, transformando-se em referência obrigatória para outros pesquisadores desse campo.

Neste novo livro, os autores demonstram particular preocupação em fornecer elementos ao leitor para melhor compreensão do significado da greve geral de 1917 em São Paulo, situando o episódio na conjuntura particular daquele momento de ebulição global de fins da Primeira Guerra Mundial, de greves estourando em várias partes do mundo, de processos revolucionários em curso como na Rússia, mas também ao situar o episódio nos processos de mais longa duração em virtude das características da formação da classe operária paulista, das formas de organização por ela adotadas e das correntes ideológicas que a dividiam. Desse modo, se não falta um relato detalhado da greve geral, ele vem acompanhado do processo de reestruturação do movimento operário e de mobilização que antecedem o movimento de junho-julho de 1917, assim como da sua sequência na organização dos trabalhadores.

O livro não se limita, ainda, à análise da greve, seus antecedentes e seus impactos de mais longo termo, traz também uma exposição pormenorizada do debate historiográfico em torno do tema, desde autores clássicos às contribuições mais recentes. De outra parte, os autores não se furtam em oferecer sua própria interpretação da greve geral enfatizando aspectos tais como: a multiplicidade de fatores que conduzem à eclosão e à ampliação do movimento; a confluência de diversas correntes ideológicas; o protagonismo feminino no setor têxtil que dá início ao movimento; a suplantação no movimento das identidades étnicas em disputa por uma identidade comum de classe; e, dando particular ênfase ao fato de ser um movimento surgido dos próprios trabalhadores.

Passados 100 anos da greve geral nos damos conta que muitas das bandeiras daquele movimento, como por exemplo a limitação da jornada de trabalho e a necessidade de normas sobre as condições de trabalho, voltam a sofrer novas ameaças e nesse sentido a atualidade do movimento se manifesta. Este livro nos ensina sobre o movimento, mas também nos ajuda a entender a gravidade do momento em que vivemos.

Claudio H. M. Batalha

Introdução: uma cidade rebelde

Em julho de 1917, uma greve de enormes proporções – envolvendo mais de cinquenta mil trabalhadores, homens e mulheres, adultos e menores, contando com a solidariedade e a contribuição de milhares de outros cidadãos – paralisou São Paulo e transformou a cidade no palco de uma verdadeira revolta urbana, na ação mais intensa do movimento operário brasileiro até então.

As grandes fábricas, as oficinas, o comércio, o transporte não funcionavam mais: greve geral! Trabalho paralisado, com grande parte da população manifestando seu descontentamento nas ruas e nas praças, onde se aglomerava em comícios, protestos, manifestações desde os bairros operários até o centro, onde convergiam os principais cortejos.

Foi em 11 de julho – um dia frio, de intensa garoa – que ocorreu o momento mais intenso e envolvente. Uma manifestação que percorreu a cidade inteira, do Brás até o Cemitério do Araçá, na qual mais de 10.000 pessoas acompanharam a derradeira saudação ao operário anarquista José Gimenez Martinez, assassinado no dia anterior. Naquela manhã, por volta das 7 horas, centenas de trabalhadores se encontraram na frente da porta da casa dos Martinez, na rua Caetano Pinto n. 91, no Brás. Os Martinez eram imigrantes espanhóis que haviam chegado em

São Paulo no começo do ano. José, único responsável pelo sustento da família, trabalhava na fábrica de calçados Bebê e desde a sua chegada integrava o grupo anarquista Jovens Incansáveis. Foi morto com um tiro certeiro no dia 10 de julho, durante um embate com o 2º batalhão da Força Pública na frente da Fábrica Mariangela, um grande estabelecimento têxtil de propriedade de Francesco Matarazzo – que já na época estava em franca ascensão, rumo a se tornar o dono do principal grupo industrial brasileiro.

Desde o dia 9 de julho, a greve, até então restrita a algumas empresas, estava se transformado num movimento paredista generalizado, uma verdadeira greve geral, com tentativas de ocupação de fábricas por parte de grupos de trabalhadores e militantes. Foi em uma dessas ações que Martinez foi baleado, quando um soldado da Força Pública, talvez o capitão Pamphilio Marmo ou o cabo Norberto Augusto, disparou voluntariamente em direção ao grupo de grevistas².

O cortejo fúnebre de Martinez, no dia 11, partiu encabeçado por uma comissão feminina e por duas bandeiras. As imagens que registram este cortejo, fotografias em preto e branco, parecem indicar que as bandeiras empunhadas são pretas ou talvez uma preta e uma vermelha. Foram incorporadas assim na memória e na história do movimento operário brasileiro, como síntese simbólica entre anarquismo (representado pela cor preta), socialismo (pela cor vermelha) e sindicalismo revolucionário (que usava ambas as cores e mais tarde as fundiu em uma bandeira encarnada e preta). Tratava-se, no entanto, de duas bandeiras vermelhas listadas de preto, representando o luto, que haviam sido fornecidas por sociedades operárias espanholas³.

Após uma longa negociação com o 3º delegado auxiliar Arthur Rudge Ramos para poder atravessar o centro, os manifestantes obtiveram somente a concessão para fazer uma parada na praça da Sé e seguir por vias laterais até o Largo do Piques. No início da caminhada para o centro, eram quase quatro mil pessoas mobilizadas. Na avenida Rangel Pestana já eram sete mil. O delegado precedia o cortejo, e soldados da Guarda Cívica cercavam a manifestação na sua metade e no fim. O funeral seguiu pela ladeira do Carmo e pela rua da Fundição. Quando chegou na praça da Sé, todas as saídas eram controladas pela cavalaria.

Assim, iniciou uma nova negociação, com sucesso, para passar na rua XV de Novembro. O cortejo parou então na frente da Câmara Italiana de Comércio, para pressionar os empresários, e um grupo se dirigiu à Central de Polícia para

falar com o delegado geral Thyrso Martins a fim de liberar o militante russo Nalipinsky (que só foi liberado após o enterro). O cortejo parou por meia hora.

Depois, já alcançando o número de mais de dez mil participantes, o cortejo foi em direção ao cemitério do Araçá, seguindo pela rua São Bento, viaduto do Chá, rua Barão de Itapetininga, praça da República, rua Ipiranga, rua da Consolação e, finalmente, chegando na avenida Rebouças.

O féretro foi deposto na frente da capela mortuária e, como planejado, começaram os discursos comemorativos, num momento de contrição, tristeza e forte tensão, enquanto a greve ainda continuava.

Como já era tradição nas manifestações de trabalhadores em São Paulo desde o fim do século XIX, os discursos foram proferidos atendendo à caracterização multiétnica da população paulistana e aos principais grupos nacionais que formavam o proletariado urbano. Iniciou em português com Francisco Azevedo Lamônico; seguido pelo discurso em espanhol do operário José Fernandes, representando a Liga Operária da Mooca; concluído pelo sindicalista socialista Teodoro Monicelli, também diretor do jornal socialista *Avanti!*, em italiano; e, finalmente, de novo em português, pelo anarquista Edgard Leuenroth, também diretor do *A Plebe*, um dos mais importantes jornais anarquistas, surgido no contexto da greve. Monicelli e Leuenroth falaram em nome do Comitê de Defesa Proletária, a organização que estava coordenando a greve geral.

Monicelli salientou a necessidade de levar a luta até alcançar um posicionamento do governo em prol de uma política social, não mais um governo distante das necessidades dos trabalhadores, mas voltado para resolver os desequilíbrios sociais. O pedido de políticas públicas:

Não basta pedir aos empresários que sejam aumentados os salários [...] precisa induzir o governo e o poder municipal a pôr um freio à crescente injustiça dos açambarcadores de gêneros alimentares. Porque aquele 20% que hoje se poderá obter dos industriais, poderá ser tirado amanhã pelos comerciantes. Agora que estamos lutando nas praças, devemos continuar até que esse terrível estado de perigo do contínuo aumento dos preços dos bens de primeira necessidade, seja afastado para sempre⁴.

Voltando do cemitério, os trabalhadores se agruparam na praça da Sé, onde os operários têxteis da fábrica Penteado já esperavam pela chegada do cortejo. Novos discursos e comícios foram realizados na praça cheia, terminando por volta das 15:30, quando a maioria dos trabalhadores voltou para o Brás. A greve só foi aumentando nos dias seguintes, junto com outros embates de rua.

A Greve Geral de 1917 teve suas raízes no bairro da Mooca, na zona leste de São Paulo, no Cotonifício Crespi, no dia 8 de junho de 1917 – uma das tantas paralisações pontuais e setoriais que estavam ocorrendo com frequência cada vez maior desde 1915. Já em maio de 1917, porém, greves haviam eclodido em diversas oficinas e fábricas da cidade.

Dessa vez, a greve da Crespi foi só o início de um movimento que tomaria enormes proporções nas semanas que se seguiram, atingindo seu auge nas primeiras semanas do mês de julho de 1917, quando o movimento paredista se transformou em uma greve geral, com aspectos difusos de resistência e revolta urbana.

Essa transformação, de greve localizada para greve geral e revolta, aconteceu por uma série de fatores que atuaram em conjunto: a extrema deterioração dos salários e das condições de trabalho; a inflação; a reação inflexível da maioria dos empresários; e a violência repressiva do Estado às redes organizativas dos grupos políticos anarquistas e socialistas e dos sindicatos existentes.

Quem foram os protagonistas e as dezenas de milhares de trabalhadores que decidiram cruzar os braços e tomar os espaços da cidade para protestar e reivindicar? Que razões mobilizaram tantos trabalhadores e trabalhadoras, até mesmo crianças, a realizarem um movimento tão amplo e espetacular? Agiram espontaneamente, movidos pelos sofrimentos provocados pelas duras condições de vida e de trabalho? Ou teria sido o auge de muitos anos de organização do movimento operário na cidade, em suas diferentes tendências políticas? Foi uma tentativa de insurreição? Como esses movimentos foram iniciados e como se desenvolveram? Qual foi o papel dos grupos políticos que formaram o Comitê de Defesa Proletária, que tomou a liderança da greve e representou os milhares de trabalhadores nas negociações?

Conquistas importantes, ainda que temporárias, foram alcançadas, mas a repressão estatal ao movimento foi brutal, e causou a morte de muitos trabalhadores – cerca de duzentos –, sepultados na calada da noite pela polícia em valas

comuns no cemitério do Araçá. Muitas mais foram as vítimas de: ferimentos, demissão, despejo, controle cotidiano policial e empresarial, e deportação nos meses seguintes.

Essa greve e outros movimentos que a acompanharam foram um capítulo importante na história da formação dos trabalhadores como sujeitos políticos e da edificação, ainda inconclusa, da cidadania no Brasil.

A formação da classe trabalhadora em São Paulo

São Paulo, cidade industrial

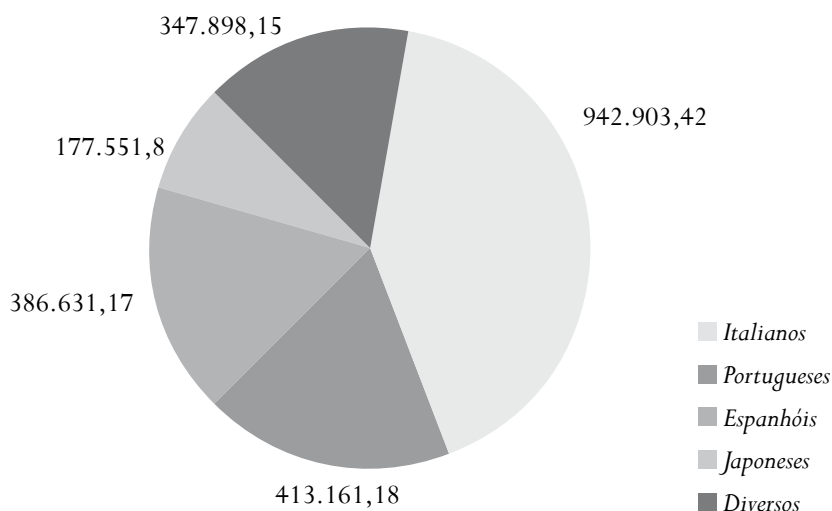
A cidade de São Paulo iniciou seu processo de metropolização na década de 1890, quase uma refundação da cidade. Registra-se um crescimento populacional vertiginoso, saltando de cinquenta mil habitantes nesse período para quinhentos mil até 1917. No ano de 1890, era somente a quinta cidade maior em população, perdendo para a capital, Rio de Janeiro (com mais de setecentos mil habitantes), e também para Recife, Salvador e Belém. Em 1900, a cidade de São Paulo já tinha cerca de duzentos e cinquenta mil habitantes, um aumento de 400% em uma década! A maioria dos recém-chegados era formada por imigrantes.

Alguns imigrantes vieram para a cidade de São Paulo diretamente de seus países de origem, mas a maioria vinha fugindo das péssimas condições encontradas nas fazendas de café do chamado Oeste Paulista. Esse grande influxo de migrantes vindos do interior do estado de São Paulo para a capital, formado, sobretudo, por imigrantes europeus, fez com que em 1917 – no ano da greve – a cidade de São Paulo tivesse quase quinhentos mil habitantes.

A imigração ocorreu mais intensamente no período que vai de 1880 a 1914, conhecido como o período da Grande Imigração. Os fazendeiros de São

Paulo conseguiram que essa imigração fosse subsidiada pelo Estado, com o argumento de que os interesses do café, o principal produto de agroexportação do país, se confundiam com os interesses do Brasil. Essa política imigratória promoveu a vinda de muito mais trabalhadores do que as fazendas necessitavam e muito desse excedente de trabalhadores seria empregado nas indústrias e outros trabalhos urbanos⁵. Muitos desses imigrantes vieram para a cidade de São Paulo, o que fez dela um lugar multicultural, uma das cidades com maior diversidade étnica do mundo.

ENTRADA DE IMIGRANTES ESTRANGEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO POR NACIONALIDADE, 1827-1936⁶.



É importante dizer que para o período que nos interessa, antes de 1917, as porcentagens de italianos, portugueses e espanhóis devem ser aumentadas, porque algumas nacionalidades – como japoneses, alemães e poloneses – entraram massivamente no estado somente após 1920, enquanto os italianos e os espanhóis quase exclusivamente antes de 1907.

TABELA 1: SÃO PAULO — POPULAÇÃO TOTAL E ITALIANOS⁹

Ano	População total	Italianos	%
1886	48.000	5.717	11,9
1893	130.775	44.854	34,2
1900	~240.000	~90.000	37,5
1905	~300.000	~150.000	50,0
1910	~375.000	~130.000	34,6
1916	506.622	187.450	36,9
1920	~580.000	91.544	15,7

A cidade de São Paulo, em 1893, já tinha 54,6% de sua população composta por estrangeiros. Em 1920, na população paulistana acima de 15 anos, os estrangeiros (188.000) eram mais numerosos que os brasileiros (187.000)⁸.

Em poucos anos, aproximadamente entre 1892 e 1900, os imigrantes foram constituindo a maioria dos trabalhadores nos centros urbanos do estado de São Paulo e, principalmente, na capital. Imigrante estrangeiro era, na São Paulo daquela época, sinônimo de trabalhador manual.

Os italianos podiam ser encontrados em todos os ofícios, com particular concentração nas oficinas e nas fábricas¹⁰. Em 1912, operárias e operários italianos constituíam cerca de 65% dos trabalhadores empregados no setor têxtil no estado de São Paulo, na época o principal setor industrial¹¹. Essa porcentagem pode ser aumentada, possivelmente, ao considerar que muitos menores de 16 anos empregados nas fábricas têxteis eram filhos de imigrantes estrangeiros, já nascidos no Brasil. Trabalhadores têxteis de origem italiana formaram a maioria dos operários desse setor desde a década de 1890, alguns já com experiências de greves na Itália¹². No setor da construção, que também empregava milhares de trabalhadores, os italianos constituíam quatro quintos dos pedreiros e carpinteiros na cidade de São Paulo em 1913¹³. Os portugueses, por sua vez, estavam mais presentes entre os trabalhadores qualificados e os ferroviários, enquanto os espanhóis prevaleciam nas ocupações menos qualificadas¹⁴.

A industrialização em São Paulo intensificou-se com a Primeira República, em grande parte graças aos efeitos econômicos e sociais do complexo cafeeiro: reinvestimentos de capitais acumulados com a exportação do café e formação

de um mercado de consumo de massa, em razão do aumento populacional e da circulação monetária, e de um exército de reserva de trabalhadores desempregados nas cidades, egressos das fazendas de café.

O café também foi o principal responsável pelas transformações nos transportes, sobretudo pela construção de ferrovias para escoamento de sua produção, e que acabaram sendo fundamentais para a implantação das indústrias em São Paulo. As ferrovias estiveram também associadas à transformação de vilas em cidades, que depois se integrariam na produção industrial. Logo, os centros urbanos paulistas e, portanto, também os movimentos sociais e políticos, formaram uma rede geográfica e social conectada.

O fim da escravidão e a intensificação da imigração ocorridos nesses anos garantiram operários para trabalhar na indústria, e criaram um mercado consumidor popular para essa produção industrial. Essas indústrias eram, sobretudo, de alimentos e bebidas, tecido, vestuário, chapéus, materiais para a construção civil, algumas poucas metalúrgicas e fábricas de papel. As fábricas têxteis e de alimentos eram em maior número, tamanho e produção; e empregavam centenas de trabalhadores por estabelecimento.

Ao mesmo tempo, ao lado dessas, havia um conjunto muito variado de oficinas, nas quais prevalecia o trabalho artesanal pouco ou nada mecanizado. Ocupavam, no seu conjunto, quase o mesmo número de trabalhadores urbanos das grandes fábricas, e se localizavam também em bairros próximos da área central, como Bela Vista (Bexiga), Cambuci, Bom Retiro e Vila Mariana.

Além das regiões da Lapa e Água Branca (zona oeste) e do Ipiranga (zona sul), o território tipicamente estruturado pela indústria foi a zona leste da cidade de São Paulo, onde se implantou um cinturão de fábricas, cada uma empregando centenas de operários e máquinas, definindo uma rígida barreira entre a cidade do comércio e das residências, a cidade dos mais abastados, e a ocupação periférica popular¹⁵.

A ocupação industrial desse território da zona leste se deu obviamente a partir dos bairros mais próximos ao centro – como Brás, Mooca e Belenzinho –, amplamente descritos em documentos e pela imprensa operária das primeiras décadas do século XX como locais de grande exploração dos trabalhadores e onde as condições de vida eram muito precárias, com pouquíssima infraestrutura. Dali, a indústria foi avançando para outros bairros mais distantes do centro, atraída pelos terrenos maiores e mais baratos, pela abundância de água e a proximidade da ferrovia.

Como veremos adiante, essas barreiras territoriais e sociais da cidade se evidenciaram com mais força durante a Greve Geral de 1917, caracterizando a sua dinâmica de luta.

Apesar das crises econômicas cíclicas do seu aparato industrial e manufatureiro, mais intensas do que em outras áreas do mundo de mais antiga industrialização, a cidade de São Paulo, que foi palco da Greve Geral de 1917, podia ser considerada, ao lado do Rio de Janeiro, a cidade brasileira mais industrializada do país naquele momento.

A greve, portanto, ocorreu num contexto urbano fortemente caracterizado pela composição operária e artesã de sua população, muito mais que nas décadas anteriores. O ano de 1917 foi um momento típico de crescimento exponencial da produção industrial paulistana, que havia se intensificado desde o começo da Primeira Guerra Mundial (1914), por causa da desarticulação dos fluxos comerciais tradicionais e a derivada diminuição das importações do exterior no Brasil. Assim, desde 1915, os produtos fabricados em São Paulo começaram a ser exportados para fora do Brasil, e passaram também a substituir os produtos que, antes da guerra, eram importados. O período 1915-1918 foi, para a indústria paulista, um período de grande crescimento, que se refletiu no aumento generalizado do emprego em fábricas e oficinas.

O *Recenseamento* de 1920 arrolava mais de 100.000 pessoas como trabalhadores da indústria na cidade de São Paulo, destacando os do setor têxtil, que ocupava mais de 10.000 trabalhadores (a metade mulheres e a metade com menos de 21 anos); os quase 35.000 do vestuário (fábricas e oficinas), e os mais de 20.000 da construção¹⁶.

As tendências políticas e o movimento operário em São Paulo

Assim como em vários países do mundo no começo do século XX, no Brasil — sobretudo, em São Paulo —, o Anarquismo, o Socialismo e o Sindicalismo Revolucionário foram as principais tendências políticas atuantes no mundo do trabalho, importantes no processo de organização da classe trabalhadora, por meio de diversas formas de agregação política, social, recreativas e culturais.

A circulação das ideias e práticas anarquistas, socialistas e sindicalistas – por meio de campanhas, comícios, imprensa, publicações, e da organização do tempo livre, às vezes incorporando as formas autônomas de organização popular e proletária, adaptando tradições religiosas e culturais – demonstram como foram numerosos os percursos e instrumentos que fizeram parte dessa politização das relações sociais.

A presença esmagadora de trabalhadores imigrantes dos países do sul da Europa – italianos, espanhóis, portugueses – em São Paulo criou um ambiente propício para a construção de redes de militantes e grupos políticos que apresentavam as principais características que grupos das mesmas tendências políticas tinham nos países de onde vinham. Isso não significa, contudo, que a maioria dos trabalhadores imigrantes fosse politizada antes de vir para o Brasil, ou que fosse formada por agentes militantes revolucionários, mas a imigração de militantes oriundos das mesmas regiões e países é um aspecto importante que deve ser considerado.

De fato, foi comum a aproximação de muitos trabalhadores imigrantes com a militância política e a atuação sindical, pois havia circulação de ideias e práticas pelas redes de patrícios que já vieram com um passado de militância ou de atuação social de classe. A maioria dos trabalhadores não era militante, mas nos momentos de conflito, como as greves, frequentemente se reconheciam ou seguiam os trabalhadores e militantes organizados em sindicatos e grupos políticos.

Essas características étnicas da composição da classe trabalhadora e dos circuitos militantes em São Paulo podiam ser elementos agregadores e facilitadores da comunicação e da propaganda política, mas também divisores, de exclusão ou marginalização dos que não tinham a mesma origem.

Veremos como a origem comum étnica nacional operou na Greve Geral de 1917, como divisora ou agregadora, prevalecendo, porém, a dimensão de superação das identidades nacionais dos imigrantes em um período em que os trabalhadores estrangeiros estavam cada vez mais se autoidentificando como brasileiros, tendo aceitado a ideia de volta a seu país como um evento cada vez mais improvável na sua trajetória de vida. Em 1917, a maioria dos operários mais jovens eram brasileiros natos, ainda que filhos de estrangeiros¹⁷.

É importante destacar que a influência das ideias anarquistas neste âmbito, assim como as ideias socialistas e sindicalistas revolucionárias, não foi simples importação de um ideário político, uma “planta exótica”, como diziam o Estado

e a classe dominante da época. Não eram ideias fora do lugar, os trabalhadores utilizaram a linguagem, as ideias e as práticas desses movimentos como resposta a seus problemas e preocupações concretas.

Anarquistas

Assim como outras ideias que circularam pelo mundo afora, a imagem de uma sociedade formada por indivíduos livres e iguais, onde o Estado, as igrejas e o capitalismo tivessem desaparecido, povoou corações e mentes, também no Brasil, entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Eram professores, médicos, advogados, e muitos operários, que viram no anarquismo uma possibilidade efetiva de transformação de si mesmos e da sociedade em que viviam.

As ideias anarquistas penetraram no Brasil de vários modos: livros, folhetos e jornais chegavam de navios vindos da Europa pelo porto do Rio ou de Santos, e de lá circulavam pelo país. A literatura anarquista passava livremente de país para país e as obras dos anarquistas russos Bakunin e Kropotkin, e do italiano Malatesta eram traduzidas para muitas línguas, possibilitando um intercâmbio de ideias e propaganda.

Apesar da heterogeneidade de opiniões entre os anarquistas, havia unanimidade em relação a certos aspectos, que unia os vários movimentos em todo o mundo: a necessidade da abolição do Estado, a recusa das eleições e dos parlamentos, a oposição à ideia de um partido centralizado, a defesa da ação direta e a valorização da individualidade na igualdade.

Em São Paulo, a atuação anarquista se faz presente já durante a década de 1890. Em 1892, um grupo de anarquistas italianos fundava em São Paulo o primeiro jornal libertário do país, *Gli Schiavi Bianchi* (Os Escravos Brancos)¹⁸. O nome do jornal era uma clara referência às duras condições de vida e de trabalho dos milhares de trabalhadores imigrantes no Brasil, particularmente nas fazendas de café de São Paulo. A criação desse jornal se seguiu às manifestações organizadas pelo grupo por ocasião do Primeiro de Maio daquele ano. Era o início de uma longa história de lutas¹⁹.

Em 1893, chega ao país um grupo consistente de anarquistas italianos — responsáveis por embates durante as manifestações do primeiro Primeiro de

Maio em Roma – que as autoridades do Estado de São Paulo tenta deportar. Uma série de quatro reportagens no jornal *Correio Paulistano* – órgão oficial do Partido Republicano Paulista –, com o título “Imigrantes Anarquistas”, iniciou a disseminação de acusações genéricas com o objetivo de reprimir os movimentos sociais em São Paulo. Tais acusações vão nortear, desde então, a visão das autoridades estaduais sobre os anarquistas e guiar as ações repressivas consequentes dessa visão: indivíduos perigosos, chefes de “terrível seita destruidora” cujo objetivo seria “implantar a desordem e uma luta fratricida, incompatíveis com a abundância e a excelência dos nossos recursos de vida”.²⁰

Em 1898 ocorreram muitas prisões arbitrárias em São Paulo por ocasião do Primeiro de Maio e também em novembro nas comemorações recordando os mártires de Chicago, trabalhadores e anarquistas condenados à morte e executados nos Estados Unidos, em 1887, considerados culpados pelos grandes protestos e greves ocorridos no ano anterior em prol da jornada de oito horas. Nesse mesmo ano, de 1898, durante uma manifestação, foi assassinado o primeiro militante anarquista no Brasil: o italiano Polinice Mattei.

Uma série de outros jornais em língua italiana, expressão de grupos anarquistas, foram publicados em São Paulo entre o fim do século XIX e o início do XX: *La Bestia Umana*, *L'Avvenire*, *Il Risveglio*, *La Nuova Gente*, *La Battaglia* e vários outros. Em português, foram: *Germinal*, *O Amigo do Povo*, *A Terra Livre*, entre outros.

Ao criarem esses jornais, os anarquistas no Brasil seguiam os passos habituais dos militantes de outros países, mas também visavam criar uma experiência de informação alternativa em meio à grande imprensa, e muitas vezes explicitamente em oposição a ela. Esses jornais não eram somente um veículo de propaganda, mas constituíam centros propulsores e coordenadores dos vários grupos libertários no plano local, estadual e, às vezes, até nacional.

O jornal *O Amigo do Povo*, fundado em 1902, foi o primeiro jornal anarquista em São Paulo, em língua portuguesa, a ter uma publicação regular²¹. Nele escreviam os advogados Neno Vasco (português) e Benjamim Mota (brasileiro), os militantes italianos: Alessandro Cerchiai, Oreste Ristori²², Giulio Sorelli²³, Tobia Boni, Angelo Bandoni, Luigi “Gigi” Damiani e Augusto Donati; e o espanhol Juan Bautista Perez.

Em 1904, Ristori e Cerchiai fundaram o jornal *La Battaglia*, depois chamado de *La Barricata*, o jornal anarquista que teve maior difusão em São Paulo: chegou

a ter uma tiragem de cinco mil exemplares semanais, o que era muito não só para um jornal anarquista, mas para qualquer jornal da época. O grupo do *La Battaglia* continuou publicando o jornal ininterruptamente até 1913. Depois, fundaram o jornal *Propaganda Libertaria* e, finalmente, em 1915, o *Guerra Sociale* (ambos em italiano) – muito ativo durante a Greve Geral de 1917, e que, conjuntamente com *A Plebe* (também anarquista) e o *Avanti!* (socialista), nos permite reconstruir os eventos, as formas organizativas, os debates e os posicionamentos dos militantes políticos e dos trabalhadores envolvidos nessa greve.

A modificação dos nomes dos jornais indica também como os anarquistas estavam vivendo os vários períodos e como conformavam sua ação. Depois dos períodos das primeiras batalhas e da propaganda, havia chegado o momento da guerra social, da luta de classes associada à revolta, o que a Greve Geral de 1917 veio mostrar.

Um exemplo de militante importante desse período em São Paulo foi o brasileiro Benjamim Mota – jovem advogado republicano que, de volta de uma viagem a Paris, fundou um grupo revolucionário e em 1897 aderiu ao anarquismo. No ano seguinte, escreveu um dos primeiros livros de autor brasileiro sobre as ideias anarquistas, *Rebeldias*. Foi redator do jornal *O Rebate* e da folha anticlerical *A Lanterna*; colaborou ainda com vários outros jornais. Defendeu judicialmente muitos militantes anarquistas, socialistas e sindicalistas presos e ameaçados de expulsão.

Luigi Damiani, conhecido como Gigi (Luizinho em italiano), foi um dos libertários mais ativos em São Paulo e no Paraná, com conexões sólidas com o movimento anarquista internacional. Nasceu em Roma e aderiu muito jovem ao anarquismo. Quando veio para o Brasil, em 1897, já tinha conhecido a prisão e nela muitos outros militantes anarquistas. No Brasil trabalhou, sobretudo, como pintor decorador, dirigiu vários jornais e colaborou com outros, defendendo sempre a ideia de que os anarquistas deveriam fazer dos sindicatos mais um espaço para a propaganda libertária do que o centro de suas atividades políticas. Porém, a sua aproximação com o movimento sindical a partir de 1915 foi fundamental para a coordenação de forças, grupos e ligas operárias que possibilitaram a Greve Geral de 1917.

Outro expoente no movimento anarquista paulistano foi o tipógrafo brasileiro Edgard Leuenroth, que atuou como redator, editor e diretor de jornais libertários em língua portuguesa. Podemos considerá-lo a principal expressão do anarquismo brasileiro, empenhado em todas as frentes de atuação que o movi-

mento libertário desenvolveu: anticlericalismo, ensino moderno, contracultura e propaganda política. Antes de Damiani, ele percorreu a trajetória que o levou a participar intensamente do movimento operário organizado desde o começo da década de 1900 como partidário do sindicalismo de ação direta e da contribuição anarquista à estruturação de sindicatos em São Paulo, sendo uma das lideranças do sindicato dos trabalhadores gráficos²⁴.

Eles e tantos outros anarquistas procuraram difundir a ideia libertária entre os operários e outros trabalhadores, denunciando as condições de exploração dos trabalhadores nas fazendas de café e nas fábricas da cidade. Nos anos de 1905 e 1906, por exemplo, o poeta Ricardo Gonçalves conseguiu levar o ideário anarquista para as colunas de canto do jornal *Comércio de São Paulo*, trazendo sua crítica da luta diária pela sobrevivência e opiniões inéditas para os leitores da imprensa convencional²⁵.

Embora o anarquismo não fosse hegemônico no movimento operário, e seus militantes não fossem os únicos a atuar entre os trabalhadores, os anarquistas estiveram presentes nos vários espaços e momentos importantes da história dos trabalhadores de São Paulo. Os militantes anarquistas eram minoria entre os trabalhadores, mas bastante visíveis e muito ativos, de forma que, ainda hoje, prevalece a ideia comum de que na época o movimento operário organizado era anarquista. Ideia que, há um certo tempo, os historiadores sociais amenizaram, evidenciando a diversidade de tendências e expressões políticas presentes entre os trabalhadores da época.

Contudo, no contexto brasileiro dos fins do século XIX e nas primeiras décadas do XX, em que o Estado era sentido pelos trabalhadores quase somente como fonte de opressão, a ideia de que ele era nocivo e desnecessário e de que existiam alternativas viáveis de organização social voluntária, onde prevaleceria a livre experimentação, com o máximo de liberdade, solidariedade e fraternidade, eram fatores de atração considerável.

A exclusão política de amplos setores da população pelo pacto de dominação vigente na república oligárquica e a presença majoritária, em São Paulo, de trabalhadores estrangeiros – sem direito de cidadania, incluindo não poder votar ou ser eleito – funcionaram como fatores de incentivo para a difusão do anarquismo, fazendo do mundo do trabalho um terreno fértil para as ideias libertárias, uma vez que os anarquistas recusavam, e consideravam, por princípio,

irrelevante, a participação dos oprimidos na política institucional, propondo formas de atuação direta.

Os grupos anarquistas eram centros de discussão, agitação e propaganda, mas alguns se especializavam em atividades, como: criação de escolas; publicação de livros e folhetos; correspondência com a imprensa anarquista e operária no exterior; criação de centros de estudos e bibliotecas; publicação de jornais; atividades teatrais; organização de conferências; atividades anticlerical e antimilitarista.

A imprensa tinha o papel de agente de ligação – os grupos se correspondiam com outros grupos e jornais de diversas partes do Brasil e do mundo.

A educação, entendida na sua função de tornar possível uma consciência revolucionária, ocupava um lugar central. Inúmeras iniciativas de natureza educacional, tanto no âmbito teórico como no prático, foram realizadas. Propunham uma educação com objetivos, princípios e métodos novos, que buscasse estimular originalidade, iniciativa, responsabilidade e autonomia.

Também em São Paulo essa nova experiência educacional foi profundamente influenciada pelo movimento de renovação pedagógica que ocorreu na Europa no fim do século XIX e início do XX – a educação racionalista – inspirada no pensamento e na experiência do pedagogo espanhol Francisco Ferrer na sua Escola Moderna de Barcelona²⁶. A condenação e morte de Ferrer, em 1909, provocou uma comoção mundial nos ambientes de esquerda, e incentivou ainda mais a propagação de suas ideias. Muitos anarquistas criaram, aqui no Brasil, as chamadas Escolas Modernas. Alguns, como o brasileiro João Penteado e o português Adelino de Pinho, dedicaram suas vidas a essas experiências novas em educação, ensinando crianças filhas de anarquistas e de outros trabalhadores²⁷.

Durante a Greve Geral de 1917, as Escolas Modernas participaram ativamente no apoio ao movimento.

Uma parte considerável da ação dos anarquistas foi caracterizada pela sua relação com ligas de ofício, uniões operárias e sindicatos: as organizações dos trabalhadores dedicadas à luta de classes, para melhorar as condições de trabalho, diminuição da carga horária e aumentos de salário.

Em São Paulo, uma parte consistente dos anarquistas, inspirados nas ideias muito difusas do anarquista italiano Errico Malatesta, considerava que por meio das organizações fundadas para a defesa de seus interesses (os sindicatos), os trabalhadores

adquiriam a consciência da repressão em que viviam e do antagonismo que os opunha aos patrões, e então se acostumavam à luta coletiva e à solidariedade. No entanto, esses defendiam a necessidade de organizações estritamente anarquistas, para lutar tanto dentro como fora dos sindicatos para a realização integral do anarquismo, para impedir a sua degeneração e contrastar com a presença de militantes socialistas. Esse tipo de ação anarquista nos sindicatos era uma nova versão da antiga proposta insurrecional. A teoria de Malatesta era a favor da greve geral se ela tivesse como perspectiva a revolta e a insurreição. Segundo ele, a participação dos anarquistas nos sindicatos deveria servir para endereçar os trabalhadores no caminho da revolução e não para obter somente conquistas parciais e melhorias temporárias. Anarquistas que apoiavam essas propostas se reuniam, em São Paulo, em torno do jornal *A Terra Livre* (1905-1910; em 1907-08 no Rio de Janeiro) – redigido principalmente por Edgard Leuenroth, pelo português Neno Vasco e pelo espanhol Manuel Moscoso.

Veremos como essas posições estarão presentes durante a Greve Geral de 1917 com o objetivo de transformar o movimento grevista em uma insurreição revolucionária e, ao mesmo tempo, de tomar de vez a direção do movimento de organização sindical e de agitação social dos trabalhadores paulistanos.

O anarquismo foi, sem dúvida, um capítulo importante da história do movimento operário em São Paulo, especialmente nas primeiras décadas do século XX. Entretanto, a associação direta que geralmente se faz entre o movimento operário no início do século XX e o anarquismo não contempla a heterogeneidade da experiência política e sindical de operários e militantes nas primeiras décadas da República, pois o anarquismo era somente uma das correntes de um panorama político bastante variado.

Socialistas

Os grupos socialistas em São Paulo, no Rio de Janeiro e em outras partes do Brasil, na Primeira República, foram mais atuantes e importantes do que a historiografia havia suposto sobre o período. Essa atuação ocorreu – muitas vezes em ação conjunta com anarquistas e sindicalistas – na propaganda política em jornais, comícios e conferências; na formação dos grupos, ligas, sindicatos, cooperativas e federações operárias; na intermediação de greves e em outras iniciativas.

Porém, o principal tipo de organização socialista da época – o partido socialista – difundido em todo o território nacional nos moldes dos partidos social-democratas e operários europeus, nunca conseguiu se firmar no Brasil da Primeira República, apesar do protagonismo de centenas de militantes socialistas em muitas organizações de trabalhadores.

Já durante o Império, no fim da década de 1870, podemos reparar na existência de pequenos jornais socialistas no Brasil. Foi com o começo da República, porém, que surgiram as primeiras tentativas de criar organizações maiores inspiradas em programas socialistas.

As influências fundamentais vinham das ideias de Marx e Engels, e outros pensadores marxistas e socialistas, como: Karl Kautsky, Rosa Luxemburg, Emile Vandervelde, Jules Guesde, Andrea Costa e Benoit Malon.

O modelo de ação e organizativo propugnado integrava a ação política (partido), sindical (ligas de ofícios e centrais sindicais) e solidária assistencial (sociedades de socorro mútuo e cooperativas de produção e de consumo).

No mundo, os socialistas estavam interligados através da 2ª Associação Internacional dos Trabalhadores – a 2ª Internacional, também chamada de Internacional Socialista ou Internacional Operária, pois era integrada por partidos que usavam a definição socialista, social-democrata ou operária no nome.

Quase todos esses partidos tiveram um crescimento gradual, mas progressivo, em termos de votos e adesões ao longo das primeiras décadas do século XX – como o Partido Social-democrata Alemão e o Partido Socialista Italiano, que foram os modelos que influenciaram profundamente os outros partidos. Muito expressivos ou influentes foram também: o Partido Trabalhista (Grã-Bretanha); o Partido Operário Belga; a Seção Francesa da Internacional Operária; e o Partido Operário Social-Democrata Russo. Desse último, faziam parte Lenin e Trotsky; e apesar de ter sido um partido ilegal por muitos anos, liderou a Revolução de Outubro de 1917, e seus militantes tinham forte presença nos sindicatos e na organização de greves na Rússia.

A 2ª Internacional foi fundada em Paris, em 1889; e foi a partir do congresso de fundação que surgiu também a proposta de atrelar a comemoração operária internacional do Primeiro de Maio à campanha em prol das oito horas. Segundo a proposta: oito horas de trabalho, oito horas para se instruir, oito horas para descansar.

O que diferenciava os socialistas dos anarquistas e dos sindicalistas revolucionários era sua atuação em uma maior variedade de organizações de trabalhadores, incluindo a luta política realizada por partidos de trabalhadores nos parlamentos em prol da afirmação de leis sociais, da redistribuição da renda por meio de políticas públicas, nacionalização dos transportes, educação e saúde pública; preparando-se, ao mesmo tempo, para a revolução social.

A presença de socialistas na direção de sindicatos também era muito importante e, em diversos países, foi quase sempre maior em relação à de anarquistas e sindicalistas revolucionários. Nos países latinos da Europa – França, Portugal, Espanha e Itália –, os socialistas disputavam a liderança sindical, pois ali, dependendo dos períodos e das regiões, a influência das tendências anarquistas e sindicalistas foi mais intensa.

As organizações sindicais ibéricas e italianas, que por causa da imigração tiveram muita influência sobre as brasileiras – particularmente as de São Paulo – eram bastante heterogêneas do ponto de vista político, mas os socialistas constituíram sempre uma das tendências políticas mais presente e atuante, chegando a coordenar centrais sindicais importantes, como: na Itália, a Federação dos Metalúrgicos, a Câmara do Trabalho de Milão (a maior da Itália) e a Confederação Geral do Trabalho (CGdL) – principal central sindical italiana, que existe ainda hoje.

Partidos socialistas e operários que se assemelhavam aos da 2ª Internacional foram criados no Brasil, nas principais cidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador e Porto Alegre; mas nunca conseguiram se afirmar para além dos limites estaduais ou urbanos onde atuavam o maior número de grupos socialistas que haviam tentado criar estes partidos. Afinal, os partidos desapareciam, mas os grupos e os militantes continuavam atuando e se rearticulando sobre novas bases, tornando-se atores importantes da política operária.

Na capital federal, as tentativas de criar partidos operários e socialistas de abrangência nacional foram recorrentes, mas permaneceram nos limites de ação da cidade do Rio de Janeiro. Os pioneiros foram: o Partido Operário (1890-93), liderado pelo tipógrafo França e Silva; e o Centro do Partido Operário (1890), do tenente Vinhões, que participou da Revolta da Armada. Por breve tempo, funcionou o Partido Operário Socialista e então, desde 1904, o Centro das Classes Operárias, que protagonizou a Revolta da Vacina, uma associação importante na qual os socialistas foram os protagonistas, mas que também acabou atuando somente na capital.

Foi a partir dos socialistas de São Paulo que, em 1902, se realizou o projeto mais abrangente de Partido Socialista Brasileiro. Embora mais da metade dos grupos fosse de São Paulo, participaram também os representantes de grupos socialistas dos estados: Pará, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O PSB funcionou por pouco tempo, coordenando as diversas federações socialistas espalhadas no país, mas gradualmente todas elas voltaram a atuar no plano local regional, permanecendo a Federação Socialista do Estado de São Paulo aquela com o maior enraizamento, por causa dos trabalhadores imigrantes.

A história dos socialistas no estado de São Paulo iniciou-se com o Centro Socialista de Santos, fundado em 1889 e refundado em 1895, uma presença pioneira no mundo do trabalho urbano. Na cidade de São Paulo, em 1893, foi fundado o Centro Socialista Internacional, que tentou organizar, em 1894, a primeira comemoração do Primeiro de Maio na cidade. O Centro, desmantelado por causa disso, foi refundado como Centro Socialista Democrata de São Paulo logo depois, liderado pelo médico baiano Estevam Estrella, pelo tipógrafo espanhol Valentin Diego e pelo técnico italiano Alcibiade Bertolotti, que na Itália havia sido companheiro de luta de Andrea Costa²⁸.

O Centro coordenava uma série de outros grupos socialistas, apoiados numa organização étnica, ou seja, os grupos eram organizados por nacionalidade: italianos, espanhóis, alemães, portugueses, brasileiros e eslavos. Essa divisão estanque, que se inspirava em alguns partidos social-democratas multiétnicos, como o austro-húngaro e o dos Estados Unidos, países onde a classe operária era formada por diversos grupos nacionais, com o tempo foi superada, mas os resquícios dessa diversificação operacional ainda existiam na época da Greve Geral de 1917.

A tendência a se agregar pela comum origem étnica e a identificação dos socialistas com os trabalhadores estrangeiros, que de fato constituíam sua principal base social, foi um fator facilitador da agregação, mas ao mesmo tempo produziu o fenômeno chamado de “socialismo étnico”, ou seja, a dificuldade de criar uma organização única, acima das diferenças culturais nacionais²⁹.

Esse motivo pode ser considerado um dos principais para explicar o fracasso das tentativas de criar partidos socialistas no plano nacional, pois onde a adesão dos trabalhadores às ideias e aos grupos socialistas era mais forte, como no estado

de São Paulo, as organizações eram exclusivamente dominadas por estrangeiros – no caso paulistano, sobretudo italianos.

Além das divisões entre estrangeiros, os trabalhadores imigrantes recusaram-se a se naturalizar; não se tornaram cidadãos brasileiros e, portanto, não podiam votar, nem ser eleitos, elementos fundamentais para poder sustentar um projeto de partido político socialista. Assim, grupos e militantes socialistas de São Paulo, embora muito atuantes em associações de socorro mútuo, círculos culturais e sindicatos, não conseguiam montar um partido político eleitoral.

Havia outros elementos que devemos considerar para o caso do Brasil como um todo que, segundo os historiadores, residem no forte caráter excludente dos políticos brasileiros republicanos da época, muito tradicionalistas em termos sociais, praticando fraudes eleitorais e prescindindo do voto do eleitorado urbano para se eleger³⁰. Esses motivos tornavam impossível qualquer tipo de aliança transversal com políticos socialistas e representantes operários, ali onde os trabalhadores nacionais poderiam apoiar um ou outro candidato para eleição no parlamento brasileiro. As diferenças regionais na composição cultural da classe trabalhadora, concentrada somente nas capitais e nas maiores cidades – e as distâncias entre esses centros –, dificultavam o funcionamento de um partido único e favoreciam a heterogeneidade da ação local.

Apesar destas limitações no âmbito da política institucional partidária, os militantes e grupos socialistas do estado de São Paulo foram extremamente presentes na luta de classes da época. Entre 1895 e 1905, os socialistas foram os principais organizadores de ligas operárias na cidade de São Paulo, fundando muitos sindicatos, coordenando as greves e promovendo regularmente as comemorações do Primeiro de Maio.

O estatuto da Liga de Resistência dos Operários e Operárias das Fábricas de Tecidos de São Paulo (1902), utilizada como modelo para outras Brasil afora, terminava frisando que o jornal socialista *Avanti!* era o encarregado das publicações oficiais da liga³¹. Este foi o primeiro sindicato de massa composto por trabalhadores do setor têxtil; e após a Greve Geral de 1917, foi refundado seguindo este molde.

Na cidade de São Paulo, ao longo da Primeira República, nunca os grupos socialistas foram menos que cinco, com núcleos de bairro na Lapa, Cambuci, Bom Retiro, Brás e Bela Vista³². Os mais longevos foram: o grupo socialista alemão *Allgemeiner Arbeiterverein*; o *Centro Socialista Español* (que emprestou as

bandeiras para o cortejo fúnebre de Martinez em 1917); o *Circolo Socialista Avanti*, de italianos, fundado em 1898, que foi o propulsor do jornal com o mesmo nome e consolidou a ação socialista em São Paulo até o período da Greve Geral de 1917.

A partir do começo do século XX, os grupos socialistas de São Paulo tinham como referência o jornal *Avanti!* e se organizavam em torno do Centro Socialista Internacional (herdeiro da agremiação fundada em 1893) – que, apesar do nome, e de aceitar de fato socialistas de todas as nacionalidades e brasileiros, era composto sobretudo por militantes italianos, os quais tinham presença significativa nos sindicatos, na FOSP, na organização das greves, das comemorações do Primeiro de Maio e em diversas associações de socorro mútuo. A partir do CSI se estendia uma densa rede de grupos e associações socialistas em todo o estado de São Paulo e sul de Minas Gerais.

O *Avanti!* de São Paulo era um jornal socialista, publicado em língua italiana, que se tornou o principal jornal político no estado de São Paulo durante parte da Primeira República com uma tiragem máxima de oito mil cópias. Começou a ser publicado como semanário em outubro de 1900, sob a direção de Alceste de Ambris, que era também um sindicalista; de 1902 a 1908 foi diário, o único jornal diário socialista nas Américas. A partir de 1909, também por causa da expulsão do Brasil de seu diretor, Vincenzo Vacirca – uma das primeiras vítimas da nova Lei de Expulsão –, o jornal foi descontinuado até 1914, quando recomeçou como semanário graças à vinda de Teodoro Monicelli, um experiente sindicalista, que foi uma das lideranças da Greve Geral de 1917. Por causa dessa greve e dos movimentos seguintes, o jornal foi interrompido até outubro de 1919, quando foi retomado. Nesta época, o *Avanti!* e os socialistas italianos de São Paulo já eram maximalistas, isto é, socialistas que olhavam para a revolução bolchevique que ocorreu na Rússia em novembro de 1917 como inspiradora de sua ação política.

As Sociedades de Socorro Mútuo eram outro tipo de associações operárias em que os socialistas estavam muito presentes. Eram dedicadas ao mutualismo, isto é, à ajuda mútua entre os sócios, geralmente trabalhadores mais qualificados que podiam pagar uma cota mensal, cobrindo, sobretudo, despesas médicas, breves períodos de desemprego ou ausência do trabalho, funerais. Em alguns casos, pagavam uma pequena aposentadoria, ajuda de custo para viúvas, instrução para os filhos dos sócios. Estas sociedades eram uma forma importante de organização dos trabalhadores no

período, pois não havia sistema algum de previdência social, seguro-desemprego, sistema sanitário público. Diversas sociedades mutualistas forneceram também as primeiras caixas de ajuda para as greves e mercados cooperativos até a formação de sindicatos voltados exclusivamente para organizar as lutas de classes.

Em São Paulo havia associações desse tipo voltadas para trabalhadores de ofícios específicos, como a Sociedade dos Chapeleiros, que algumas vezes chegou a funcionar como um sindicato (União dos Chapeleiros), no qual os socialistas eram prevaletentes. Algumas eram associações de bairro, como a União Operária de Mútuo Socorro da Barra Funda; outras ainda eram de cunho étnico, como a Sociedade Italiana de Socorro Mútuo Lega Lombarda. Todas essas sociedades mencionadas tiveram um papel importante no apoio ao movimento operário em São Paulo desde seu aparecimento no começo do século XX e ainda existiam e eram muito ativas durante a Greve Geral de 1917.

A ação direta e o sindicalismo revolucionário

O sindicalismo revolucionário pode ser considerado a tendência principal no movimento operário em São Paulo durante a maior parte da Primeira República, a partir dos anos 1904-05 até adentrar toda a década de 1920. Em 1917, portanto, na época da greve geral, sindicalistas e trabalhadores já tinham uma ligação e uma relação longa com esse tipo de projeto político e social.

O sindicalismo revolucionário, frequentemente chamado somente de sindicalismo, foi se constituindo num projeto internacional por meio da circulação das formas de luta, das práticas e dos modelos de organização. Ele nasceu como movimento dentro dos sindicatos, com a prática da Ação Direta, e depois ganha forma de tendência política própria, sobretudo com os escritos do francês Georges Sorel, reunindo ideias socialistas e anarquistas.

Em cada país, o sindicalismo revolucionário surgiu de tradições diferentes e reuniu militantes de tendências distintas. Na Itália e na Argentina, por exemplo, nasceu a partir de dissidentes do Partido Socialista – os chamados socialistas revolucionários – descontentes com o desempenho da política parlamentar partidária (pouco espaço de negociação e avanços lentos na legislação social), ao mesmo tempo agregando militantes anarquistas críticos da ação dos grupos

libertários distantes das preocupações contingentes da classe trabalhadora e das lutas concretas para melhorá-las. Na França e no Brasil surgiu como prática sindical, envolvendo militantes de diferentes tendências políticas, com uma presença anarquista considerável, mas também de socialistas.

Em São Paulo, por exemplo, diversos dos principais líderes sindicalistas – como Alceste De Ambris, Edmondo Rossoni e Paolo Mazzoldi – vinham do Partido Socialista Italiano e foram importantes figuras do movimento operário e da tendência sindicalista revolucionária também na Itália. Foi a experiência de militância em São Paulo – onde se deu conta de que o partido não era indispensável para a luta de classes, mas o sindicato sim – que levou De Ambris para o Sindicalismo Revolucionário a partir de 1904, quando teve que voltar para a Itália. Rossoni foi expulso do Brasil por causa do seu envolvimento como organizador das greves de vidreiros do bairro de Água Branca em 1909. Mazzoldi esteve presente nas negociações da Greve Geral de 1917. Também Giulio Sorelli, secretário da Federação Operária de São Paulo, passou por uma militância política de alguns anos no grupo socialista do Cambuci antes de abraçar o anarquismo e se tornar depois uma das principais figuras do sindicalismo de ação direta em São Paulo.

O Sindicalismo inspirou centrais sindicais importantes como a francesa CGT (Confederação Geral do Trabalho, 1895); a FORA (Federación Obrera Regional Argentina, 1901); a IWW (Industrial Workers of the World, 1905), dos Estados Unidos; e a USI (Unione Sindacale Italiana, 1912).

Assim, embora haja semelhanças e um forte elo com algumas das propostas anarquistas, o sindicalismo revolucionário não é sinônimo de anarquismo, nem pode ser reduzido a ele. Igualmente, não podia ser limitado a uma versão mais radical das lutas de classe realizadas pelas grandes organizações sindicais lideradas pelos socialistas marxistas da época. Esse movimento juntava a perspectiva anarquista da revolução insurrecional e da ação direta dos trabalhadores com a prática sindical socialista do dia a dia, da luta de classes por meio de greves e da organização sindical estruturada.

A rebelião revolucionária deveria ocorrer a partir de uma grande greve geral, realizada por trabalhadores organizados ou liderados pelos sindicatos, independentemente de suas diferenças culturais, religiosas e políticas.

A nova sociedade comunista seria organizada em torno da central sindical e suas organizações locais descentralizadas.

Os sindicalistas revolucionários, assim, colocavam no centro da luta de classes e no projeto revolucionário a própria classe operária, os trabalhadores, a ação direta sem mediações de políticos profissionais e partidos. O sindicato era a única organização suficiente, voltada para a autonomia da classe trabalhadora.

Essa orientação autonomista, que pode ser simbolizada pela primazia dada ao sindicato, estende-se também a esferas mais amplas da vida cultural e política e constituem um dos aspectos mais marcantes e mais originais do movimento sindicalista revolucionário. O objetivo maior desse movimento teria sido o de transformar o isolamento social dos operários em atitude voluntária, de se aproveitar dessa marginalização imposta à classe operária e de transformá-la em consciência autônoma, passar da exclusão para a secessão e voltar contra a burguesia as armas que ela dirigia contra as massas operárias³³.

A Federação Operária de São Paulo

Um dos resultados importantes da Greve Geral de 1917 foi a refundação da Federação Operária de São Paulo, retomando o tipo de organização que fincava suas raízes na história do movimento operário de São Paulo.

A FOSP foi fundada em novembro de 1905 e pode ser considerada a principal central sindical paulista e um modelo de confederação operária, junto com a FORJ (do Rio) e a FOLS (de Santos), ao longo de toda a Primeira República. Apesar de se basear, sobretudo, nas ligas operárias da capital, coordenava também diversos sindicatos de trabalhadores de todo o estado de São Paulo, com exceção da cidade de Santos.

Em meados de 1905, foi a partir do sindicato dos carpinteiros e marceneiros de São Paulo – os trabalhadores em madeira, como eram chamados então – que surgiu a proposta, já em discussão nos meios operários, de reunir as diversas associações de classe de São Paulo em uma federação, com o objetivo de orientar em uma base comum o movimento associativo³⁴. A FOSP teve como primeiro presidente (secretário) o marceneiro italiano Giulio Sorelli, que era também um dos principais redatores do jornal da federação, escrito inicialmente em português e depois de um tempo quase exclusivamente em italiano: *A Lucta Proletária/La Lotta Proletaria*.

Apesar de contar com a participação intensa de militantes socialistas e anarquistas de diversas tendências, a proposta de formação de uma federação não partiu do grupo socialista do jornal *Avanti!* e nem dos anarquistas de *A Terra Livre*, mas dos próprios trabalhadores ligados ao grupo do jornal *O Carpinteiro*, editado pela Liga dos trabalhadores em madeira. Foi na sede desse sindicato que foram elaborados, em uma assembleia aberta a trabalhadores de diversos ofícios, os estatutos da federação e de outras ligas de resistência³⁵.

Como declaravam os anúncios de convocação da reunião, a FOSP seria fundada “com o objetivo de combater para a emancipação econômica e moral do proletariado, como partido de classe independente de qualquer outra influência”³⁶. Era um claro apelo à unidade da classe trabalhadora e uma declaração de autonomia e ação direta organizada.

A FOSP, no momento do seu nascimento, contava com a adesão da União dos chapeleiros, da Liga dos trabalhadores em madeira, da Liga dos canteiros, da União internacional dos sapateiros e da União Operária, que reunia trabalhadores de vários ofícios. Nos dois anos seguintes, 1906-1907, a FOSP havia ajudado a organizar e coordenava uma série de novos sindicatos: dos Trabalhadores em mármore, dos Trabalhadores em ladrilhos e mosaicos, das Costureiras, dos Metalúrgicos, dos Padeiros e Confeiteiros, dos Trabalhadores em Veículos e, os mais importantes de todos em termos de filiados, o Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos e a Liga dos Pedreiros.

Conseguiram então uma sala em um sobrado da Travessa da Sé, onde se instalaram todas as associações. A escolha da região central visava atender não somente a maioria dos operários das grandes fábricas situadas na zona leste, mas também aqueles trabalhadores que viviam nos bairros populares próximos do centro e dos distritos industriais da Lapa e Água Branca.

Também durante a Greve Geral de 1917, o movimento operário recuperou essa localização geográfica central, de modo que suas ações e organizações não permanecessem limitadas à região operária dos bairros da zona leste.

Esta organização apresentava todas as características do sindicalismo revolucionário da época, mas é importante salientar que os sindicatos e associações operárias que a integravam eram dirigidos e compostos por trabalhadores de diversas tendências políticas, com uma presença significativa de socialistas, anarquistas

e também republicanos sociais. Muitos associados, inclusive, se identificavam somente com o sindicato, sem fazer parte de tendência alguma.

Alguns momentos da história da FOSP desde o período inicial, 1905-1908, podem esclarecer melhor as diferenças internas, mas também as suas características gerais comuns, que podemos reencontrar na época da sua refundação logo após a Greve Geral de 1917. Apesar das divergências, havia objetivos comuns da luta de classes que levavam os sindicatos da época a incluir posições organizativas heterogêneas rumo à consolidação das associações sindicais. A união fazia a força.

A fundação dos sindicatos dos trabalhadores têxteis em fevereiro de 1907 é um exemplo interessante neste sentido. Um grupo de tecelões pediu auxílio à FOSP para a constituição de uma liga sindical da categoria. A reunião ocorreu no Centro Espanhol do Brás, uma associação mutualista republicana espanhola, onde compareceram inicialmente cinquenta tecelões, que trouxeram a adesão de muitos outros companheiros e companheiras de trabalho. A reunião, que formou a comissão para a redação do estatuto do sindicato dos têxteis, foi coordenada por dois militantes de diversas tendências: Giulio Sorelli, na época sindicalista revolucionário e secretário da FOSP, e Donato Donati, diretor do diário socialista *Avanti!*³⁷.

Havia uma disputa de tendências em torno do caráter prevalecente que a FOSP, como central sindical, tinha que expressar.

Certamente, para a maioria dos trabalhadores eleitos nas direções dos sindicatos, incluindo o próprio Giulio Sorelli, a FOSP “devia se ater aos princípios sacrossantos do sindicalismo revolucionário”³⁸. Sorelli defendia que os melhores benefícios “são os que nos vêm pela dedicação ao sindicalismo revolucionário ativo, enérgico e combativo”³⁹.

Os socialistas, em resposta, faziam questão de enfatizar que “o sindicato é neutro politicamente” e que não era correto atribuir “o rótulo de sindicalista revolucionário em uma federação da qual também fazem parte socialistas, anarquistas e republicanos”⁴⁰.

O grupo anarquista do jornal *Terra Livre* acusava os anarquistas adeptos do sindicalismo revolucionário, que se reuniam em torno do jornal *Il Libertario*, dirigido por Sorelli, de terem de fato abandonado o anarquismo. Seguindo as ideias de Malatesta, argumentava que era necessário estar em meio aos trabalhadores, mas para fazer propaganda do anarquismo e não para lutar por um programa mínimo de conquistas⁴¹. Os sindicalistas do *Il Libertario* responderam que viam

nas associações, além das conquistas imediatas, uma escola de consciência e, sobretudo, um terreno de luta real e que não acreditavam errar ao participar do movimento operário, ainda que este não correspondesse às ideias anarquistas⁴².

Os anarquistas do *La Battaglia*, jornal em italiano amplamente difundido no campo libertário, afirmavam, no mesmo período, que não era possível equilibrar as teorias anarquistas com a prática sindicalista. Os sindicalistas de *Il Libertario* responderam que os próprios “puritanos do anarquismo” não mantinham a coerência e que as condições do ambiente não permitiam a ninguém manter a coerência, ou seja, argumentam que era possível ser anarquista na teoria, como eles se declaravam, mas não na prática⁴³.

Os sindicatos, portanto, não eram anarquistas, porque eram compostos de trabalhadores com ideias políticas diferentes.

O próprio Sorelli, que ideologicamente era um libertário, ao mesmo tempo criticava os muitos anarquistas contrários ao sindicalismo, e condenava a ideia de greve como ginástica revolucionária, sem reivindicações concretas, argumentando que a revolução não estava próxima o bastante para que se deixasse de lutar para tornar menos dura a vida dos trabalhadores⁴⁴.

Este debate sobre que tipo de organização e que tipos de práticas de luta deviam ser prevaletentes atravessou a história do movimento operário em São Paulo e chegou até os dias da Greve Geral de 1917. Era em substância o mesmo debate que atravessava o movimento operário global na época, evidenciando que, apesar das diferenças e das dificuldades de manter organizações sindicais estáveis, o mundo do trabalho brasileiro urbano estava conectado ao resto do mundo.

No Brasil, a partir, sobretudo, das experiências locais da FOSP e da FORJ, se desenvolveu a primeira central sindical nacional, a Confederação Operária Brasileira (COB) –nascida formalmente em abril de 1906, no interior do 1º Congresso Operário Brasileiro, realizado na então capital do país, Rio de Janeiro. Passou a funcionar concretamente somente a partir de março de 1908. Essa foi a primeira organização operária nacional capaz de atuar com algum sucesso, embora de maneira irregular e com muitas dificuldades. Durante os primeiros anos de existência, a COB reuniu cerca de cinquenta sindicatos, principalmente os organizados na FORJ, na FOSP, na FORGS e na FOLS, principais bases de sustentação da confederação, e também os organizados na Federação Socialista Baiana entre outras menores⁴⁵.

A COB representou um avanço para o movimento operário no país, conseguindo pela primeira vez coordenar, ainda que parcialmente, as atividades locais e sobretudo promover a troca de informações e circulação de militantes, ideias e propostas no interior do movimento, especialmente através de seu jornal, *A Voz do Trabalhador*, publicado quinzenalmente (1908-1909; 1913-1915).

Os membros da COB consideravam que ela deveria defender as aspirações fundamentais “da grande família socialista”, sem distinção de escola e de partido, de modo que qualquer membro de uma organização, fosse ela social-democrata, socialista, anarquista ou de outra tendência, poderia aceitá-la inteiramente. Julgava-se, pois, que a condição para o sucesso do sindicato estava na sua autonomia, que garantiria a supressão dos conflitos entre as diferentes tendências políticas presentes entre os trabalhadores⁴⁶.

1907: a primeira greve geral de São Paulo

A história da organização sindical, e em particular da FOSP, com seus acertos e suas dificuldades, é central para compreender as dinâmicas das greves em São Paulo durante a Primeira República.

Da mesma forma, a Greve Geral de 1917 não foi uma novidade. Além do fato de que diversos trabalhadores já haviam experimentado greves desse tipo antes de emigrar para o Brasil, dez anos antes ocorreu a primeira greve geral em São Paulo, mais conhecida como a greve pelas oito horas.

As duas greves foram muito parecidas na maior parte de suas características, pois os atores, em geral, foram os mesmos. Contudo, duas diferenças precisam ser destacadas:

1) a greve de 1907 foi limitada aos trabalhadores, não se transformou em uma revolta envolvendo uma parte consistente da população paulistana, como em 1917;

2) a greve de 1907 foi organizada e coordenada por uma central sindical, a FOSP, que em 1917 só ressurgiu como resultado da greve geral.

Assim como em 1917, também em 1907 a luta foi organizada como um movimento em cadeia, tendo uma categoria de trabalhadores que iniciou o processo em um setor, em um estabelecimento fabril.

Em 1907, os trabalhadores que primeiramente conseguiram transformar o movimento em uma greve geral foram os construtores de veículos de São Paulo. A luta durou cerca de um mês, e numa reunião mista de proprietários e operários das fábricas de veículos, na qual interveio também o secretário da FOSP, Giulio Sorelli, foi sancionada a vitória da greve. A ela se seguiram, ao mesmo tempo, as greves dos pedreiros, canteiros, pintores, marmoristas, trabalhadores da limpeza pública, encanadores, tipógrafos, funileiros, chapeleiros, metalúrgicos, tecelões, trabalhadores em madeira, passamaneiros e trabalhadores em massas (fábricas de macarrão). Na maioria das categorias, a greve foi geral e simultânea, enquanto em outras foi por estabelecimento. Todas essas categorias realizaram suas reuniões na sede da FOSP, onde se elaborou esta estratégia de uma greve geral escalonada⁴⁷.

Valha o exemplo da assembleia dos pedreiros, uma categoria fundamental na São Paulo que crescia continuamente no setor da construção. Na FOSP, ao se reunir com os pedreiros, que sugeriram que quem tinha obtido as oito horas continuasse em greve, Sorelli foi contrário por considerar que era necessário diminuir o número de desempregados e aconselhou os grevistas a entrarem nos canteiros que já tinham conseguido as oito horas⁴⁸.

O objetivo era obter a jornada de oito horas, sucesso inalcançável na época, em todos os países. De fato, ainda que por poucos meses, diversas categorias — aquelas em que o nível de qualificação e certa autonomia no processo produtivo eram características importantes, como os construtores de veículos, os pedreiros, os marceneiros e os chapeleiros — conseguiram as oito horas. Os outros trabalhadores, inclusive os operários das grandes fábricas do setor têxtil e alimentício, só conseguiram diminuir a jornada.

A repressão contra a FOSP foi brutal: policiais armados invadiram a sede, prenderam Giulio Sorelli, que permaneceu treze dias na cadeia, e mais vinte trabalhadores que ali estavam reunidos⁴⁹. Foram também apreendidos móveis e livros da sede, e não foram mais devolvidos apesar dos inúmeros requerimentos enviados às autoridades policiais, nos quais se solicitava também a garantia do direito de reunião. De todo modo, a FOSP voltou a funcionar, com uma atuação que durou até 1912.

A primeira greve geral de 1907 ocorreu justamente no ano em que começou a vigorar a Lei Adolpho Gordo, pela qual estrangeiros envolvidos em atividades

consideradas violentas contra o Estado e a propriedade podiam ser expulsos do país e deportados. Consequentemente, diversos militantes foram processados e muitos expulsos. Em 1913 a lei foi piorada, tirando o artigo que excluía os estrangeiros casados com brasileiros ou com filhos nascidos no Brasil ou com mais de três anos de residência. Apesar de ter sido considerada inconstitucional pelo Tribunal Federal, a lei de 1913 ainda vigorava em 1917.

A Greve Geral de 1917, portanto, ocorreu quando as autoridades tinham a possibilidade de repressão legal absoluta sobre os trabalhadores estrangeiros, que, como se sabe, constituíam a grande maioria da classe em São Paulo.

A greve geral de 1917

Origens da greve: trabalhadores em tempos de guerra

Os países latino-americanos, apesar de distantes do palco principal da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), foram atingidos de diversos modos pelo conflito. Nesses países, exportadores de produtos agrícolas, a guerra elevou os preços dos alimentos, o que afetava gravemente os trabalhadores, cujos salários não eram aumentados proporcionalmente. Em abril de 1917, os Estados Unidos, que junto com a Argentina era dos principais fornecedores de grãos para o Brasil, também entrou no conflito.

Com quase todos os países europeus e os Estados Unidos envolvidos no conflito, portanto com a produção industrial voltada para abastecer os exércitos, houve uma forte diminuição das importações de produtos industrializados. Esse fator incentivou as indústrias brasileiras, e particularmente as de São Paulo, a produzir mais e substituir os bens que antes eram importados, principalmente no setor têxtil. Ao mesmo tempo, não podendo importar mais maquinários e peças

para conserto, as máquinas foram exploradas ao máximo devido ao repentino aumento de produção⁵⁰.

Nesse contexto de intensificação da produção industrial, com a paralisação dos fluxos migratórios internos das fazendas para a cidade e também da imigração internacional, os empresários ampliaram fortemente as jornadas de trabalho dos operários. Ao longo do ano de 1915 e parte de 1916 tudo isso significou a volta ao pleno emprego, pois os anos 1913-14 foram de recessão e desemprego. Mas a partir do segundo semestre de 1916, o aumento dos preços e da carga horária, associados à estagnação de salários já baixos, agravou a situação de miséria dos trabalhadores paulistanos e criou uma mistura explosiva de ressentimentos e tensões⁵¹.

No fim de junho e começo de julho de 1917, calculava-se que os preços dos alimentos aumentaram em um ano mais de 50%; para alguns alimentos o aumento foi até de 200-300%, e que o salário médio diário de um tecelão comprava metade do que comprava alguns meses antes⁵². Ainda durante a greve, em julho, enquanto os operários ficavam sem receber, o saco de farinha passava dos 30\$000 aos 40\$000⁵³.

A prática das multas que incidiam sobre o salário, a exploração das crianças, a extensão da jornada de trabalho para o turno da noite, fato esse que para as mulheres significava um aumento notável do risco de violência, foram todos elementos importantes da exploração que caracterizaram mais ainda aquele período.

O golpe final foi o recolhimento, nas empresas de propriedade de italianos, da contribuição para o Comitê Italiano Pró-Pátria de São Paulo, que enviava o dinheiro para a Itália para cobrir as despesas com a cura dos soldados feridos e para as famílias que perderam familiares no conflito (a Itália havia entrado na guerra mundial em maio de 1915). Essa, que era, em teoria, uma contribuição voluntária dos trabalhadores italianos, começou a incidir mensalmente sobre os seus salários, para além da boa vontade patriótica desses operários, se tornando, afinal, uma espécie de taxa obrigatória. Considerando o fato de que a maioria das grandes fábricas era de propriedades de italianos, e que a maioria dos trabalhadores era também de origem italiana, essa contribuição tinha certo peso, começou a ser odiada, foi a gota final⁵⁴.

Para se ter uma ideia de como todos estes fatores aumentaram as condições de exploração, podemos considerar a composição social e étnica dos trabalhadores da fábrica de tecidos Cotonifício Crespi na Mooca, de propriedade do italiano

Rodolfo Crespi, onde iniciou o movimento grevista de 1917. Segundo um censo industrial de alguns anos antes (1912), a fábrica empregava 1305 operários: 947 eram italianos, divididos entre 234 homens e 713 mulheres (das quais: 225 menores de 22 anos, 223 maiores de 22 anos e 243 crianças abaixo dos 10 anos)⁵⁵.

Greves por aumento de salário se multiplicaram a partir de maio 1917, algumas das manifestações terminaram com assaltos aos comércios e depósitos de alimentos; mas, desde o começo do ano, paralisações localizadas de alguns dias e boicotes à produção eram corriqueiros nas indústrias têxteis.

Era esse o quadro que se observava em São Paulo naqueles anos.

Temos que considerar, agora, a reorganização dos grupos militantes e do movimento operário que estava ocorrendo com intensidade cada vez maior depois da fase de desarticulação dos anos 1912-14.

Esse movimento foi muito importante, porque precedeu as greves, evidenciando a relação que os trabalhadores tinham com os grupos de diversas tendências e o movimento operário organizado. Essa relação, apesar de um período de distanciamento, nunca cessou de existir e explica a rapidez e a estratégia de desenvolvimento do movimento paredista de junho-julho de 1917.

Em agosto de 1914, os socialistas de São Paulo iniciaram a organização de um movimento de opinião pública, estruturado por associações, para pressionar o governo municipal e estadual com o objetivo de tomar providências concretas para enfrentar a situação de desemprego naquele momento⁵⁶.

O Centro Socialista Internacional de São Paulo publicou naqueles dias um programa que podemos reencontrar nas lutas de 1917: 1) jornada de oito horas para os adultos, seis horas para os menores de 14 a 18 anos e abolição do trabalho infantil; 2) responsabilidade civil e penal dos empresários nos casos de acidentes de trabalho; 3) direito de reunião e de greve, com a abolição dos artigos 204 e 207 do código penal brasileiro; 4) regulamentação do trabalho e fiscalização da aplicação das regras através da instituição de inspetores da secretaria estadual do trabalho⁵⁷.

Com a participação de sociedades mutualistas de São Paulo, uma assembleia realizada em 20 de agosto de 1914 – presidida pelo socialista italiano Alcibiade Bertolotti – chegou à elaboração de uma série de reivindicações: o início de uma série de trabalhos públicos – sobretudo relativos à abertura de obras edilícias e frentes de trabalho nas estradas –; fixação dos preços máximos

dos bens alimentares e fiscalização desses; abertura de mercados livres e armazéns municipais com alimentos a preço de custo; impedir temporariamente os despejos das casas; diminuir os aluguéis das casas operárias; um projeto de fundação de vilas operárias.

ASSOCIAÇÕES QUE PARTICIPARAM DA ASSEMBLEIA DE 20/8/1914⁵⁸

SIMS Leale Oberdan; Unione Operaia di Barra Funda; SIMSVittorio Emanuele II; Centro Internacional da Luz; Sociedade Beneficente dos Chaffeurs; Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas; Allgemeiner Arbeiterverein; Ufficio informazioni e assistenza per gli operai italiani; Deutscher Graphischer Verband für Brasilien; Sociedade Aliança; Sociedade Cooperativa Beneficente Paulista; Federación Española; União dos Canteiros; Lega della Democrazia; SIMS Galileo Galilei; SIMS Lega Lombarda; Federazione dei maestri Italiani; Sociedade Beneficente Portuguesa.

Foi nesse período que a prefeitura de São Paulo instalou as primeiras feiras livres, que existem ainda hoje.

A ação desse conjunto de associações socialistas e mutualistas foi integrada pelos grupos anarquistas e continuou por meio da realização de comícios e da formação de um Comitê de Defesa Proletária (também chamado Comitê Proletário de Agitação Popular)⁵⁹.

Esse movimento inaugurou um modo de intervenção e de organização de protestos, que será seguido em 1917 pela formação do Comitê contra a exploração das crianças, e, em julho de 1917, durante a greve geral, pelo Comitê de Defesa Proletária. Assim como acontecerá em 1917, o movimento partiu de uma série de atividades de comícios nos principais bairros operários da cidade, com base no Largo da Concórdia, no Brás, todos com uma notável participação popular. Ao mesmo tempo, notamos como as reivindicações elaboradas nesse período por esse movimento voltarão com a mesma insistência nos dias da greve geral de julho de 1917.

Outro fator importante foi a colaboração dos grupos socialistas e anarquistas em torno da crítica à guerra que tinha acabado de eclodir em julho de 1914. Os jornais operários *Avanti!* (socialista), *Propaganda Libertaria*, e depois *Guerra Sociale* (anarquistas), a partir de meados de 1914, cobriam quase metade de suas colunas com artigos contra a guerra. Ambos, por serem escritos em italiano, montaram as

Em março de 1917, a partir de uma iniciativa dos grupos anarquistas, surgiu o Comitê Popular de Agitação contra a exploração das crianças, integrado também pelos socialistas, pelos republicanos sociais italianos, e por uma série de associações diferentes, entre as quais o Sindicato dos canteiros de Ribeirão Pires.

GRUPOS DE APOIO DO COMITÊ POPULAR⁶⁰

Centro Feminino Jovens Idealistas; Centro Libertário; Centro Socialista Internazionale, do *Círculo Socialista de Água Branca e Lapa*; *Circolo Repubblicano IX Febbraio*; *Circolo Repubblicano Antonio Fratti*; Comissão da Aliança Anarquista; Escolas Modernas n. 1 e 2; Grupo “Os Sem Pátria” da Lapa; *Gruppo Editore di Guerra Sociale*; A Lanterna; Sindicato dos Canteiros de Ribeirão Pires; Sociedade da Escola Moderna de São Paulo; União Libertária da Lapa; *Loggia Guglielmo Oberdan*; *Grande Oriente Autonomo dello Stato di São Paulo*, *Allgemeiner Arbeiter Verein*; Centro de Estudos Sociais de Votorantim; Grupo Libertário de Jundiaí; Grupo Libertário de Bauru; Centro Libertário de Ribeirão Preto.

As formas e modalidades por meio das quais se desenvolveu a ação do Comitê foram o prelúdio de como teria se desenvolvido o processo de organização sindical de junho-julho 1917 e a greve geral, tanto no que se refere às forças que apoiaram a greve e, em geral, esse processo de reorganização, assim como no que se referia à estrutura por bairro dos grêmios sindicais que surgiram posteriormente.

De fato, a atividade do Comitê foi baseada, além da coleta de informações sobre o trabalho infantil por meio da distribuição de formulários aos operários nas fábricas e às associações, na realização de assembleias populares e comícios de protesto nos bairros operários de São Paulo⁶¹. Já no final de março tinham sido realizados comícios, com a presença de um público numeroso de trabalhadores, no Bom Retiro, Lapa, Brás, Cambuci, Ipiranga e Belenzinho, e um comício geral no Largo da Concorórdia, no Brás. A experiência foi realizada novamente ao longo do mês de abril nos mesmos bairros. Nos comícios falava sempre um orador em português, um em italiano e um em espanhol. Assim como nas jornadas de julho de 1917, os principais oradores eram o socialista Teodoro Monicelli e os anarquistas Edgard Leunroth e Florentino de Carvalho ou sua irmã Antonia Soares⁶².

O que estava em jogo, de fato, era a retomada da organização dos trabalhadores em São Paulo, uma vez que também os anarquistas, no início do mês de abril, estavam convencidos de transformar o movimento de agitação no começo do uma nova fase de reorganização sindical, cujo próximo passo devia ser a realização de reuniões em salas de sociedades de socorro mútuo ou no salão Germinal para fundar ligas de resistência.⁶³ Do mesmo período, um sinal deste despertar foi representado também pela retomada das publicações do jornal *O Chapeleiro*, da União dos Chapeleiros⁶⁴.

A manifestação do Primeiro de Maio de 1917 ia nesta direção: representantes dos grupos anarquistas, socialistas e republicanos estavam de novo juntos na comissão que organizou a passeata pelo centro de São Paulo e os comícios que a precederam nos bairros operários⁶⁵.

É interessante notar que a manifestação seguiu um caminho que depois será o mesmo das agitações do movimento grevista de julho 1917, isto é: comícios e agremiações iniciais nos bairros do Cambuci, Mooca, Brás e Bom Retiro, e em seguida formação de um cortejo que se transferia no centro da cidade⁶⁶. Também a simbologia da passeata mostrava como, embora os anarquistas tivessem um papel fundamental nas manifestações daqueles dias, eram evidentes as ligações que diversos operários paulistanos tinham com o movimento sindicalista revolucionário e socialista, uma vez que o grupo proveniente do Brás participou da passeata levando à sua frente duas bandeiras vermelhas⁶⁷.

Alguns dias depois da manifestação do Primeiro de Maio de 1917, o processo de reorganização das ligas sindicais já estava encaminhado.

Como também tinha observado Gigi Damiani um mês antes, o movimento se assemelhava ao que estava em curso no Rio de Janeiro, onde, a partir da agitação contra a carestia da vida, tinha começado um processo de reestruturação das ligas operárias, com a única diferença que em São Paulo o movimento que impulsionou este processo foi representado pela agitação contra a exploração das crianças⁶⁸.

A partir da primeira semana de maio de 1917, algumas comissões de operários de fábricas têxteis se juntaram a militantes anarquistas e socialistas e alguns sindicalistas para finalizar a criação de ligas operárias.

O estado de tensão em algumas fábricas têxteis (Tecidos Labor, Indústria Têxtil e Cotonifício Crespi) e a greve iniciada entre os trabalhadores das minas de pedra

de Ribeirão Pires e Cotia (que serviam todo o setor da construção da cidade de São Paulo) levou os socialistas a propor a organização de uma greve geral⁶⁹.

A proposta foi apoiada pelos anarquistas, que, após os debates internos em prol ou contra os sindicatos ao longo de 1916 e 1917, estavam agora unidos a favor da atuação prioritária nas organizações sindicais⁷⁰. A proposta foi feita no mesmo dia em que tinha sido organizada a constituição definitiva da Liga Operária do Belenzinho, no Cinema Belém, na avenida Celso Garcia⁷¹.

Em pouco tempo a comissão organizadora da Liga Operária do Belenzinho transformou-se em comissão organizadora de uma nova federação operária paulista, inicialmente pensada como UGT (União Geral dos Trabalhadores), que devia se filiar à Confederação Operária Brasileira. O passo sucessivo foi a fundação, na última semana de maio, da Liga Operária da Mooca, no dia 18 de maio de 1917⁷².

Alguns dias depois, o Centro Socialista Internacional publicou também, no *Fanfulla* de 22 de maio 1917⁷³, a convocação para uma reunião que coordenasse a organização e a eclosão das greves, de novo apontando para a greve geral.

A CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA BRASILEIRA – COB

Em outubro de 1912, a Federação Operária do Rio de Janeiro nomeou uma comissão reorganizadora da COB, para dar início aos trabalhos para a realização do 2º Congresso Operário Brasileiro⁷⁵. Em janeiro de 1913, a COB estava reorganizada, renascendo também seu jornal, dando início a um novo período de lutas intensas. Nos primeiros meses de 1913, a COB promoveu a realização de inúmeros comícios e manifestações contra ao desemprego. Promoveu também diversos comícios contra a lei de expulsão de estrangeiros, além das comemorações e protestos do Primeiro de Maio. Organizou também atividades de propaganda contra a imigração para o Brasil, denunciando as péssimas condições de vida e de trabalho existentes no país. O Segundo Congresso Operário Brasileiro, realizado em setembro de 1913. Em Primeiro de Maio de 1915, a Comissão de Agitação contra a Guerra, fundada por anarquistas, junto com a Confederação Operária Brasileira (COB), organizaram uma grande manifestação antibélica no Rio de Janeiro.

Fonte: “O que pensa o Brasil proletário. Resoluções do Segundo Congresso”. *A Voz do Trabalhador*, 01/10/1913, pp. 2, 3 e 4.

É nesse contexto que é fundado em São Paulo um dos jornais anarquistas mais importantes em língua portuguesa, *A Plebe*, semanário dirigido por Edgard Leuenroth, como continuação de *A Lanterna*. É uma mudança importante, porque o núcleo de discussões de *A Lanterna* girava em torno do anticlericalismo e crítica ao estado, enquanto *A Plebe* se volta para o movimento operário e o sindicalismo⁷⁴.

O histórico: paralisação, greve geral, revolta e embates⁷⁶

No dia 8 de junho de 1917, um grupo de cerca de quatrocentos operários e operárias da fábrica de tecidos Cotonifício Rodolfo Crespi declararam-se em greve, reivindicando um aumento de salário de 15 a 20 % e a abolição da extensão do trabalho noturno para os que já trabalhavam durante o dia. Esses trabalhadores já trabalhavam 13 horas diárias, mas com o aumento da produção estavam sendo obrigados a trabalhar até a meia-noite. Recusando-se a aceitar esse prolongamento da já longa jornada de trabalho, centenas de trabalhadores decidiram pela paralisação do trabalho.

O conjunto do Cotonifício Crespi, na Mooca, tinha sido construído em 1897, com ampliações posteriores nos anos 1910. Os edifícios ocupavam um quarteirão inteiro⁷⁷. Em 1917, a Crespi empregava cerca de dois mil trabalhadores, ainda em grande maioria, italianos e mulheres⁷⁸.

A Plebe anunciou com entusiasmo: “Assistimos a algumas assembleias dos grevistas, podendo constatar que estão possuídos do maior entusiasmo e decididos a prosseguir na greve, provocada pelo patrão, até que ele resolva aceitar as condições que exigem para voltar ao trabalho⁷⁹”.

Em um artigo no primeiro número de *A Plebe*, escrito pelo advogado anarquista Benjamim Mota, em 9 de junho de 1917, intitulado “O pobre é um vadio?”, o autor teceu seu artigo em resposta a um texto publicado com regularidade no *Correio Paulistano*, que considerava que “em São Paulo, só não ganha dinheiro quem não trabalha, só é pobre quem é vadio”, contra o qual Mota argumentava que nada menos de 90% da população paulista era pobre e perguntava: “então o operário que labuta doze ou quatorze horas por dia, para ganhar 3\$000 ou 4\$000 e que

no fim do mês não tem o suficiente para o aluguel do tugúrio em que habita e para pagar o vendeiro e o padeiro, é um vadio?”⁸⁰.

Em junho, *A Plebe* considerava que a propaganda feita em comícios e boletins estava produzindo bom efeito e esperava que os trabalhadores “sujeitos agora, como nunca, a uma situação verdadeiramente intolerável” sentissem a necessidade de agir. O jornal destacava a importância das reuniões que vinham sendo feitas em vários bairros operários para a formação de ligas e acrescentava: “Oxalá, pois, que o movimento promissor, agora em início, ganhe o devido vulto tão rapidamente quanto a gravíssima situação o exige”⁸¹.

A greve foi decidida pelos operários da fábrica, reunidos na Liga Operária da Mooca, um sindicato que reunia os trabalhadores do bairro. A empresa ameaçou demitir todos os trabalhadores se não voltassem ao trabalho, mas o movimento continuou e, a partir dessa primeira fábrica, foi se ampliando dia a dia.

Inicialmente parecia ser uma greve isolada, como outras que tinham ocorrido em anos precedentes. Essa greve, porém, tinha uma comissão de grevistas, que vinha se reunindo na Liga Operária da Mooca, uma estrutura com centenas de integrantes e que ia se tornando um ponto de referência para os trabalhadores, e acabou funcionando como mediadora e coordenadora do movimento paredista.

A greve nem estava generalizada quando os diretores da Crespi resolveram fechar a fábrica, o chamado *lock out*, uma prática patronal usual para tirar imediatamente o sustento de todos os empregados e forçá-los a pedir para voltar ao trabalho. As reivindicações de aumento salarial não foram atendidas; e no dia 29 de junho, todos os operários da fábrica estavam em greve⁸².

A pedido dos empresários, que mantinham uma relação de íntima colaboração com a força policial, as pressões sobre os trabalhadores foram aumentando, em especial contra as lideranças, e a tensão foi intensificando. Logo após o início da greve no Cotonifício Crespi, a polícia começou a procurar os trabalhadores em casa, tentando identificar os responsáveis pelo movimento. Foram convocados a depor na delegacia do Brás.

Os operários recusaram a intermediação da Câmara Italiana de Comércio, pois queriam que suas comissões negociassem diretamente com os administradores. A direção da fábrica não acolheu as reivindicações; e da Liga da Mooca partiu uma passeata com mais de mil trabalhadores — homens, mulheres e crianças —, que foram em direção ao centro pela avenida Rangel Pestana, parando em frente à redação

do principal jornal da comunidade italiana da cidade, o *Fanfulla*, para agradecer o apoio que o jornal vinha dando ao movimento. Depois se dirigiram à praça da Sé, onde realizaram um comício no qual falaram vários oradores.

A presença de trabalhadores, normalmente segregados na periferia, no centro da cidade, como em outras ocasiões de grande mobilização, começou a incomodar os ricos habitantes das áreas mais centrais. Os trabalhadores se reuniam no coração da cidade para dar maior visibilidade ao seu movimento, mas também para se apropriar simbolicamente de um território da cidade que não era considerado deles.

A intransigência dos proprietários e a ação violenta da polícia foram levando os trabalhadores a um estado de exasperação.

A greve foi então se expandindo também para outros estabelecimentos. Às reivindicações de aumento e diminuição do trabalho noturno se juntaram as demandas de abolição de medidas repressivas e um melhor tratamento por parte dos contramestres

No dia 30 de junho, os 1600 operários da fábrica de tecidos Ypiranga, de Nami Jafet e irmão, também entraram em greve, reivindicando aumento de 20% para o trabalho diurno e 25% para o noturno. Os empregadores chamaram os policiais do bairro, que agiram violentamente contra os trabalhadores grevistas, até mesmo mulheres e crianças. Todo o período foi marcado por uma relação de íntima colaboração entre o Estado, representado pela polícia, e os empregadores. Naquela mesma noite, os grevistas se reuniram para se manifestar diante da fábrica.

No dia 2 de julho, os trabalhadores de dezesseis fábricas de móveis também aderiram ao movimento, iniciando uma greve da categoria. Giulio Sorelli estava entre eles.

Os comícios começaram a reunir maior número de operários, cerca de três mil, aproximando trabalhadores de fábricas distantes, como a Crespi e a Jafet. Novamente, a polícia foi às casas de diversos operários para tentar obrigá-los a retornar ao trabalho.

No dia 3 de julho, os socialistas distribuíram dez mil folhetos convidando a população a se solidarizar com os grevistas.

No dia 6, Jafet resolveu atender às reivindicações dos trabalhadores, de 20 e 25% de aumento, e admitiu o retorno de todos os trabalhadores, sem represálias.

Empolgados com o resultado positivo da luta, os trabalhadores fundaram a Liga Operária do Ipiranga. Foi fundada também a Liga Operária Internacional dos Marceneiros, que elaborou uma tabela de reivindicação de aumentos e conseguiu uma vitória parcial, com algumas fábricas de móveis atendendo aos pedidos.

No dia 7 de julho, cerca de oitocentos operários, de todas as seções da fábrica de bebidas Antarctica, na Mooca, entraram em greve em protesto contra os horários excessivos, as contínuas interrupções do trabalho em vários períodos do ano e também por aumento salarial. Reivindicações por aumento salarial vinham sendo feitas há meses pelas várias seções da fábrica, mas não tinham sido atendidas. Logo após terem declarado a greve, os operários se dirigiram em massa à Liga Operária da Mooca, onde todos se filiaram, e foi improvisado um comício. Cada seção da fábrica indicou seus representantes, formando uma comissão de 40 operários.

Naquele dia ocorreu um assalto a um veículo da Casa Gamba e foram roubados seis sacos de farinha – dois manifestantes foram presos. Cerca de 200 operários dirigiram-se à Central da Polícia, no centro, para pedir a libertação dos presos e para dizer que os operários da Antarctica não tinham nenhuma relação com o saque. A insatisfação dos trabalhadores foi aumentando e se generalizando. Começaram a ocorrer vários tumultos e confrontos entre a polícia e os trabalhadores. A situação foi continuamente se agravando.

Na noite de 8 de julho, na Mooca, os operários da Crespi, exasperados, atiraram pedras nos policiais, que responderam com tiros contra a multidão. Dez operários foram presos. Os operários das várias fábricas em greve se reúnem na Liga da Mooca e decidem enviar um representante na reunião do dia seguinte no Salão Germinal, na rua do Carmo 20, organizada para formar um comitê de agitação. Nesse meio tempo, a fábrica de cerveja Antarctica decidiu conceder aumento à seção dos engarrafadores, mas eles retornariam ao trabalho somente quando o aumento tivesse sido concedido a todos os trabalhadores da fábrica.

No dia 9 de julho, foi formado o Comitê de Defesa Proletária, integrado por militantes anarquistas e socialistas, alguns dos quais sindicalistas, para coordenar as greves ainda dispersas, levar o movimento a uma greve geral e finalmente apresentar uma plataforma única de propostas de melhoria das condições de trabalho. É importante destacar que os organizadores que o constituíram eram conhecidos pela população operária paulistana, e se tratavam dos mesmos militantes que

participaram da retomada do movimento operário em 1914-15, o que explica a confiança depositada neles pelos trabalhadores. Foi o Comitê que organizou também uma coleta de dinheiro para ajudar as vítimas, decidindo priorizar as famílias em maiores dificuldades, visto que o dinheiro não era suficiente para ajudar a todos os trabalhadores, as despesas processuais e as famílias dos operários feridos durante as greves.

O dia 10 de julho foi marcado por protestos em ruas e praças, sobretudo no Brás e na Mooca, e na frente das fábricas envolvidas. Com as reações mais violentas da Força Pública surgem os primeiros feridos graves, e a morte do jovem sapateiro anarquista espanhol José Gimenez Martinez.

Nesse momento, os grevistas eram cerca de 15.500, considerando que um terço deles havia conseguido algum sucesso, mas continuavam em greve por solidariedade. A maioria dos grevistas trabalhava em seis grandes estabelecimentos concentrados na Mooca: Crespi, Antártica, Mariângela, Stamperia Matarazzo, Lanificio De Camillis, Tecidos de Juta (de Jorge Street) e em 24 oficinas de fabricação de móveis.

No dia do enterro de Martinez, 11 de julho, houve a paralização geral da cidade por ocasião do cortejo fúnebre do Brás ao Araçá, seguido pelo comício na praça da Sé.

Após o enterro e as manifestações ocorridas no mesmo dia, pela recusa dos empresários de sentar na mesa de negociação diretamente com o Comitê de Defesa Proletária, a imprensa paulistana se colocou como mediadora e pediu para o governo do estado participar também.

A primeira reunião na presença do secretário de justiça e segurança pública do estado, Eloy Chaves, foi realizada no dia 12 de julho. A Tecidos de Juta Sant'Anna (dirigida por Jorge Street, com três mil empregados), a Cia. Mechanica e Importadora de Alessandro Siciliano e a Tecelagem de Seda da Mooca (ambas com oitocentos operários cada), foram as únicas empresas que nesse momento abriram a frente de negociação, concordando com o aumento de 20%.

Nesse mesmo dia, já havia cerca de vinte mil grevistas, envolvendo cinquenta e quatro empresas. Esta foi também a data do ataque ao moinho santista, com retirada de seiscentas sacas de farinha.

Na manhã do dia 13 de julho são conhecidas as propostas da comissão de imprensa para os empresários: 20% de aumento salarial e a readmissão de todos os operários. Logo, foi convocado para a tarde um comício público na praça da Sé

por parte do Comitê de Defesa Proletária, para comunicar os avanços e discutir sobre a situação da greve geral.

Os trabalhadores em greve continuavam aumentando: eram cerca de vinte e cinco mil, correspondendo a noventa estabelecimentos fabris⁸³.

Durante a manhã e a tarde do dia 13 houve cargas da cavalaria da Força Pública na praça da Sé e na ladeira do Carmo contra grupos de trabalhadores que estavam na área central e se agrupavam para o comício, resultando em dezenas de feridos graves e dezenas de presos. Naquele dia, agressões da força pública, atirando contra grupos de trabalhadores, ocorreram em várias partes da cidade. Edoarda Bindo, filha do operário Primo, foi morta por um tiro de carabina, um dos tantos disparados contra um conjunto de trabalhadores na rua Vitorino Carmillo, no centro. O pedreiro de 28 anos, Nicola Salerno, por ser conhecido como muito ativo no movimento operário, foi praticamente executado enquanto passava na rua Augusta e cruzou em um pelotão da força pública. Embates ocorreram também na avenida Paulista.

Foi a partir desse momento que os trabalhadores explodiram em fúria e a cidade ficou quase ingovernável, tomada por uma revolta urbana.

O resultado foi um saldo provável de pelo menos duzentos mortos pela ação da força pública.

No dia seguinte, 14 de julho, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou a convocação do Comitê de Imprensa para uma reunião a ser realizada na sua redação. Nela se solicitava ao Comitê de Defesa Proletária que nomeasse uma comissão de operários para negociar com os empresários e o Estado através da intermediação do Comitê de Imprensa.

Nesse mesmo dia, dois grandes comícios foram realizados na Lapa e na Mooca, nos quais houve aplausos às atividades do Comitê de Defesa Proletária. Nessas manifestações, os oradores convidaram os trabalhadores a não cair na armadilha daqueles que queriam que o movimento deslizesse para a violência para sufocar o que consideravam um justo movimento de reivindicações proletárias.

Entre o sábado, 14 de julho, e a segunda-feira, 16 de julho, vários empresários foram assinando um acordo que reconhecia, nesta ordem:

- 1) aumento de 20% nos salários;
- 2) proibição da demissão dos operários grevistas;
- 3) respeito do direito de reunião dos trabalhadores;
- 4) realização do pagamento do salário na primeira quinzena de cada mês;

5) promessa do acompanhamento das iniciativas voltadas às melhorias morais, materiais e econômicas do proletariado de São Paulo.

Por parte do governo estadual, foi prometida uma declaração de intenções, a liberação dos presos e a elaboração de medidas legais para regulamentar alguns aspectos do trabalho, a partir da jornada e do emprego de menores e mulheres.

No dia 16 de julho, por meio de três assembleias nos bairros operários do Brás, da Lapa e do Ipiranga – a mais numerosa, com quase dez mil pessoas presentes, foi realizada no Largo da Concórdia, no Brás – os coordenadores do Comitê de Defesa Proletária – os anarquistas Leuenroth, Cianci e Candeias Duarte; e os socialistas Monicelli e Sgai – apresentaram aos operários as bases de acordo, que foram aprovadas publicamente com poucas oposições, apesar do descompasso com as propostas apresentadas publicamente pelo Comitê de Defesa Proletária alguns dias antes, em 12 de julho.

Foi no dia 16 de julho que houve o maior número de operários em greve, cerca de quarenta e cinco mil⁸⁴.

Esse dia é considerado convencionalmente o fim da greve geral em São Paulo, mas os trabalhadores foram voltando ao trabalho aos poucos, porque muitos empresários recusavam-se a assinar o acordo, pretendendo negociar diretamente com seus empregados.

No dia 18 de julho, na rua Aurora 29, o Comitê de Defesa Proletária e os representantes de todas as categorias em greve reuniram-se para continuar na coordenação da luta, agora em prol da aplicação dos acordos estipulados alguns dias antes a todas as categorias. Foram escolhidos representantes de todas as categorias proporcionalmente ao número de empregados em cada setor. Nesse momento, a greve era geral também entre os pedreiros, com a interrupção de todas as construções, também reivindicando um aumento de 20%. Na fábrica de calçados Melillo, os trezentos operários também cruzaram os braços reivindicando esses mesmos 20%. As reuniões sucediam-se quase ininterruptamente.

Nesse mesmo dia, muitos empresários também se reuniram na sede do jornal *O Estado de S. Paulo* para coordenar uma resposta o quanto possível unitária ao movimento organizado dos trabalhadores e ao fato que, apesar dos acordos assinados e da diminuição dos grevistas, o movimento paredista ainda continuava.

No dia 19 de julho, apesar da quase totalidade dos grevistas terem voltado ao trabalho, ainda permaneciam em greve os trabalhadores de 170 empresas, quase

todas de pequenas dimensões, entre as quais se destacam: o conjunto das fábricas de calçados, o lanifício Kowarick (cerca de mil operários), a Estamparia Matarazzo (mil e quinhentos operários) e as pedreiras, com cerca de oitocentos grevistas, os mesmos que estavam na frente do movimento de organização desde 1915.

Todas as categorias seguiram o mesmo padrão de intervenção no movimento grevista. A greve se generalizou pelo seguinte caminho: formação de uma comissão de representantes do setor; assembleia geral e apresentação das reivindicações contemporaneamente à entrada na greve a todos os empresários daquele setor, coletivamente. A greve se tornou generalizada somente quando a vitória de uma parte dos operários atraiu outros trabalhadores de pequenas e médias fábricas para o movimento, o que ocorreu entre os dias 14 e 17 de julho.

Os movimentos dos trabalhadores não se encerraram, porém, naquele julho de 1917.

A partir do fim de julho e durante todo o mês de agosto foi finalizado o processo de reconstituição de uma central sindical do estado de São Paulo, por meio da consolidação e institucionalização das ligas operárias e sindicatos de ofício que existiam antes da greve ou foram se reconstituindo durante e após o movimento paredista.

No dia 23 de julho, foram convocadas as primeiras reuniões para firmar a organização operária sindical. No dia 26, o Comitê de Defesa Proletária chamou uma reunião geral para formar uma federação de sindicatos, a ser associada à Confederação Operária Brasileira. No dia 1º de agosto, o Comitê convocou a reunião de fundação da central sindical em São Paulo para o fim do mês, de modo que todas as ligas operárias pudessem discutir internamente a plataforma comum da organização.

Finalmente, no dia 26 de agosto de 1917 foi refundada a Federação Operária de São Paulo, a FOSP, da qual participaram as seguintes organizações operárias⁸⁵:

Liga dos Trabalhadores em Cerâmica / Liga dos Ceramistas – Água Branca
Liga dos Trabalhadores em Madeira – Liga Internacional dos Marceneiros
Sindicato dos Ferreiros e Serralheiros
Sindicato Gráfico do Brasil
Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Bebidas – Antarctica
Sindicato dos Padeiros e Confeiteiros
União/Sociedade dos Alfaiates

União dos Canteiros
União dos Chapeleiros
União dos Pedreiros e Serventes
União/Liga dos Padeiros e Confeiteiros
União dos Sapateiros / Artífices em calçados
União Geral dos Ferroviários - seção da SP Railway
Liga Operária do Belenzinho
Liga Operária da Mooca
Liga Operária de Água Branca e Lapa
Liga Operária do Cambuci
Liga Operária do Ipiranga
Liga Operária do Bom Retiro
Liga Operária da Vila Mariana
Liga Operária do Brás
Liga Operária de São Roque
Liga Operária de Sorocaba
Sindicato dos Canteiros de Cotia
Sindicato Internacional dos Canteiros de Ribeirão Pires
Sociedade dos Laminadores de São Caetano

Sucessivamente, mais algumas ligas operárias do interior se agregaram: de Bauru, Piracicaba e Sabaúna⁸⁶.

Considerando os sindicatos da cidade de São Paulo e arredores, somente as ligas da Mooca e do Belenzinho, o Sindicato Gráfico, a União dos Chapeleiros e a União dos Canteiros de Ribeirão Pires (vanguarda do movimento sindical) já existiam antes que a greve começasse. As ligas da Água Branca e da Lapa foram fundadas no mês de junho; a do Ipiranga, a dos marceneiros e a dos alfaiates nasceram no início de julho; e as demais, embora tivessem iniciado sua formação em julho, foram fundadas na primeira semana de agosto.

Porém, naqueles dias do fim de agosto, paralelamente à reconstituição da FOSP, tudo recomeça, ou melhor, as greves voltam a acontecer com frequência, pelos mesmos motivos de maio e junho.

Em 27 de agosto entraram em greve os quinhentos operários da Fábrica de Tecidos e Bordados Lapa. Além da reivindicação do aumento de 20%, os trabalha-

dores exigiam também a demissão de contramestres, em virtude dos maus-tratos infringidos aos operários e às operárias. A Liga Operária do Brás se solidarizou moralmente e materialmente com os operários dessa fábrica.

Os mil e quinhentos trabalhadores da fábrica de tecidos Ypiranga, dos Jafet, voltaram a entrar em greve no dia 1º de setembro, por uma série de motivos: contra o regulamento interno da fábrica, para a readmissão de operários demitidos e por causa das violências corriqueiras da polícia e invasão da liga operária local.

Na segunda semana de setembro entraram em agitação os trabalhadores da São Paulo Railway, contra as demissões de uma parte deles. Neste momento, a União geral dos Ferroviários contava com cerca de seis mil filiados.

Assim, o movimento paredista de agosto-setembro ocorria em um contexto organizativo resultado da greve geral, com uma rede coordenada de ligas e sindicatos que acabava de se reestruturar. Nesse ponto, entrou em ação uma nova onda repressiva do Estado, voltada para desarticular essa rede e golpear lideranças políticas e sindicais.

O movimento de São Paulo teve repercussões no resto do país, embora muitas greves que eclodiram no mesmo período, a partir dos meados de julho, em outras cidades brasileiras, estivessem ligadas nem tanto ao espírito de emulação da greve geral paulistana, mas a motivos e dinâmicas próprias, parecidas com as de São Paulo e até da conjuntura mundial.

Certamente, as notícias do estado de rebeldia que a greve geral de São Paulo havia tomado e o sucesso alcançado foi um estímulo para que em outras cidades do país as greves locais se intensificassem, almejando uma solução parecida de afirmação da classe trabalhadora.

No caso das cidades paulistas, havia um elo claro com o movimento de São Paulo, pois a rede militante e os fluxos migratórios internos juntavam as experiências da capital com as do interior. Como vimos, a FOSP que foi recriada tinha como base territorial o estado como um todo, apesar de estar concentrada na capital.

Na cidade de Sorocaba, a greve geral, que envolveu mais de dez mil trabalhadores, sobretudo têxteis, começou no fim de junho no distrito de Votorantim e se desenvolveu com a mesma dinâmica e tempos da capital⁸⁷. Enquanto estava se solucionando a greve geral em São Paulo, iniciaram greves idênticas em Campinas, Jundiaí, Santos e em centros menores, mas suficientemente industrializados, como Limeira, São Roque e Piracicaba.

Greves gerais ou generalizadas ocorreram na segunda quinzena de julho também na Capital Federal, em Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre e Pelotas, além de algumas cidades menores. Contudo, nenhuma dessas alcançou as dimensões e a intensidade da greve geral de São Paulo.

O comitê da imprensa

Trabalhadores e empresários nunca chegaram a se sentar em volta da mesma mesa para negociar diretamente. O empresariado paulistano, com alguma exceção, não reconhecia o Comitê de Defesa Proletária, que unificou e coordenou a greve, insistindo na negociação particular com as comissões de trabalhadores de cada empresa, fábrica por fábrica, oficina por oficina.

Porém, o secretário da justiça Eloy Chaves e a imprensa da capital, liderada por Nereu Rangel Pestana (diretor de *O Combate*) e Umberto Serpieri (do *Fanfulla*), uns motivados pelo alastramento da rebelião urbana que já apontava para uma difusão no plano estadual, senão nacional; os outros, por entenderem a necessidade da conciliação social frente à situação desesperadora dos trabalhadores, insistiram para que os empresários discutissem as propostas do Comitê de Defesa Proletária, por meio da intermediação da comissão da imprensa.

Entre os diretores de jornais da grande imprensa que promoveram o acordo dos empresários paulistanos com o Comitê de Defesa Proletária havia também Paolo Mazzoldi, do *Il Piccolo*, um experiente líder de greves gerais do norte da Itália, que tinha vindo para São Paulo para fugir da repressão à grande greve rural ocorrida em Parma, em 1908.

MEMBROS DO COMITÊ DE IMPRENSA

João Silveira Júnior (*Correio Paulistano*); Valente de Andrade (*Jornal do Comércio*); Umberto Serpieri (*Fanfulla*); José Maria Lisboa Júnior (*Diário Popular*); Paulo Moutinho (*Gazeta*); Valdomiro Fleury (*A Platea*); João Castaldi (*A Capital*); Paolo Mazzoldi (*Il Piccolo*); Nestor Pestana e Amadeu Amaral (*O Estado de S. Paulo*); Nereu Rangel Pestana (*O Combate*).

Importante papel durante a greve geral foi desempenhado pelo jornal *Fanfulla*, que se apresentava como porta-voz do toda a comunidade ítalo-paulistana naquele período. Apesar de não ser um jornal operário, o *Fanfulla* foi um ponto de referência importante para a difusão das atividades de organização e protesto que os trabalhadores iam desenvolvendo, no momento em que a imprensa operária socialista e anarquista foi silenciada pela repressão policial. Sua ação foi central, juntamente com o jornal *O Combate*, de Nereu Rangel Pestana.

Em outubro de 1917, o jornal acompanhava com atenção e noticiava os debates em torno da deportação de trabalhadores para Barbados. Segundo o jornal, agentes da polícia de São Paulo argumentavam que os operários que tinham sido embarcados no navio *Curvello* eram todos anarquistas perigosos e instigadores das greves. O jornal noticia também que o advogado socialista Evaristo de Moraes defendia os ameaçados de expulsão argumentando que muitos deles eram brasileiros e até mesmo que a Lei de Expulsão de 1913.

O jornal chegou a acusar a polícia de esconder o número de mortos durante as greves e convidou as famílias dos desaparecidos para que se dirigissem à sua redação para fornecer nomes e indicações de seus parentes. Também se defendeu das acusações do *Correio Paulistano* de que seus redatores seriam pró-anarquistas, argumentando que o *Fanfulla* continuaria discutindo todas as questões que pudessem interessar ao 1,5 milhão de italianos que viviam no estado de São Paulo.

O *Correio Paulistano* e o *Jornal do Comércio* foram os periódicos paulistanos que mais atacaram o movimento grevista, especialmente com uma intensa campanha contra os anarquistas, considerados os culpados pelo movimento, e reivindicando uma ação dura dos poderes públicos contra o que consideravam uma grave onda subversiva.

Durante toda a greve, o *Fanfulla* insistiu na justiça das reivindicações dos trabalhadores, argumentado que eles eram movidos por uma situação econômica intolerável, pelo grande aumento dos preços que seus salários não acompanhavam, e não pela ação ou influência de elementos políticos ou propagandistas. O jornal argumentou várias vezes que os trabalhadores estavam até sendo muito modestos em suas reivindicações, visto que os alimentos tinham sofrido um aumento de 50%, ou mesmo de 200% em alguns casos, em relação ao ano anterior.

Foi também o *Fanfulla* que denunciou o alarmante número de mortos resultado da repressão policial. O jornal noticiou que na noite de 15 de julho tinham

sido escavadas 210 valas na quadra 139, letra AO, do cemitério do Araçá, onde foram sepultados os cadáveres. Um esquadrão de cavalaria protegia as operações enquanto os carros da polícia iam e vinham. No dia 19, outros seis cadáveres, cinco homens e uma mulher, também foram sepultados ali⁸⁸.

As reivindicações dos trabalhadores: conjuntura e sentido histórico

As reivindicações dos trabalhadores apresentadas pelo Comitê de Defesa Proletária eram: jornada de oito horas, semana de cinco dias e meio, fim do trabalho de crianças, restrições à contratação de mulheres e adolescentes, segurança no trabalho, pagamento pontual dos salários, aumento salarial, redução do preço dos aluguéis e no custo dos bens de consumo básicos, o respeito ao direito de sindicalização, a libertação dos trabalhadores presos durante as greves e a recontração de todos os grevistas demitidos. Essas reivindicações expressavam os interesses e necessidades dos trabalhadores e exigiam a ação tanto do Estado como dos empregadores, e nos dizem muito sobre as dificuldades da vida e do trabalho da população pobre da cidade naquele período.

A jornada de oito horas de trabalho era uma antiga reivindicação do movimento operário internacional. Aqui no Brasil, em concomitância com movimentos em várias partes do mundo, os trabalhadores reivindicavam a redução da jornada de trabalho há muito tempo – como durante a greve geral ocorrida dez anos antes, em 1907, organizada com esse escopo. Naquela ocasião, muitas categorias de trabalhadores conseguiram a jornada de oito horas, mas as conquistas, como não eram escritas em leis e nem tinham fiscalização, em geral eram efêmeras, e os trabalhadores podiam perdê-las ou tinham que permanecer mobilizados para defendê-las. Por isso, era comum que a reivindicação pelas oito horas reaparecesse em novos momentos de luta, como no caso da greve de 1917.

A semana de cinco dias e meio também era uma reivindicação importante do operariado nacional e internacional. No Brasil, os trabalhadores não tinham folga semanal garantida por lei e, em geral, descansavam somente no domingo, ou nem mesmo no domingo. Reivindicavam trabalhar de segunda a sexta e me-

tade do sábado, de modo que pudessem ter algum tempo para repor as energias, cuidar das crianças e da casa.

O fim do trabalho de crianças, também reivindicado pelos grevistas de 1917, estava entre as principais reivindicações do movimento operário brasileiro. Inúmeras fontes, inclusive as fotografias de fábricas e seus trabalhadores, evidenciam a enorme presença de crianças no mundo do trabalho paulistano do período, em especial nas indústrias têxteis, que foi o palco do início dos movimentos de 1917. As crianças, que recebiam castigos físicos no interior da fábrica quando adormeciam ou brincavam durante suas longas jornadas de trabalho, recebiam salários muito inferiores aos dos adultos. Ao reivindicar o fim do trabalho infantil, os trabalhadores organizados pretendiam não somente proteger suas crianças, mas também garantir maior poder de negociação para os trabalhadores adultos.

A regulamentação do trabalho das mulheres também era reivindicação antiga. As mulheres recebiam salários menores do que os homens, às vezes menos da metade, e, submetidas às mesmas condições de exploração, sofriam também com o assédio e até a violência sexual por parte de empregadores e contramestres. A proibição do trabalho noturno das mulheres era uma das principais reivindicações. Essas questões da vida das operárias de fábrica foram apresentadas por Patrícia Galvão, a Pagu, em seu romance proletário, *Parque Industrial*, publicado em 1933, retratando a vida de trabalhadoras de fábrica no bairro do Brás.

A questão da segurança no trabalho era também importante e reivindicação sempre presente. Aparece também nos mais importantes espaços de discussão dos trabalhadores no período, como durante os congressos operários nacionais ocorridos em 1906 e 1913. As fábricas são sempre lugares insalubres, mas naquela época o eram ainda mais: os ambientes eram fechados e pouco arejados, quase não tinham janelas e, considerando as horas intermináveis de trabalho, os operários quase não viam a luz do sol. Nas fábricas têxteis, a aspiração contínua de poeira e fios predispunha os trabalhadores às doenças respiratórias, inclusive a tuberculose. Mas a principal preocupação era com os acidentes que ocorriam com frequência, muitas vezes causando a morte ou a amputação de membros, e não havia nenhum tipo de proteção ao trabalhador ou a sua família nesses casos.

A questão do pagamento pontual dos salários também era amplamente debatida nos sindicatos e congressos operários. Não havia nenhuma legislação

de controle, era comum que os empregadores atrasassem muito os pagamentos, lançando os trabalhadores em condições ainda mais miseráveis do que as habituais. Por isso também reivindicavam o pagamento semanal.

O aumento salarial era a principal reivindicação da greve. O enorme aumento do preço dos alimentos, no contexto da guerra, diminuiu ainda mais o poder aquisitivo dos trabalhadores, agravando a sua situação de miséria, visto que os salários não foram aumentados na proporção do aumento dos preços e a situação dos trabalhadores foi ficando insustentável. Por isso, essa questão era central na luta dos trabalhadores e o principal objetivo das greves do período.

Associadas a tudo isso, estavam também as reivindicações de redução do preço dos aluguéis, que consumiam boa parte dos poucos salários; e a redução do custo dos bens de consumo básicos, em especial dos alimentos. Os salários mal bastavam para o pagamento de aluguéis de casebres ou quartos em cortiços, em lugares sujos e lamacentos, que em dias de chuva se tornavam quase impraticáveis. Os trabalhadores chegavam ao trabalho molhados e enlameados.

Enquanto as reivindicações que analisamos até aqui se referiam a questões propriamente trabalhistas, a questão da pressão sobre o governo e empresários para a diminuição dos preços estava mais ligada a uma luta como cidadão, relacionadas às necessidades da vida urbana e dos trabalhadores na condição de consumidores. Os trabalhadores pobres da cidade eram tanto os produtores quanto os consumidores de muitos dos produtos, como alimentos e tecidos, e tinham consciência plena dessa condição, o que ficava demonstrado pelas campanhas de boicote contra os produtos de fábricas de empregadores vistos como exploradores. O próprio Matarazzo, várias vezes alvo dessas campanhas de boicote, chegou a ter que vender seus produtos com outros nomes para tentar driblar o boicote.

Questão também central na luta dos trabalhadores e presente, como vimos, nas reivindicações levadas pelo Comitê, era a do respeito ao direito de sindicalização. Era uma luta trabalhista e uma luta como cidadão, por um direito civil, o direito de se organizar e de se associar.

Durante todo o império no Brasil, foi proibido por lei qualquer tipo de associação sindical. Com a República, parecia que esse direito tinha sido adquirido e uma lei de 1907 garantia o direito à organização sindical. Na prática, porém, a cada vez que havia mobilizações importantes de trabalhadores, em especial quando

atingiam as grandes fábricas, ou outros setores estratégicos da economia – como a ferrovia e os portos, que garantiam o escoamento do café –, seus sindicatos, jornais e espaços em geral eram invadidos pela polícia, seus líderes eram presos, seus documentos destruídos, seus móveis e livros apreendidos, e, a cada vez, era preciso começar tudo de novo.

Os trabalhadores não tinham, muitas vezes, nem ao menos o direito de reunião, havendo relatos na imprensa operária e memórias que revelam que nos períodos de repressão mais intensa os trabalhadores tinham que se reunir em casas de amigos, ou em matas nos arredores da cidade, ou chegavam a fazer as discussões caminhando, uma vez que qualquer reunião de pessoas poderia atrair a repressão policial.

As últimas reivindicações tinham relação direta com os movimentos grevistas daquele momento: a libertação dos trabalhadores presos durante as greves e a recontração de todos os grevistas demitidos.

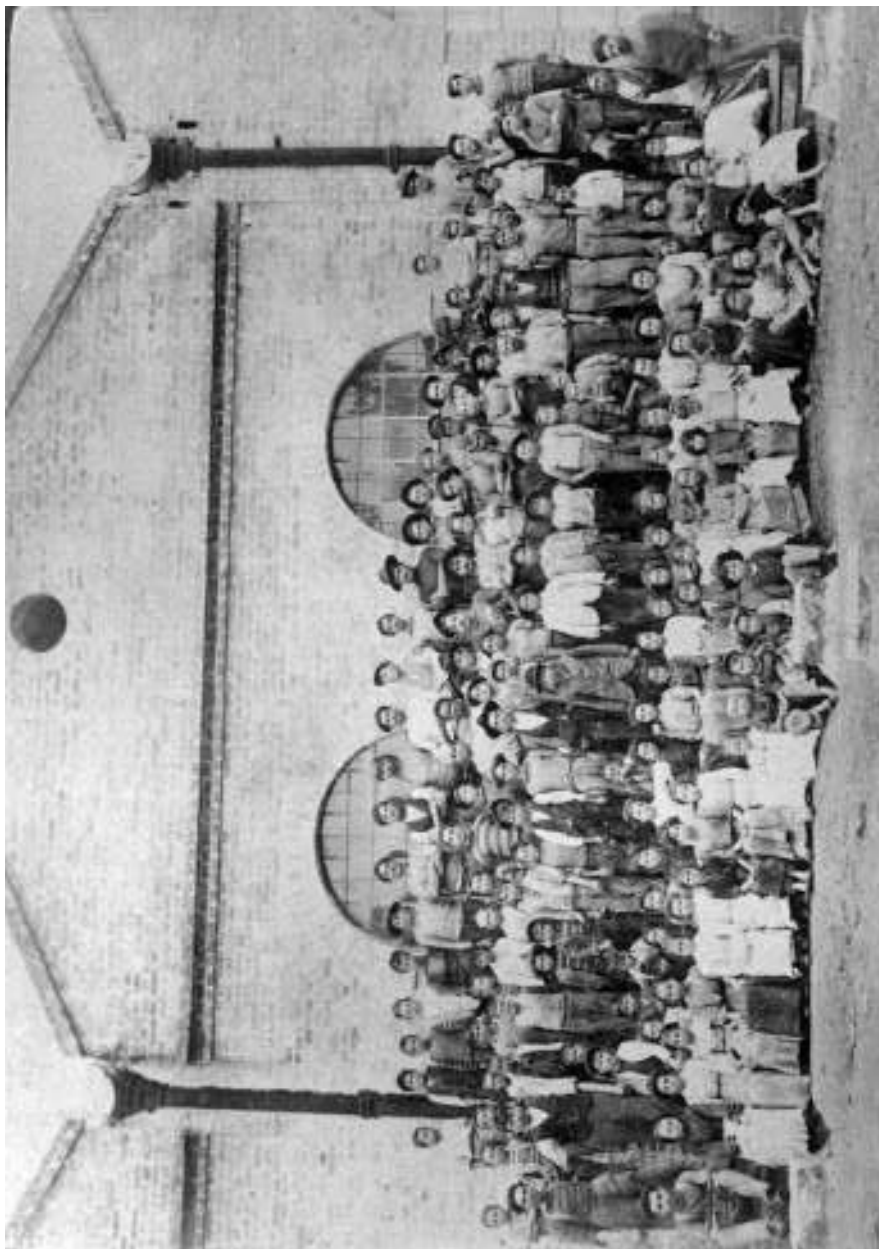
A repressão contra os trabalhadores já tinha longa história na cidade. Já em 1892, por exemplo, após algumas manifestações em comemoração ao Primeiro de Maio daquele ano, a polícia começou a perseguir os propagandistas e, a pretexto de uma bomba que teria explodido na cidade, da qual nunca se verificou a procedência, prendeu, sem direito a processo algum, por nove meses, todos os militantes (cerca de dezoito)⁸⁹. Desde então, a repressão continuou intensa, e durante as greves sobretudo os que eram considerados “cabeças” dos movimentos eram presos. Os trabalhadores mais ativos no movimento eram muitas vezes demitidos e os empregadores circulavam entre si “listas negras” dos trabalhadores que participavam das associações e movimentos, tornando difícil para eles conseguir outro emprego.

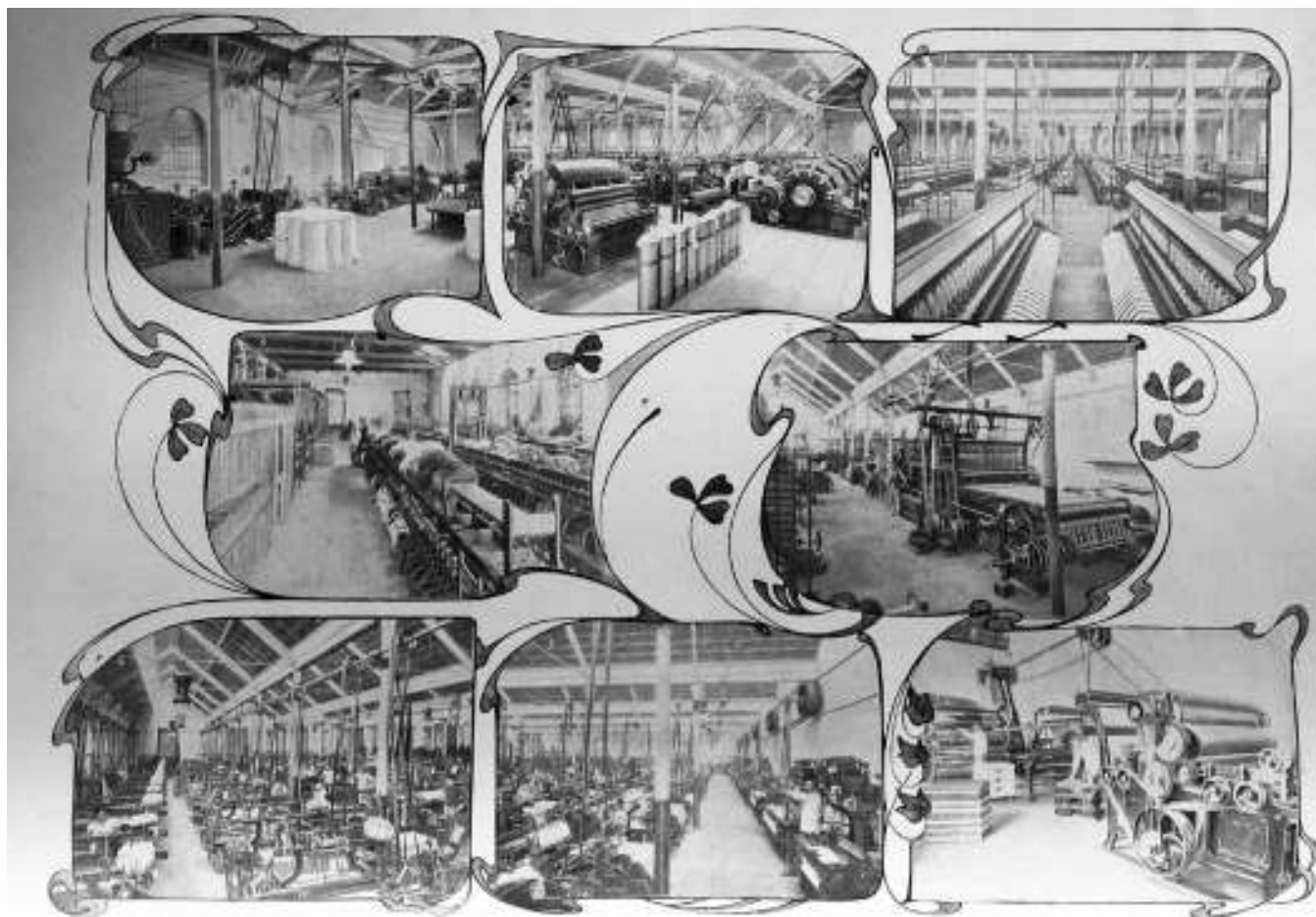


Cotonfício Rodolfo Crespi localizado no bairro da Mooca, em São Paulo. A imagem foi tirada dez anos antes da greve geral iniciada neste estabelecimento. A quantidade de crianças e mulheres evidenciam quem era a maioria dos trabalhadores da empresa. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Protagonistas da greve geral: grupos de operárias e operários da fábrica de tecidos “Mariangela” de Francesco Matarazzo, alguns anos antes da greve. Era a maior fábrica da cidade de São Paulo, com mais de 2.500 trabalhadores. Foi na frente dos seus portões que ocorreram os embates mais violentos entre grevistas e forças policiais.
Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth – AEL.







Reprodução de *StartFragment* Il Brasile e gli italiani. Florença, Bemporad & F., 1906, p. 14.



Imagens sobre a cobertura da Greve Geral na revista A Cigarra, n. 71, de 26 de julho de 1917. A revista, voltada para o público da classe média, possuía grande circulação no estado de São Paulo. Neste número, trouxe o editorial de seu diretor, Gelásio Pimenta, no qual, por meio de seus comentários demonstrava simpatia pela greve geral em relação à necessidade de algumas reformas sociais em prol da população trabalhadora. Até que enfim os trabalhadores ocupavam as páginas da mídia ilustrada com suas vidas, suas lutas, seus anseios: um dos efeitos da greve geral. A Cigarra, n.º 71, 26 de julho de 1917. p. 20-21. Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo / D.A. Press.



Duas imagens emblemáticas e difusas sobre a greve geral de 1917 em São Paulo. Na primeira, descendo a Ladeira do Carmo, provavelmente no dia do enterro de José Martinez, foi a manifestação mais numerosa da greve geral. A tradição histórica sobre o evento consolidou a memória de duas bandeiras de cores diferentes, uma preta e uma vermelha, como parece ser em uma interpretação ótica a primeira vista da imagem, simbolizando a união de anarquistas, sindicalistas e socialistas. Os cronistas de diversos jornais que acompanharam as manifestações relatam de duas simples bandeiras vermelhas, as mesmas usadas nas manifestações do 1º de Maio daquele ano. Na segunda, a multidão acompanha o cortejo fúnebre de José Martinez. Fonte: A cigarra, nº71, 26 de julho de 1917. p. 14. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo/D.A.Press



Cobertura da Greve Geral na revista A Cigarra, n. 71, de 26 de julho de 1917. A revista, voltada para o público da classe média, possuía grande circulação no estado de São Paulo. Neste número, trouxe o editorial de seu diretor, Gelásio Pimenta, no qual, por meio de seus comentários demonstrava simpatia pela greve geral em relação à necessidade de algumas reformas sociais em prol da população trabalhadora. Até que enfim os trabalhadores ocupavam as páginas da mídia ilustrada com suas vidas, suas lutas, seus anseios: um dos efeitos da greve geral. A Cigarra, n.º 71, 26 de julho de 1917. p. 15. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. /DA Press.

A Greve Geral em S. Paulo.



Um contingente da 1.ª Batalhão da Força Policial, de armas emleadas, dispersando os grevistas no Borgo Achado Prado, quando, ao fundo, os estabelecimentos comerciais completamente fechados.



Bandas de grevistas, as maioria mulheres operárias em todas as fábricas desta capital, dirigindo-se ao largo do Palácio, para se conferenciar com o sr. secretário de Justiça e Segurança Pública, a quem pediram providências para a disponibilização urgente dos grãos de primeira necessidade.



Manchete do jornal anarquista Guerra Social, escrito em italiano. No contexto, a maioria dos trabalhadores paulistanos ainda era composta por imigrantes italianos e seus filhos. Na parte superior, à esquerda, duas mensagens de solidariedade em prol dos trabalhadores da fábrica Crespi que estavam em greve ou impossibilitados (serrati) de trabalhar porque o proprietário havia fechado o estabelecimento com intuito de quebrar a greve inicial. Quase todas as matérias da página tratam dessa paralisação, criticando a ação repressiva preventiva da polícia na fábrica e na Liga Operária da Mooca. Em baixo à direita, uma lista de doadores para os trabalhadores da Crespi, entre os quais aparecem os nomes de Luigi Damiani e da sua companheira Emma Ballerini Mennocchi. Guerra Sociale n. 54, 7-7-1917, p. 1. Fonte: ASMOB, Fundo Astrogildo Pereira, IAP, Cedem.

Balancete da Liga Operaria da Mooca	
(MEZ DE JUNHO)	
DESPEZAS	
Aluguel e fundo de fiança . . .	200\$000
Deposito de luz . . .	75\$000
" " "agua . . .	20\$000
4.000 manifestos . . .	24\$000
3.000 " grandes . . .	45\$000
Talões de recibos e manifestos circulares . . .	26\$000
Bazes de acordo e manifestos . . .	32\$000
Armario e escrivanía . . .	25\$000
Instalações e concerto de luz . . .	30\$500
6 lampadas a 1\$800 . . .	10\$800
Madeiramento parr o entre porte . . .	13\$000
Objectos para secretaria . . .	14\$000
" " " " . . .	63\$000
Tintas . . .	25\$000
1 carimbo . . .	5\$000
2 blochs . . .	35\$000
2 lampadas . . .	3\$000
Recibo de luz e bond . . .	63\$000
Pregos . . .	2\$000
Uma caixa de gis e blochs . . .	7\$000
1 livro de acta e 2 p/ apontamentos . . .	42\$000
1 quadro de louça . . .	5\$000
Carreto para transporte bancos . . .	38\$200
Uma regua . . .	1\$000
Vassouras . . .	2\$000
Bond (para serviço da Liga) . . .	1\$600
4000 manifestos sobre a greve no Cottonificio Crespi . . .	25\$000
Papeis para secretaria . . .	5\$000
Despezas diversas . . .	3\$600
Para o carpinteiro . . .	5\$000
Bond (em serviço da Liga) . . .	1\$300
Carreto . . .	1\$500
Total das despesas	610\$300
ENTRADAS	
Produto de uma subscrição em beneficio dos grévistas do Lanificio Crespi, vertido em beneficio da Liga Operaria da Mooca e Liga Operaria do Belemzinho. Total dos produtos das listas em beneficio da Liga Op. da Mooca . . .	398\$800
Um ratelo na Liga . . .	22\$000
Cuotas dos associados . . .	462\$000
TOTAL	882\$800
RESUMO	
DESPEZAS . . .	610\$300
ENTRADAS . . .	882\$800
EM CAIXA . . .	272\$500
O Thesoureiro JOSE LIGIERI	

Balancete da liga operária da Mooca, publicado no jornal Guerra Sociale em 7 de julho de 1917.

Os dados evidenciam o funcionamento da liga desde um mês antes da eclosão da greve geral e também como estava plenamente voltada para a organização da greve na Crespi. O nome do tesoureiro mostra a emergência de uma identidade local da classe operária naquele momento: nome brasileiro e sobrenome italiano. Guerra Sociale, nº 54, 7 de julho de 1917, p. 4. Fonte: ASMOB, Fundo Astrogildo Pereira, IAP, Cedem.

Anúncio de palestra, em italiano, do Centro Libertário para a noite do dia 7 de julho de 1917, publicado pelo jornal anarquista Guerra Sociale. O programa expressava o momento intenso de luta daqueles dias rumo à greve geral: "Miséria e grandeza do proletariado. Causas da prosperidade dos patrões e do sofrimento proletário. Implementação de um novo método de ação direta em substituição das greves parciais. Sinais precursores da revolução iminente". Guerra Sociale nº 54, 7 de julho de 1917, p. 4. Fonte: ASMOB, Fundo Astrogildo Pereira, IAP, Cedem.

CONFERENZA

Sabato sera, 7 corrente mese, alle ore 19¹/₂, il cittadino G. Gilardi, nella SALA GERMINAL! (rua do Carmo 20, 1.º piano) dirá una sua conferenza svolgendo il tema seguente.

SEGNi DEI TEMPI

Miseria e grandezza del proletariato.
Cause della prosperità dei padroni e della decadenza del popolo.
Quadro dell'orgia capitalista e della sofferenza proletaria.
Instaurazione di un nuovo metodo di azione diretta, in sostituzione degli scioperi parziali.
Segni precursori dell'imminente rivoluzione.

• Il Centro Libertario, conta nell'intervento di tutti gli amici e dei lavoratori.



Capa de A Plebe, de 21 de julho de 1917. Primeiro número do jornal a sair depois dos acontecimentos da revolta por ocasião da greve geral. Faz um balanço do movimento, critica a repressão, e apresenta uma imagem do enterro de Martinez. Sinaliza também a retomada da organização sindical dos trabalhadores. Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth - AEL.

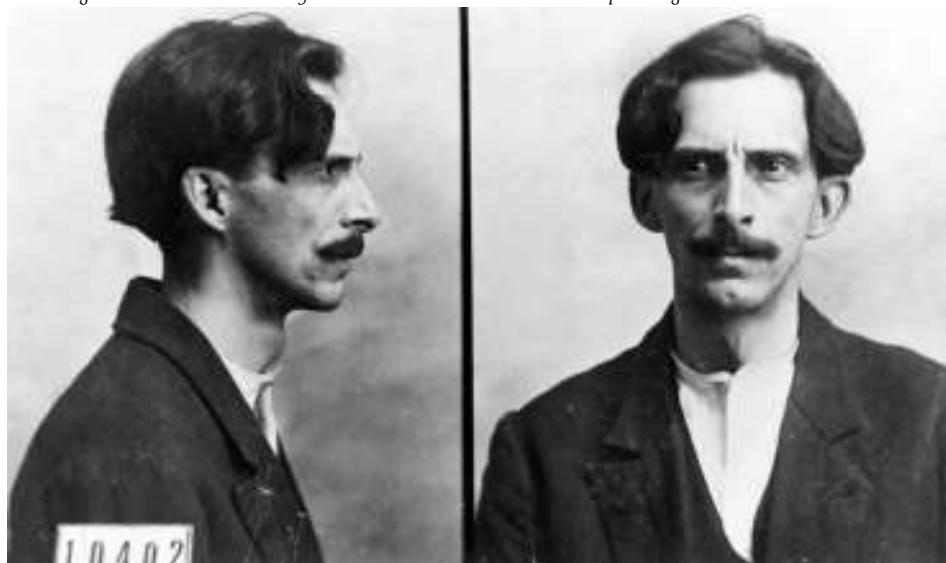


Manchete do jornal O Combate, 16 de julho de 1917, anuncia o acordo entre o comitê de defesa proletária, o governo e os empresários, com a mediação da imprensa. Apesar de não ser expressão da imprensa operária e militante, este jornal de periodicidade diária foi, junto com o Fanfulla, o mais favorável à resolução da greve ao atendimento dos pedidos dos trabalhadores. Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth - AEL.

Angelo Canezzi (ou Caneza) fotografado na delegacia quando da sua prisão para expulsão do Brasil em 1920. Era pedreiro, de origem italiana, organizador do Sindicato dos Canteiros de Ribeirão Pires, união operária muito ativa que esteve na frente do movimento grevista de 1917 e em muitos outros ao longo da década de 1910 em São Paulo. Fonte: Arquivo Nacional.



Edgard Leuenroth fotografado na delegacia de polícia quando foi preso em função de seu envolvimento na greve geral como um dos organizadores do Comitê de Defesa Proletária e diretor de A Plebe. Arquivo Edgard Leuenroth - AEL.



Continuidades e rupturas — reflexões sobre a greve geral

A Greve Geral de 1917 na historiografia

Apesar do consenso em torno da ideia de que as greves de 1917 teriam significado uma ruptura, marcando a conclusão de um período e o início de outro, há discordância entre os vários autores sobre a natureza daqueles movimentos.

Foi um movimento espontâneo dos trabalhadores? Foi forçado pela pressão da carestia de vida daqueles anos? Foi uma reação explosiva ao não atendimento de suas modestas reivindicações? Ou foi o auge de um processo de organização operária que já vinha se construindo há mais de duas décadas? Qual foi o papel dos grupos políticos que formaram o Comitê de Defesa Proletária, que tomou a liderança da greve? Eles se limitaram a se inserir no movimento depois que eles já tinham iniciado as greves, ou foram eles que impulsionaram o movimento desde seu início?

O centro do debate historiográfico ficou sendo sobre a verificação do grau de espontaneidade da greve de 1917, polêmica que implicava na explicação das relações existentes entre a multidão de grevistas, cerca de cinquenta mil trabalhadores, e os militantes anarquistas, socialistas e sindicalistas que participaram como coordenadores e às vezes lideranças do movimento.

Nos anos 1960 e 1970, predominou a tese da espontaneidade e desorganização do movimento de 1917. Leôncio Martins Rodrigues, em seu livro *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil* (1966), considerou que a Greve Geral de 1917 não foi o resultado de um avanço do sindicalismo ou um movimento organizado com objetivos claros definidos previamente, mas uma explosão repentina, motivada por fatores como a carestia e talvez as repercussões da Revolução de Fevereiro na Rússia.

Também Boris Fausto, em *Trabalho urbano e conflito social* (1978), defendeu a mesma tese da espontaneidade, argumentando que os movimentos careciam de um plano, objetivos previamente estabelecidos e de uma coordenação central. Ao mesmo tempo, o autor reconhece a importância, porém conjuntural, das Ligas Operárias da Mooca e do Belenzinho na coordenação da greve e na reorganização posterior de todo o movimento sindical. Apesar disso, desconsidera o papel dos movimentos dos meses anteriores à greve, e também do elo da greve geral com a história do movimento operário em São Paulo desde o fim do século XIX, e particularmente com a experiência da FOSP.

Já nos anos 1980, os trabalhos passaram a reconsiderar a questão, à luz das transformações da historiografia proporcionada pelo diálogo com a obra do historiador britânico Edward Palmer Thompson.

Yara Aun Khoury, em seu trabalho *As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária*, considera que a greve foi um capítulo importante na história da organização operária e a acompanha a partir do olhar da imprensa paulistana da época, analisando a disputa de narrativas entre jornais militantes ou simpáticos ao movimento e os principais diários da grande imprensa financiados pelo empresariado e próximos das posições do governo. Khoury enfatiza a capacidade organizativa dos trabalhadores associada às suas manifestações autônomas e, do outro lado, a atuação das formas de controle dos empresários e do governo nos dois sentidos da mediação e da repressão.

A obra de Cristina Hebling Campos, *O Sonhar Libertário. Movimento operário nos anos de 1917 a 1921*, insere a influência anarquista vista como hegemônica dentro do desenrolar-se da greve, por meio da nova forma de organização das ligas operárias de bairro, que segundo ela explicitam o elo entre a ação direta operária e os militantes anarquistas. A greve geral é estudada, então, como um ponto de partida rumo às mobilizações operárias e populares até o limiar da década de 1920, marcadas pela

radicalização revolucionária que tem suas origens na ideologia, práticas e culturas libertárias da Primeira República, e não derivadas do modelo bolchevique.

No começo dos anos de 1990, os brasilianistas Joel Wolf e John French debateram, na revista *Hispanic American Historical Review*, sobre o caso da Greve Geral de 1917, analisando a relação entre prática de luta e ideologia anarquista, reduzindo o papel da ação organizativa dos militantes libertários, enfatizando mais a tradição de ação direta dos próprios trabalhadores de São Paulo e as capacidades organizativas conjunturais em momentos adversos. Por esse olhar, os anarquistas só foram hábeis em interceptar e se associar a um movimento grevista de matriz unicamente operária.

Christina Roquette Lopreato dedicou sua tese de doutorado, depois transformada em livro, à greve de 1917. O trabalho traz uma descrição e análise minuciosas do dia a dia da greve. Seu objetivo maior foi explicar o papel desempenhado pelos anarquistas na organização da greve, em especial daqueles mais ligados ao movimento sindical e que formavam o grupo ligado ao jornal *A Plebe*, liderado por Edgard Leuenroth.

Ao analisar as características, o desenvolvimento e as finalidades da greve, diversamente de outros autores, Lopreato define a Greve Geral de 1917 como uma greve anarquista, tanto considerando a dinâmica da greve em si, como suas lideranças e as organizações operárias que surgiram antes e durante a greve.

Lopreato defende a tese de que o processo de autoconstituição das organizações operárias no interior de um amplo movimento de reivindicações, impulsionado pela situação econômica e social do momento, foi efeito do imenso trabalho de propaganda e de ação das diversas correntes anarquistas, desde o começo do século XX, e particularmente a partir das campanhas contra a exploração dos menores nas fábricas e contra a carestia da vida. Esta ação insistente de propaganda — que enfatizava a autogestão e a construção do movimento operário por meio de organizações formadas a partir das bases, sem distinção de ofícios, profissões e cargos, e com assembleias contínuas — é que teria tornado possível a operacionalização política da ação direta, considerada pela autora o marco da ação de tipo anarquista⁹⁰. Logo, Christina Lopreato não limita a sua interpretação a definir o movimento de 1917 como anarcossindicalista, mas alarga o conceito de anarquismo e prática libertária ao movimento como um todo: trata-se de sindicatos que surgem em conjunto com a greve, inspirados pela ação anárquica,

baseados em princípios libertários, e não exatamente de um movimento anarcossindicalista previamente estruturado.

A autora relata também a existência de obras literárias que refletiram sobre a greve. Ela considera que o poema *Os grevistas*, de Sylvio Figueiredo, ressaltou a luta operária pelo respeito à vida; e destaca que a revolta também foi retratada no romance *A Greve*, de Eduardo Maffei, e *Sonata da última cidade*, de Renato Modernell.

Em anos mais recentes, alguns historiadores têm se debruçado sobre a greve geral para analisar outros temas de história social e do trabalho em São Paulo no período da Primeira República:

Samanta Mendes (2010), ao estudar as mulheres militantes anarquistas em São Paulo, aborda também o envolvimento do grupo feminino Jovens Idealistas na greve geral.

Kauan Willian dos Santos (2016) analisou a formação da aliança anarquista entre 1915 e 1919 e seu papel na estruturação da prática da ação direta e definitiva incorporação, por todo o movimento anarquista em São Paulo, da luta nos sindicatos.

Glaucia Fraccaro dedica a parte inicial da sua tese sobre as mulheres trabalhadoras na luta por direitos ao movimento de 1917, concebido como um ponto de partida na afirmação dos direitos trabalhistas das operárias e, particularmente, focaliza o protagonismo das operárias têxteis durante a greve geral.

Rogério Bonfá (2008) analisou profundamente a elaboração e o funcionamento do principal dispositivo legal repressivo da atuação militante no mundo do trabalho paulistano, as leis e os processos de expulsão de estrangeiros durante a primeira república.

Marcelo Chaves (2009), ao analisar a política do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo a partir de 1911, focalizou também as reações desse setor estatal frente à situação desregulada do trabalho paulistano na época e os efeitos da greve geral na modificação das políticas trabalhistas.

Na esteira dessa temática, Lucas Goulart Oliveira (2015) atentou para a relação da greve geral com o debate legislativo federal a respeito do código de trabalho.

Finalmente, Eujácio Silveira (2016) enfocou a greve geral de São Paulo como ponto de partida para explicar os processos de reorganização das associações

patronais frente à intensificação das lutas dos operários paulistas à consolidação do movimento operário sindical organizado.

A dinâmica da greve: lutas dos trabalhadores, grupos políticos e sindicalismo

Uma série de fatores explica a intensidade da agitação dos trabalhadores entre 1917 e 1920: o agravamento das condições de vida e de trabalho em virtude da Primeira Guerra Mundial; o papel organizativo desenvolvido pelos grupos anarquistas e socialistas e pelas lideranças sindicalistas revolucionárias; as atividades concretas de organização da classe trabalhadora com a criação de sindicatos, uniões, ligas e federações; e a conjuntura internacional marcada pela Revolução Russa e por uma onda revolucionária que atingiu a Europa.

Antes de tudo, é impossível negar a relevância do papel desempenhado pela crise econômica que se alastrava na cidade de São Paulo naquele momento como um fator importante na determinação dos rumos do protesto. Momentos de crise são, evidentemente, períodos de aumento das tensões sociais e, portanto, criam as condições materiais para o protesto. A crise da época, porém, assim como no resto do mundo, estava ligada ao crescimento econômico e à crise de abastecimento, sem que os salários acompanhassem o aumento dos preços e dos lucros, e sem intervenção por parte do Estado para amenizar a situação.

Logo, a greve tinha uma margem de negociação, também porque havia emprego e exploração intensiva.

Muitos outros fatores devem ser levados em consideração para compreender um movimento que em tão pouco tempo atingiu tão amplas dimensões e que teve certo sucesso no reconhecimento de suas reivindicações, graças ao fato de ter apresentado, após algumas semanas, um conjunto de reivindicações que expressava as necessidades de todas as categorias de trabalhadores.

Essa questão está conectada a outra também importante: o papel das lideranças militantes durante a greve, capazes de coordenar todo o movimento, que não surgiram repentinamente, nem foram simplesmente emprestadas, embora tenham sido elas também impulsionadas pela força do movimento dos trabalhadores.

As reflexões em torno da espontaneidade do movimento de 1917 tentavam compreender até que ponto o contexto paulistano daquele período possibilitava a formação de organizações estáveis do movimento operário, para além das minorias militantes anarquistas e socialistas.

Em parte das interpretações “espontaneístas”, o que explicaria isso seria a desorganização do movimento sindical paulistano, a origem estrangeira da maioria dos trabalhadores e a ocasional liderança anarquista em greves ou protestos, porque se considerava que os anarquistas eram contrários a organizações sindicais estáveis e estruturadas e às greves parciais.

Já mencionamos que antes que a greve se tornasse geral já tinha se iniciado um intenso trabalho de organização de greves e das organizações sindicais que acompanhou o desenrolar das manifestações grevistas e possibilitou a reconstituição, depois de cinco anos de ausência, da Federação Operária de São Paulo, que tinha existido entre 1905 e 1912. E, sobretudo, temos que considerar também toda a reativação do movimento operário que ocorreu a partir de meados de 1914⁹¹.

As estratégias adotadas para realizar greves parciais desde o começo de 1917 evidenciam uma programação anterior, gradual e preparatória elaborada também pelos próprios trabalhadores, como evidenciado, por exemplo, pela direção da fábrica Crespi: “É desde janeiro que o nosso trabalho é convulsionado por greves sistematicamente organizadas, uma atrás das outra, seção por seção, com os operários anunciando que outros setores seriam parados progressivamente mais tarde. E sempre há a imposição da solução imediata dos pedidos, o que mostra a premeditação da greve⁹²”.

Nesse momento, muitos operários que estavam conectados com os grupos políticos foram procurar os militantes para reativar as organizações que haviam cessado de funcionar alguns anos antes e desenvolver um papel de coordenação mais amplo, bem antes que as greves se generalizassem. Enfim, temos que descartar a ideia de militantes anarquistas e socialistas surpresos com o movimento e que se agregaram à onda grevista. Ao mesmo tempo, temos que considerar seriamente que a greve se organizou também a partir do chão da fábrica.

A ideia da espontaneidade não surgiu apenas da interpretação de alguns historiadores, mas remonta às considerações que durante e depois do movimento foram expressas pelos próprios militantes que participaram da greve, assim

como por parte da imprensa, que manteve uma postura de simpatia e apoio aos grevistas, como o *Fanfulla* e *O Combate*.

O apelo à espontaneidade do movimento por causa de uma situação econômica de fato insuportável fazia parte também de uma estratégia de driblar a repressão.

Os empresários, no período, contavam com o apoio incondicional de todo um aparato repressivo das várias delegacias policiais de bairro. O recurso ao argumento de o movimento ser puramente econômico, desligado de qualquer relação com grupos políticos, organizações sindicais, associações mutualistas, redes de militantes, e às campanhas e greves anteriores, era uma evidente defesa contra a repressão policial que estava organizada para reprimir o movimento, tanto em suas manifestações públicas quanto atacando diretamente líderes e trabalhadores, muitas vezes em suas próprias casas ou nas sedes de ligas e associações.

A própria polícia não acreditava nessas explicações, pois vigiava regularmente um conjunto consistente de trabalhadores militantes, sobretudo no distrito do Brás; e logo que a greve se alastrou, foi procurar os militantes mais atuantes no sindicato, inclusive o próprio Giulio Sorelli, anos antes reconhecida liderança sindical.

No mesmo dia em que algumas operárias têxteis da Crespi foram interrogadas na delegacia de polícia do Brás, ouvindo o sermão do delegado Bandeira de Mello sobre os perigosos anarquistas fomentadores do movimento, e respondendo que era tudo só econômico, naquela mesma noite se reuniram na Liga da Mooca⁹³.

Foi a mesma liga que planejou provavelmente uma linha de conduta que tentava mostrar como o movimento era totalmente espontâneo e desligado de qualquer premeditação. Basta pensar na resposta defensiva de Antonia Soares às perseguições da polícia, ao declarar que a greve na Crespi era espontânea e que ela não tinha nenhuma relação com os acontecimentos: ela era anarquista, havia participado como oradora em manifestações do Primeiro de Maio desde 1915, incitando à greve geral, e era secretária da *Liga Operária do Belenzinho*⁹⁴.

Em 1966, foi o próprio Edgard Leuenroth, em carta publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, que sublinhou que a greve “foi um movimento espontâneo do proletariado, uma manifestação explosiva consequente de um longo período de vida tormentosa que então levava a classe trabalhadora”⁹⁵. Ele se referia ao conceito de espontaneidade associado à ação direta, que foi uma das características da greve de 1917, e que é um dos princípios da ideologia e prática política anarquista.

Leuenroth, então, queria enfatizar o papel ativo dos anarquistas na greve geral ao interceptar o que era, segundo ele, o sentimento libertário profundo dos trabalhadores, sem mediações partidárias.

Por outro lado, já evidenciamos como a ação direta é, sobretudo, o alicerce do sindicalismo revolucionário, uma tendência política própria, independentemente do aporte teórico e prático dos anarquistas.

A ação de grupos militantes e sindicalistas na greve geral não pode ser limitada ao papel dos anarquistas. Não foi uma “greve anarquista”, nem liderada quase exclusivamente por anarquistas. Estes tiveram um papel fundamental, e sofreram as maiores consequências repressivas, mas em conjunto com outros grupos políticos, sobretudo os socialistas.

A análise das reivindicações nos permite afirmar que a greve foi um movimento com claros objetivos trabalhistas, que, por uma série de circunstâncias, levou os trabalhadores à exasperação e ao desespero, configurando-se o movimento numa verdadeira revolta urbana. Esse esforço de negociação com o Estado faz supor que a greve de 1917 foi uma greve, sobretudo, operária, ligada mais à retomada do movimento sindical do que às organizações anarquistas, embora os libertários tenham participado intensamente da greve e dessa reorganização.

Os anarquistas auxiliaram os operários e participaram das negociações com os empresários e o Estado, como membros do Comitê de Defesa Proletária, junto com socialistas e outros.

A plataforma de reivindicações que o Comitê de Defesa Proletária elaborou a partir das propostas dos trabalhadores era muito concreta e parcial – até muito modesta, nada revolucionária –, apesar de o movimento grevista ter atuado em embates de rua e tentativas de ocupações temporárias de fábricas. Pretendia-se também pressionar as autoridades públicas para reformas e políticas sociais, o que era um objetivo recorrente para os socialistas, para os republicanos radicais italianos e espanhóis, e para os sindicalistas, mas que não fazia parte dos anseios dos anarquistas, que prezavam, sobretudo, a revolta aberta contra o estado.

Os principais oradores dos comícios realizados durante a greve foram dois socialistas italianos: Teodoro Monicelli e Giuseppe Sgai, lideranças sindicais; e dois anarquistas: Edgard Leuenroth e Antônio Candeias Duarte.

Temos que considerar seriamente que um sindicalista experiente como Teodoro Monicelli – que havia coordenado greves gerais vitoriosas na Itália, de milhares de

trabalhadores rurais ou de operários em importantes cidades industriais — conhecesse quais eram as dinâmicas, os tempos e as estratégias de uma greve geral.

Portanto, o objetivo final de desencadear a greve geral não estava restrito aos anarquistas, os quais chegaram quase unanimemente a esta conclusão após debaterem, ao longo do período 1915-1916, sobre a oportunidade das greves com objetivos concretos e limitados e das greves gerais organizadas por e com os sindicatos ou tendo como objetivo a reestruturação de ligas sindicais. O que, afinal, acabou acontecendo na Greve Geral de 1917.

Até o começo de 1917, os anarquistas ainda eram divididos: uma parte majoritária a favor da ação sindical (Leuenroth e Florentino de Carvalho, por exemplo) e outra que ainda considerava a greve geral estritamente para objetivos insurrecionais e revolucionários (Damiani e o grupo de *Guerra Sociale*).

A própria proposta da greve geral foi formulada primeiramente pelos socialistas, e estava conectada à tradição sindicalista revolucionária do movimento operário em São Paulo⁹⁶.

Militantes de várias correntes políticas, operários ou não, juntaram-se aos trabalhadores em luta e podemos dizer que assumiram a coordenação do movimento. Entre eles havia: anarquistas, socialistas, sindicalistas revolucionários, reformistas e outros; mas a maioria dos trabalhadores não estava ligada a nenhuma dessas correntes, estava se mobilizando na luta de classes para melhorar suas condições de trabalho e de vida.

O projeto anarquista rumo ao anarcossindicalismo, do qual as ligas operárias de bairro deveriam ser o núcleo principal de uma nova federação operária em São Paulo, chamada União Geral dos Trabalhadores — UGT (modelada na USI italiana e na CGT francesa, de forte marca anarquista), não se concretizou exatamente nos moldes que estes militantes queriam, apesar de terem sido entre os mais ativos e presentes na greve.

O processo de reorganização sindical ativado pela greve geral foi influenciado pelas ligas da Mooca e do Belenzinho, mas, sobretudo, pelo papel de coordenação desenvolvido pelo Comitê de Defesa Proletária, do qual participavam ativamente também os socialistas e era apoiado por toda uma rede de associações políticas e mutualistas, como os grupos republicanos radicais italianos e espanhóis, as lojas maçônicas e diversas sociedades de socorro mútuo que se solidarizaram com o movimento dos trabalhadores, apoiando-o também financeiramente.

A greve geral e a formação das ligas de ofício desenvolveram-se paralelamente; nunca a greve eclodia num setor sem que tivesse sido antes (normalmente alguns dias antes) planejada por uma comissão provisória, comissão que após uma ou duas semanas estruturava-se definitivamente em liga de ofício com estatutos próprios. Os estatutos foram todos debatidos nas primeiras semanas de agosto, e em muitos casos mostravam sua ligação com a história passada destas mesmas organizações, uma vez que nas reuniões não se discutia sobre fundação, mas sobre reconstrução das mesmas seguindo os estatutos das ligas pertencentes à velha FOSP, ainda que o Comitê de Defesa Proletária tenha coordenado este movimento enviando um esquema de bases de acordo.

Esse próprio Comitê, ao coordenar a reestruturação da FOSP em agosto de 1917, deixou claro que a junção de forças heterogêneas em torno da luta de classe era o cerne do movimento e convocou um “congresso geral das associações operárias, libertárias e socialistas com o objetivo de concretizar um programa de ação comum”⁹⁷. Foi a partir desse congresso que renasceu a FOSP.

Interessante mostrar essa heterogeneidade com base em uma das conferências realizadas por Teodoro Monicelli em meados de agosto de 1917, *Métodos e finalidades do movimento operário*, estreando uma série de reuniões semanais na realização desta ação organizativa sindical do Comitê. A reunião ocorreu na rua Boa Vista, número 22, nos salões da Sociedade Aliança, onde também se reunia a sociedade italiana de socorro mútuo *Lega Lombarda*. Monicelli falou dos vários meios de luta operária: “a cooperação, a resistência, a greve, o boicote e a sabotagem, exortando, porém, os proletários de São Paulo, ao invés de adotar formas de organização de outros países, a plasmar um tipo de organização que respondesse melhor ao seu meio”⁹⁸.

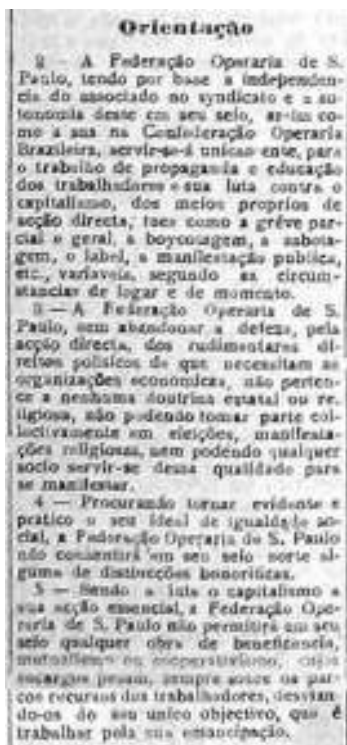
Algumas das ligas operárias reuniram-se, durante o movimento, na sede do Centro Libertário, organizado por anarquistas. Uma parte consistente de trabalhadores, porém, preferia reunir-se na sede do Centro Socialista Internacional e em outros círculos socialistas ou mutualistas, que contavam com a presença de antigos sindicalistas da Federação Operária de São Paulo. Comuns foram também as reuniões organizativas nas várias ligas operárias de bairro. Em geral, nas diretorias das ligas operárias ainda predominavam as lideranças sindicalistas revolucionárias.

As ligas de bairro foram uma novidade, baseadas certamente na ideia de união sindical de ação direta formada por trabalhadores, independentemente de seu ofício, que os anarquistas haviam elaborado naqueles meses. Mas foi também

a tentativa dos trabalhadores têxteis, os mais numerosos e que formavam a espinha dorsal do movimento de 1917, de se organizar novamente, pois a maioria, talvez a quase totalidade dos integrantes das ligas de bairro, eram os trabalhadores têxteis, e particularmente as operárias.

Contudo, como vimos, as antigas organizações sindicais por ofício, com sócios militantes, que haviam caracterizado a história do movimento operário em São Paulo até aquele momento, não desapareceram. Pelo contrário, a partir do fim de 1917, as ligas de bairro foram se dissolvendo e o grosso de seus integrantes acabou ingressando na União dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos (UOFT, fundada no começo de agosto de 1917), que terá um papel fundamental na continuação do movimento, sobretudo em 1919, quando ocorre nova greve geral. A UOFT, em 1919, era organizada em núcleos de bairro, tendo incorpo-

BASES DE ACORDO DA FEDERAÇÃO OPERÁRIA — ORIENTAÇÃO



Fonte: A Plebe, n. 10, 18/08/1917, p. 3

rado aquelas que eram as ligas operárias de bairro de 1917, com exceção da liga operária do Brás, que continuou existindo⁹⁹.

Esse momento de reorganização dos trabalhadores têxteis foi tão marcante na história da categoria que, em 1930, quando o sindicato foi refundado, ainda guardava no carimbo oficial a data de fundação de 7 de agosto de 1917 e o tradicional símbolo do movimento sindical e mutualista, as duas mãos que se apertam¹⁰⁰.

Portanto, a nova FOSP, que surgiu após a greve geral, era na verdade uma velha FOSP, na qual o que prevalecia e juntava os seus integrantes acima das diferenças políticas era o objetivo da luta de classes organizada, inclusive sem desdenhar objetivos de melhorias sociais parciais, como evidenciado na parte “Orientação” das suas Bases de acordo.

A Greve Geral de 1917 representou um ponto de divisão entre um período de desorganização das associações sindicais e outro no qual as associações desenvolveram uma estrutura consistente, uma rede de grupos mais sólida, que passou a desenvolver uma ação que se tornou mais evidente aos olhos da classe dirigente brasileira, que até aquele período tinha encarado a questão social urbana em cidades industriais como São Paulo como um fato de ordem pública.

Por isso, endossando as palavras de *A Plebe*, a reorganização sindical consagrada com a refundação da FOSP pode ser considerada “O melhor resultado da greve geral. O operariado de S. Paulo dispõe-se à atividade associativa”¹⁰¹.

Ancorada na tradição sindicalista revolucionária do movimento operário de São Paulo, a FOSP de novo acabava preenchendo o vazio político da ausência de partidos democráticos, socialistas e de trabalhadores, fazendo da central sindical o núcleo principal em torno do qual se organizavam as lutas dos trabalhadores em São Paulo.

Certamente, a greve se tornou o impulso para a formação de uma estrutura sindical mais enraizada, porém ela foi o resultado da reativação das redes de militância e organizativas preexistentes, que haviam se enfraquecido no período 1913-1915.

Novas formas organizativas e de luta – ligas de bairro, ocupações de fábricas, assaltos aos moinhos e embates de rua – acabaram reativando as antigas com uma força maior.

Era a época de revolução na Rússia

CONEXÕES MUNDIAIS DA GREVE GERAL DE 1917: PRINCIPAIS GREVES GERAIS E REVOLTAS

Rússia, março de 1917 – Revolução de Fevereiro.

Alemanha, março-abril de 1917 – 300.000 operários em greve geral e radicalização da esquerda socialista e sindicalista.

França, primavera, maio e agosto de 1917 – greves continuadas de categoria (sobretudo mulheres têxteis).

Grã-Bretanha, maio de 1917 – greve geral no setor metalúrgico.

Itália, maio de 1917 – contra a guerra, o aumento dos preços, a escassez (em Milão).

Áustria, maio de 1917 – greve geral, 42.000 metalúrgicos.

Espanha, agosto de 1917 – greve geral nacional.

Austrália, setembro de 1917 – greve geral em Sydney e Melbourne.

Rússia, novembro de 1917 – Revolução Bolchevique.

O ano de 1917 foi caracterizado mundialmente por uma série de protestos, motins e greves sem precedentes. O evento máximo foi a Revolução Bolchevique na Rússia (novembro de 1917), também um momento ligado a processos de organização sindical e política, no qual se misturavam fenômenos de autoconstituição dos trabalhadores e de influência externa das organizações políticas e sindicais. Além da luta contratual normalmente praticada entre empresários e trabalhadores, a principal característica foi uma situação de revolta aberta.

Todos esses movimentos de greve e revolta urbana estavam ligados a uma conjuntura econômica causada pelo prolongamento da guerra: inflação, perda do poder de compra, miséria acentuada pela carestia, situações vivenciadas não somente pelas classes trabalhadoras que deram vida aos soviets de Petrogrado (São Petersburgo), nem somente pela classe operária de São Paulo, mas que caracterizaram todo o ano de 1917 em muitos países, direta ou indiretamente envolvidos na Primeira Guerra Mundial¹⁰².

Podemos comparar o movimento grevista de São Paulo com um movimento semelhante ocorrido um mês depois, em agosto de 1917, na cidade italiana de

Turim. Era uma cidade com um movimento operário bastante bem organizado, e que também passava, como São Paulo, por um período de intensificação da produção industrial, pois as indústrias têxteis e metalúrgicas da cidade (como a FIAT) estavam produzindo a todo vapor para o exército italiano no *front*. As greves e protestos ali também tiveram como características: a grande mobilização de mulheres operárias, e mesmo de famílias inteiras; a reivindicação de melhorias salariais e das condições de trabalho.

Também ali houve assaltos a moinhos e padarias e embates violentos com a polícia, ou até com o exército. A piora das condições de vida e de trabalho, o alto custo dos bens de consumo e a extensão das já longas jornadas de trabalho também fizeram com que a greve se transformasse numa revolta espontânea e violenta. Mas, também ali, não podemos desconsiderar o papel desempenhado pela propaganda realizada pelos organizadores sindicais e o papel de organizadores que as lideranças tiveram durante o motim¹⁰³.

Hobsbawm observou que a Revolução de Fevereiro de 1917 na Rússia começou quando uma manifestação de operárias coincidiu com o fechamento das fábricas metalúrgicas pelos proprietários, o que acabou por produzir uma greve geral, com a ocupação do centro de São Petersburgo para pedir pão e farinha: “quatro dias de revolta espontânea e sem direção política puseram fim a um império”¹⁰⁴.

As semelhanças com a greve paulistana são evidentes, excetuando o fato, fundamental para que a greve tivesse amplas repercussões políticas, de que as forças de repressão na Rússia se recusassem, no final, a intervir. Essa conexão não aconteceu em 1917, era impossível, também porque não havia população masculina armada como na Rússia. O Brasil ressentia da guerra, mas não estava em guerra. Condições parcialmente parecidas com a situação revolucionária russa, de possível junção entre soldados, parte dos graduados das forças armadas e o movimento dos trabalhadores se apresentaram pela primeira vez em São Paulo só alguns anos mais tarde, em 1924.

Mas, também em São Paulo, a greve de 1917 se iniciou somente em uma fábrica, como vimos, o Cotonifício Crespi, com as seguintes reivindicações: transformar a greve localizada em greve geral; associar aos pedidos de aumento salarial e de diminuição das horas de trabalho outros pedidos mais urgentes, como a diminuição dos preços. Os trabalhadores tomaram áreas centrais da cidade,

recusando o confinamento imposto aos trabalhadores nos bairros operários. A resposta dos empresários foi fechar a fábrica.

Operárias, avante!

O protagonismo feminino, o papel das trabalhadoras e das militantes nos eventos de julho de 1917 deve ser apontado como uma das características fundamentais do movimento grevista e da revolta urbana. Diversamente do que alguns historiadores assinalaram para justificar certa desorganização do movimento operário em São Paulo, devido à presença massiva de mulheres e crianças no mundo do trabalho, aqui queremos enfatizar, ao contrário, que a Greve Geral de 1917 e a retomada organizativa contaram com uma presença feminina significativa¹⁰⁵.

As greves do começo do século XX em São Paulo já evidenciaram que quando se entrava no campo da luta de classes no setor têxtil, as operárias estavam na linha de frente da organização, considerando também a direção dos sindicatos têxteis, sem falar do apoio generalizado ao movimento¹⁰⁶. A desorganização que se seguia a alguns momentos de alta conflitualidade no setor não pode ser associada à suposta fraqueza física das mulheres frente à violenta repressão policial nas ruas, praças e fábricas, contra a qual nem operários homens podiam se opor sistematicamente. Momentos de enfraquecimento organizativo, como vimos, foi um aspecto que afetou também os sindicatos com sócios homens militantes políticos, como os sapateiros, chapeleiros e gráficos, e com trabalhadores dos setores onde prevalecia o trabalho masculino, como a construção civil. Explicações que remetem ao gênero, ao predomínio masculino na maioria dos sindicatos, não explicam os sucessos e fracassos do movimento.

Pelo contrário, a participação feminina massiva na Greve Geral de 1917, que iniciou e se espalhou nas fábricas têxteis e teve como um dos resultados a consolidação da reorganização dos trabalhadores deste setor fundamental da indústria, proporcionou a força do movimento, seu caráter de massa, não limitado aos operários mais qualificados ou mais sindicalizados e mais militantes.

O conhecido papel das mulheres na gestão da economia familiar, das redes parentais e de bairro, assim como ocorreu em outras partes do mundo com

movimentos semelhantes na mesma época, possibilitou a inclusão do controle dos preços dos alimentos e dos bens de primeira necessidade entre os objetivos do movimento grevista além dos outros aspectos referentes às condições mais duras e aviltantes do trabalho que afetavam, sobretudo, crianças e mulheres. A necessidade, então, de pensar também no trabalhador como consumidor e como integrante de núcleos familiares. O objetivo da melhoria de vida como um todo, e a exploração das redes de bairro, explicaria também o aspecto de rebeldia urbana que o movimento tomou, para além da luta no espaço fabril.

As ligas operárias de bairro tinham uma participação feminina intensa, pode-se dizer preponderante. Como vimos, foi uma comissão de operárias que acompanhou os nove tecelões convocados pela delegacia do Brás, no começo de junho, quando da greve no Cotonifício Crespi, uma ação pensada pela seção feminina da Liga Operária da Mooca¹⁰⁷.

Meses mais tarde, quando se intensifica a repressão pós-greve e recomeçam as paralisações locais, é novamente uma reunião com participação significativa de operárias, por exemplo, que pede a liberação do tecelão Giuseppe Ricchetti, por causa da greve na Ypiranga de Nami Jafet, e contrata o advogado Justo Seabra para pedir o habeas corpus¹⁰⁸. A primeira manifestação popular de grevistas que atravessa a cidade, da zona leste para o centro, com mais de mil pessoas, era composta sobretudo por operárias filiadas à Liga da Mooca¹⁰⁹. Operárias foram eleitas na direção das ligas de bairro da Mooca, do Belenzinho e do Ipiranga, e depois na União dos Operários em Fábricas de Tecidos. A presidente da Liga Operária do Belenzinho, a primeira a nascer, em maio de 1917, dois meses antes da greve, era a conhecida costureira anarquista de origem galega Maria Antonia Soares, que também frequentava regularmente as reuniões da Liga Operária da Mooca e foi uma das fundadoras¹¹⁰.

Além das operárias, nesse período anterior à greve houve um aumento da militância política feminina, sobretudo anarquista, com grupos que apresentavam pautas específicas de gênero, voltadas para as mulheres, sobretudo as trabalhadoras. O grupo principal se chamava Jovens Idealistas, das quais faziam parte militantes que tiveram um papel de destaque nas manifestações e na organização da greve, como Emma Ballerini, Izabel Cerruti e as duas irmãs Soares. Foi a partir desse núcleo que Maria Antonia Soares, Encarnacion Mejia e Rosa Musitano

integraram o Comitê Popular de Agitação contra a Exploração das Crianças, fundado em março de 1917, modelo organizativo que inspirou o Comitê de Defesa Proletária dos dias da greve geral¹¹¹.

A classe falou mais alto: etnicidade e identidades nacionais na greve geral

Um episódio significativo, que ocorreu em julho de 1917, expressa o protagonismo feminino na greve geral e ao mesmo tempo introduz as reflexões sobre as questões étnicas e as transformações que estavam ocorrendo nas identidades nacionais dos trabalhadores paulistanos. Na noite do dia 8, nas proximidades da passagem de nível da ferrovia na Mooca, um grupo de grevistas da Crespi, formado, sobretudo, por operárias, ao ver que a força pública se preparava para realizar uma carga a cavalo e entrar no bairro, se juntou e começou a atirar pedras, gritando: “não pode, não pode!”. O fato é narrado também pelo *Fanfulla*, fazendo questão de deixar somente as palavras do grito em português¹¹².

A greve geral foi um momento de afirmação da identidade de classe, acima das identidades nacionais e étnicas. Foi possível entrever a ação conjunta de uma classe operária que estava se tornando nacional, brasileira, no mínimo paulista.

Ainda que a composição da classe trabalhadora fosse em sua maioria de estrangeiros e seus filhos, com uma grande maioria de italianos e minorias consistentes de portugueses e espanhóis, as diferenças nacionais e regionais étnicas (que para italianos e espanhóis eram muito importantes, haja vista as diferenças entre norte e sul na Itália ou entre andaluses, galegos e catalães, por exemplo) funcionaram mais para agregar, e não para dividir.

Todas as assembleias públicas, e particularmente os comícios, como vimos, respeitaram as diferenças nacionais ao escolher oradores que falassem as três principais línguas faladas na comunidade trabalhadora (português, italiano e espanhol).

As redes étnicas, inclusive da militância, ainda estavam funcionando e tiveram um papel fundamental na realização da greve geral. Os libertários espanhóis, por exemplo, se agregavam também na chamada Federación Española; os italianos tinham seu semanário de referência, *Guerra Sociale*, aliás, o jornal anarquista mais importante do estado até a publicação de *A Plebe*. As sociedades de socorro mútuo

italianas e espanholas, o grupo social-democrata alemão ainda existente e o Centro Socialista Internacional, onde os italianos eram a quase totalidade dos militantes e publicavam o semanário *Avanti!*, foram todas agremiações importantes na organização do movimento grevista. Para todos esses grupos, a comum origem nacional era importante para seu funcionamento e dava um sentido étnico à luta política e de classe como um elemento identitário que proporcionava maior solidariedade e agregação.

A dinâmica demográfica relativa aos trabalhadores imigrantes também deve ser explorada para entender a força da Greve Geral de 1917 – profundamente relacionada à estabilidade dos fluxos migratórios internos e, portanto, ao estreitamento dos vínculos comunitários.

De fato, mais do que sobre a frustração para com os desejos e as possibilidades de ascensão social irrealizáveis de muitos trabalhadores imigrados em São Paulo, a atenção tem que ser posta sobre a fixação no território urbano pela impossibilidade de voltar à Itália, ou Portugal e Espanha, devido à guerra e à crise econômica que a precedeu.

A tendência à urbanização de muitos colonos italianos e espanhóis expulsos das fazendas de café aumentou consideravelmente nos anos que precederam a Primeira Guerra Mundial, quando centenas destas famílias do interior transferiram-se para São Paulo para trabalhar como operários industriais ou pedreiros, ocupando, sobretudo, qualificações com baixos salários¹¹³. Quando começou o período de desemprego, em meados de 1913, os primeiros a serem demitidos foram exatamente estes trabalhadores. Entre 1913 e 1916, o Departamento Estadual do Trabalho, através de sua agência oficial na Hospedaria, enviou gratuitamente de São Paulo para o interior, para trabalhos agrícolas, mais de quarenta mil pessoas sem ocupação, vindas do interior para a cidade nos anos entre 1910 e 1912¹⁴.

Interrompido o êxodo do campo para a cidade de São Paulo e revertido o processo anterior de urbanização, diminuídos consideravelmente por causa da guerra as entradas e as saídas de imigrantes, o panorama relativo aos imigrados na cidade de São Paulo apresentava-se bastante estável no ano de 1917, quando os níveis de produção recuperaram os anteriores a 1913.

A presença de um proletariado majoritário de origem italiana deve ter refletido no movimento todas as tensões que caracterizaram internamente a comunidade ítalo-paulistana, uma vez que a guerra na qual a Itália estava parti-

cipando há mais de dois anos tinha reflexos imediatos em todas as comunidades de italianos no exterior.

O estado de São Paulo, naquele momento, concentrava mais de mil e quinhentas famílias italianas que tinham pelo menos um de seus componentes no *front* no norte da Itália. Mas, o que é mais importante, a solidariedade para com estas famílias baseava-se na rede tecida pelo *Comitato Italiano Pro Patria* de São Paulo (um comitê composto na sua maioria pelos setores de classe média e empresarial da comunidade italiana), cujas listas de arrecadação eram difundidas pelos contramestres nas fábricas diretamente entre os operários.

A “contribuição” pró pátria foi um dos elementos de atrito no desencadeamento da greve, uma vez que afetava mensalmente o salário real cada vez menor destes trabalhadores. Um dos pedidos dos operários italianos para voltar ao trabalho depois da greve era a recusa à obrigatoriedade do pagamento da contribuição em favor do *Comitato Pro Patria*¹¹⁵.

A relação contrastada destes operários italianos com os setores nacionalistas de classe média da comunidade que apoiavam a guerra era um fator agregador nas reivindicações propostas durante a greve, funcionando como um núcleo de autorreconhecimento dentro da classe trabalhadora paulistana.

Estas tensões foram exploradas também pelos grupos políticos. Anarquistas e socialistas italianos se dedicaram intensamente a denunciar o enriquecimento dos empresários patrícios graças à situação econômica gerada pelo conflito mundial.

A campanha dos socialistas — chamada “O patriotismo de suas senhorias senhores”¹¹⁶ e depois “A cocanha patriótica de suas senhorias”, publicada toda semana no *Avanti!* desde o começo de 1917 — era baseada em dados recolhidos por operários que trabalhavam em algumas fábricas e tentava mostrar o nível de enriquecimento alcançado pelos empresários italianos de São Paulo graças à guerra. Mas, sobretudo, visava pôr em crise, dentro das fábricas, o sistema de coleta das listas de subscrição para o *Comitato Italiano Pro Patria*.

A mira dos socialistas italianos era mostrar aos operários como: enquanto seus empresários ganhavam da bandeira da italianidade e do apoio à guerra um retorno econômico notável, eles, que eram obrigados também a contribuir para o *Comitato Pro Patria*, ganhavam disso somente uma diminuição de seus salários.

Em março de 1917, os socialistas italianos podiam mostrar dados de balancetes relativos a algumas das maiores empresas de italianos em São Paulo no

período 1914-1916. Por exemplo: a Companhia Puglisi (proprietária do Moinho Santista, da União dos Refinadores e da Manufatura de Chapéus) tinha duplicado seus lucros em 1915 em relação ao ano anterior¹¹⁷. O Cottonificio Crespi, que em 1914 tinha um lucro de 196 contos de réis, fechava o ano de 1915 com um lucro de 349 contos¹¹⁸.

Também a redação de *Guerra Sociale*, o periódico anarquista de língua italiana, punha em evidência como as simpatias patrióticas de muitos trabalhadores italianos do final de 1916 tinham-se revertido após a compreensão de que, frente ao seu empobrecimento, a guerra só tinha trazido melhorias para os donos (italianos) das fábricas nas quais trabalhavam. Notava-se como o despertar do movimento operário em maio de 1917 iniciava com o pedido de abolição das taxas pró-pátria dentro das fábricas¹¹⁹.

De fato, havia sinais inegáveis e gritantes do desinteresse dos empresários italianos com seus próprios empregados patrícios, como a participação de Francesco Matarazzo, na Itália, na organização do *Ente Autonomo dei Consumi di Napoli e Provincia* no final de maio de 1917. Naquela ocasião, enquanto a população de origem campana e napolitana de São Paulo (em boa parte concentrada na Mooca), sofria os efeitos do aumento dos preços diariamente, Matarazzo figurou entre os maiores financiadores, por meio do Banco de Nápoles, para a criação do fundo desta nova instituição que devia se ocupar de comprar alimentos para a população napolitana afetada pela guerra. Em troca, Matarazzo conseguiu armar uma operação financeira de cerca de 6 milhões de liras da época para renovar suas indústrias, e mais a sua candidatura para ser o próximo conde italiano na América do Sul, nomeação que chegou pontualmente no início de julho daquele ano de 1917¹²⁰.

A questão social, os empresários e o Estado

O efeito político mais importante da greve geral foi colocar a questão social e operária na agenda da política institucional. Pela primeira vez na história do movimento operário em São Paulo ocorreu uma negociação coletiva mediada pelo estado e pelo setor da imprensa. Como reconheceu o próprio Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo, “o movimento terminou pela vitória do prin-

cípio da conciliação e da arbitragem”¹²¹, e os operários, “tendo feito uma greve colossal para obterem, além de outras coisas, a introdução de novas medidas nas Leis do país, permitiram que suas reclamações chegassem ao Congresso Nacional sob uma forma exagerada”¹²².

Aliás, o objetivo da greve de afirmar a classe trabalhadora do ponto de vista legal e institucional é outro elemento que enfraquece a suposta hegemonia anarquista que uma parte dos historiadores tem sublinhado a respeito da greve geral e do movimento operário em São Paulo. Apesar dos embates, da revolta e da intensa atuação dos militantes anarquistas, a greve geral tinha uma pauta que pedia o reconhecimento institucional, político e organizativo da classe operária e de seus interesses perante o estado, o empresariado e a mídia.

O movimento grevista ocorreu enquanto estavam tramitando na Câmara Federal os projetos de lei do deputado Maurício de Lacerda para a jornada de oito horas, as comissões de conciliação e arbitragem nas greves, a regulamentação do trabalho feminino e do trabalho infantil¹²³. Esses últimos foram discutidos no dia 17 de julho, logo após o auge da greve geral. Neste mesmo dia, o próprio Maurício de Lacerda havia apresentado na Câmara um inquérito contra o envio de tropas federais para reprimir a greve geral em São Paulo e em favor do direito de reunião que havia sido impedido pela ação repressiva da Força Pública¹²⁴. A greve geral e os pedidos de reformas sociais estavam interligados.

Como vimos, também os antecedentes da greve se remetem ao movimento em prol da regulamentação do trabalho de mulheres e crianças dos primeiros meses de 1917, que havia sido acompanhado por uma ação política na câmara dos vereadores de São Paulo pelo coronel José Piedade, que apresentou um projeto de lei municipal para resolver essa questão social¹²⁵. O projeto, elaborado com a ajuda do advogado Benjaim Motta, conhecido defensor de militantes e de trabalhadores, previa: a proibição do trabalho para os menores de 13 anos; a jornada de trabalho de oito horas para os jovens entre 13 e 18 anos; a criação de uma caderneta de trabalho e a instituição de três inspetores municipais do trabalho¹²⁶. Esta ação foi apoiada, por exemplo, pelo Centro Socialista Internacional e por muitos sindicalistas, pois achavam que, sendo os trabalhadores excluídos do jogo eleitoral por serem em grande parte estrangeiros e pela oposição dos políticos tradicionais, só uma campanha de greves e protestos nas praças podia

pressionar os poderes públicos para aprovar projetos como o de José Piedade e, ao mesmo tempo, teria possibilitado a retomada da organização sindical e do seu reconhecimento legal¹²⁷.

Após a greve, a ação de Piedade na câmara municipal se intensificou incorporando diversos dos objetivos do movimento dos trabalhadores com a apresentação de projetos para a implantação de cozinhas econômicas (o “prato feito” da época), a fiscalização dos preços aplicados nas feiras livres recém-implantadas pela prefeitura, a redução dos aluguéis e o controle do preço e distribuição do pão¹²⁸.

Finalmente, a greve geral acabou redirecionando o mais antigo, e até aquele momento único, debate sobre alguma legislação trabalhista, o código sobre os acidentes do trabalho, para que esse fosse ampliado, produzindo um código trabalhista geral que regulasse toda uma série de aspectos que o movimento grevista havia apontado e que desejava que se transformassem em direitos consolidados.

O projeto de lei sobre os acidentes do trabalho foi elaborado pelo Departamento Estadual do Trabalho e apresentado pela primeira vez ao Senado Federal em julho de 1915 para regulamentar as responsabilidades dos empresários e as reparações aos operários em caso de acidentes. Passou para a Câmara Federal dos deputados, onde foi discutido e parcialmente aprovado em 1916. Era um código muito simplificado, de vinte artigos, mas foi somente por causa da Greve Geral de 1917 que foi retomado em agosto de 1917, para o terceiro debate. A oposição e os entraves que a associação nacional dos empresários, o Centro Industrial do Brasil, fez contra a aprovação dessa lei mínima foram tão fortes que a discussão demorou todo este tempo¹²⁹. Em setembro de 1917, os empresários paulistas se reuniram no Centro do Comércio e Indústria de São Paulo para discutir os progressos que o debate do código estava fazendo na câmara dos deputados, prestes a ser aprovado e com a pressão que vinha do movimento operário para que se alargasse para uma legislação geral do trabalho. Foi criada uma comissão — presidida por Jorge Street e integrada também por Rodolfo Crespi, um dos principais opositores do movimento operário — que conseguiu que a bancada paulista, por intermediação do governo do estado, fizesse uma intervenção para que o código “antes de ser convertido em Lei, firmasse, ao lado das vantagens criadas para os operários, as garantias que a classe industrial reclamava”¹³⁰.

O governador do estado, Altino Arantes, deixou uma memória a respeito do encontro com essa comissão: “a qual veio expor-me as suas justas apreensões

de um avançado socialismo consignadas no Código de Trabalho”. O que evidencia os efeitos da greve geral e do movimento operário reorganizado e as percepções do poder público e do empresariado que se articulavam para enfrentá-los¹³¹.

Um dos resultados da greve foi o aumento de dois dias semanais das feiras livres organizadas pela prefeitura de São Paulo, desde 1914, para amenizar os preços dos alimentos. Mas também nesse caso houve obstáculos por parte do poder público, sendo que o prefeito de São Paulo, Washington Luís, declarou que apesar do aumento de dias a prefeitura não ia fiscalizar os preços¹³².

Alguns setores do governo do estado estavam interessados nas questões sociais, no que se referia à regulamentação do trabalho, à negociação coletiva e para impor limites no poder dos empresários, como foi o caso do Departamento Estadual do Trabalho, que pressionou durante greve geral para que acontecessem negociações com o Comitê de Defesa Proletária, e agia segundo o princípio de que “O Estado não pode ser um mero espectador das lutas entre o patrão e o operário”¹³³.

Contudo, as relações entre as autoridades estaduais e o empresariado eram muito estreitas, imbricadas e consolidadas para que ocorressem mudanças significativas legais a favor dos trabalhadores, apesar da força que a greve geral havia demonstrado. Até Jorge Street, presidente do Centro Industrial do Brasil, que era o principal empresário interessado em mudanças sociais, apesar de favorável à regulamentação do trabalho infantil, considerava que só crianças com menos de 11 anos não deviam entrar na fábrica; cogitava licenças maternidade, mas muito curtas e acompanhadas por uma política de controle da natalidade, e afinal propunha uma jornada de 56 horas de trabalho semanais¹³⁴.

Inclusive, “os boletins do Departamento se mostram impermeáveis ao movimento operário, ainda que os discursos ali produzidos demonstrem o seu interesse direto com a instituição da arbitragem e da conciliação”¹³⁵.

A ausência de uma única organização patronal institucionalizada e as diferenças quanto à estratégia a ser adotada entre os empresários paulistanos também podem ter sido fatores que provocaram uma lentidão no atendimento das reivindicações dos trabalhadores. Uma incapacidade dos empresários de compreender coletivamente as necessidades prementes dos trabalhadores e de fornecer uma plataforma comum de contrapropostas viáveis para as comissões de grevistas que iam se formando. O Centro do Comércio e Indústria de São Paulo não atuou nas negociações, mas deixou os empresários livres para segui-

rem cada um seu caminho.

Havia também diferenças sociais entre os empresários. Os donos de oficinas e fábricas de pequenas dimensões podiam atender até certo ponto a todas as reivindicações dos trabalhadores. Outra coisa eram os empresários têxteis mais poderosos e que muito se enriqueceram com a “economia de guerra”, como Matarazzo, Crespi, Jafet e Street, para os quais os pedidos dos grevistas não eram demandas impossíveis de serem atendidas, aliás, demasiado modestas, apesar do estado de revolta.

O que estava em jogo não era só o atendimento ou não das reivindicações econômicas, o enfrentamento era mais profundo: sobre o reconhecimento público da classe trabalhadora como sujeito social e político.

Concedia-se para amansar, para impedir a radicalização naquele momento, mas nenhum empresário, até aqueles poucos que reconheciam que era importante negociar com organizações de trabalhadores e resolver problemas sociais candentes com um mínimo de política pública, como era o caso de Jorge Street, ou com o paternalismo étnico, como era o caso de Matarazzo, não viam com bons olhos a autonomia da classe trabalhadora, agindo através das suas organizações, obviamente menos ainda os pedidos de reforma social que essa autonomia levava consigo, inclusive os mais moderados.

Sem a intermediação da imprensa, empresários e autoridades governamentais não teriam sentido com o Comitê para negociar. A prática histórica do empresariado paulistano, apoiado na Força Pública e no desinteresse da classe política, era a da concessão temporária para depois retirar gradualmente os avanços adquiridos pelos trabalhadores.

A estabilidade da organização sindical e política dos trabalhadores era o principal espantalho. Inclusive, quando essas organizações se estabilizavam, como em 1917-18, a tendência era não reconhecê-las como legítimas, para enfrentá-las no campo do uso da violência.

A repressão ao movimento de 1917

O estado e os empresários continuavam apostando muito mais na repressão e no controle do que nas reformas para resolver a questão social. Os esforços

das autoridades públicas foram no sentido de esmagar a crescente organização operária e suas ligas, sindicatos e federações.

A repressão às manifestações de julho de 1917 foi terrível e continuou de forma pontual também em agosto e setembro: as prisões se encheram de trabalhadores, de militantes real ou supostamente anarquistas; as organizações dos trabalhadores foram impedidas de funcionar; suas casas foram invadidas; reuniões foram violentamente interrompidas; militantes estrangeiros foram expulsos, às vezes até nos anos seguintes, a partir de acusações levantadas sobre a participação na Greve Geral de 1917.

Embora não tenha ocorrido uma invasão militar da cidade, o governo federal, após solicitação por parte do governo estadual, convocou o 53º batalhão de caçadores que se encontrava em Lorena¹³⁶.

O discurso das autoridades para justificar a ação violenta e repressiva foi de que o movimento grevista havia iniciado por motivos justos, mas que depois havia se desvirtuado e se tornado violento, “com aspectos alarmantes de uma verdadeira revolução”, segundo o relatório do delegado geral Thyrso Martins¹³⁷.

Foi uma justificativa *a posteriori*. Não podemos ir atrás da narrativa das autoridades estaduais.

Como vimos na parte dos antecedentes e do histórico da greve, desde as primeiras greves isoladas de junho os empresários articularam com a polícia a ação repressiva de sempre, preventiva, mas violenta. Prisões arbitrárias e temporárias, interrogatórios, autuações, não limitadas aos anarquistas ou sindicalistas conhecidos, mas voltadas, sobretudo, para atingir os trabalhadores mais atuantes da Liga Operária do Belenzinho, da Liga da Mooca e da Liga do Ipiranga. Foram atrás das lideranças sindicais, inclusive daquelas mais antigas, como Giulio Sorelli. Um dos líderes do sindicato dos canteiros de Ribeirão Pires, o italiano Angelo Caneza, foi procurado e ferido gravemente com uma surra de sabres por soldados da Força Pública, e teve que se esconder até o fim da greve¹³⁸. O que, desta vez, o salvou da expulsão, diferentemente do que acontecerá em 1920¹³⁹.

Valham mais alguns exemplos. No dia 4 de julho, o sargento do núcleo policial do Ipiranga foi com a tropa em diversas casas de operários em greve para obrigá-los com a força a voltar ao trabalho¹⁴⁰. Na tarde do dia 8 de julho, cinquenta praças montados da força pública guardavam a entrada da fábrica Antartica, insultando e provocando os trabalhadores do local¹⁴¹.

Um verdadeiro terrorismo policial se instalou na cidade, como quando um

pelotão da força pública atacou as pessoas reunidas no Café Internacional, na avenida Rangel Pestana, disparando suas armas contra elas: ainda que fosse um ponto de encontro de militantes, atiraram a esmo sobre os fregueses que estavam jogando bilhar¹⁴².

Há de se pensar que cargas de cavalaria da Força Pública com uso de armas de fogo contra cortejos pacíficos em ruas e praças cheias de trabalhadores desarmados e crianças, encurralados em espaços estreitos, como foram as que ocorreram, por exemplo, na ladeira do Carmo e na rua Carneiro Leão, no dia 12 de julho, são no mínimo ações desproporcionadas, sádicas e covardes, pois não havia perigo algum, nem ação violenta por parte dos trabalhadores ali reunidos¹⁴³.

Os embates de ação e reação entre grevistas e militantes contra as forças policiais ocorreram em áreas nas proximidades das fábricas, nos bairros operários e geralmente à noite, quando a situação estava degenerando pela radical oposição patronal a negociar e a repressão policial generalizada. A atuação repressiva e a ocupação ostensiva e provocatória do espaço público por parte das forças policiais precederam os dias da revolta e parada geral da cidade. As poucas tentativas de se opor ao patrulhamento ostensivo e ocupação das ruas nos bairros operários geravam como reação prisões e cargas de cavalaria.

O momento em que as greves se transformaram em rebeldia aberta ocorreu logo após o enterro de Martinez; e de uma nova investida da Força Pública para impedir a ocupação de algumas fábricas e dispersar os trabalhadores que se reuniam em manifestações nas praças, mas, sobretudo, para obstaculizar o alargamento da greve a outros trabalhadores com todo tipo de ameaça.

Impedir as tentativas de assalto a estoques de farinha de trigo era outra das ações “militares”. De fato, as autoridades estaduais, entre a possibilidade de prender e fiscalizar os açambarcadores, dispor o aumento das feiras livres, controlar os preços e, do outro lado, baixar a força pública e a polícia civil para prender trabalhadoras famintas no flagrante das tentativas de assalto coletivo a empórios e moinhos, obviamente escolheram antes de tudo a segunda opção. Não pensaram duas vezes em antecipar a repressão, para tentar montar um processo de conciliação só depois que a greve se alastrou e se transformou em revolta urbana.

Enfim, o dispositivo repressivo começou em maio-junho de 1917 e só foi parar em 1918, por causa da gripe espanhola que assolou São Paulo.

As imponentes manifestações públicas dos trabalhadores durante a greve geral e o movimento de reorganização sindical posterior motivaram as autori-

dades estaduais a intensificar a repressão em agosto e setembro, seguindo três tipos de atuação:

- 1) Ação ostensiva e repressiva de trabalhadores em greve;
- 2) Invasão e fechamento das organizações dos trabalhadores: sindicatos, grupos políticos socialistas e anarquistas, jornais;
- 3) Expulsão, deportação ou prisão de militantes.

Entre os vários casos do fim de agosto e começo de setembro alguns são significativos:

Em 29 de agosto a polícia invadiu a sede da Liga Operária da Água Branca enquanto os trabalhadores estavam reunidos para discutir sobre os rumos da greve apenas iniciada na Fábrica de Tecidos e Bordados Lapa, ameaçando os operários para voltar ao trabalho¹⁴⁴. Foi nessa ocasião que os trabalhadores se defenderam argumentando que a reunião é um *direito* que as forças policiais não podem interromper. Não havia “perigosos militantes terroristas”, mas operárias e operários na luta por direitos.

No dia 31 de agosto, três operários da Fábrica de Tecidos Ipiranga foram presos enquanto distribuía folhetos convocando os trabalhadores da fábrica para uma reunião. Ao saberem da prisão, os trezentos operários que estavam trabalhando no turno da noite foram à delegacia pedir a liberdade dos três colegas presos. Foram, então, para a Liga Operária do Ipiranga, onde decidiram entrar em greve reivindicando a liberdade e recontração dos três trabalhadores demitidos injustamente e mudanças no regulamento interno da fábrica. A Federação Operária de São Paulo declarou solidariedade moral e material aos trabalhadores em greve. No mesmo dia, policiais apreenderam folhetinhos que operários distribuía e ameaçaram prender os frequentadores da Liga Operária da Lapa¹⁴⁵. No dia 3 de setembro, a polícia entrou na sede da Liga do Ipiranga, onde estavam reunidos três mil trabalhadores, e agrediu fisicamente com empurrões também as operárias¹⁴⁶.

No dia 7 de setembro, houve a invasão da sede da Liga Operária da Água Branca pela cavalaria da Força Pública; enquanto os membros da União Geral dos Ferroviários estavam iniciando uma reunião sobre a oportunidade de fazer greve por causa da demissão de companheiros demitidos recentemente pela São Paulo Railway¹⁴⁷.

Já no dia 3 de setembro, uma investigação do jornal *O Combate* revelava que a delegacia geral de São Paulo estava aprontando uma série de prisões e deportações dos principais militantes anarquistas e socialistas identificados como lideranças da greve geral.

Na segunda semana de setembro, a partir do dia 13, iniciou-se a ação da polícia com o fechamento das ligas operárias, a invasão da sede da FOSP, e ao mesmo tempo as prisões individuais de militantes, em grande parte com o objetivo da expulsão. Cada investida nas associações era acompanhada por violências físicas, quando possível de prisões, e da retirada do aparelho simbólico e institucional – como registros, atas, carimbos e correspondências, elementos que significavam a continuidade do movimento operário¹⁴⁸. Vale a pena lembrar, por exemplo, que durante o mês de agosto, de reorganização sindical, o Comitê de Defesa Proletária lembrava que todo o material oficial do antigo sindicato dos ferreiros e serralheiros de São Paulo estava com eles e que podia ser retirado para reativar oficialmente essa união sindical de ofício¹⁴⁹.

Entre os primeiros presos, estavam: os anarquistas Edgar Leuenroth, acusado de ser o mandante, executor e líder do assalto ao Moinho Santista, e Antônio Candeias Duarte. Leuenroth foi absolvido e liberado somente em março de 1918; Candeias Duarte foi libertado pela intervenção do cônsul português no fim de setembro de 1917¹⁵⁰.

Com exceção de Leuenroth, todos os indiciados eram alvo do pedido de expulsão do país, via deportação, na execução da Lei Adolpho Gordo de 1907 e 1913 contra estrangeiros envolvidos em supostas atividades subversivas.

O próprio senador Adolpho Gordo, no dia 25 de setembro, justificou na câmara dos deputados federais esta ação policial, em nome da soberania nacional, pedindo para que o Supremo Tribunal Federal voltasse atrás sobre a questão da constitucionalidade da lei de expulsão, para que o Brasil não se tornasse “refúgio dos anarquistas e bandidos profissionais expulsos de todos os países do mundo”¹⁵¹. De fato, em 1914 o Supremo já havia declarado inconstitucional os artigos da Lei 2.741 de 1913, que eliminavam os impecilhos da Lei de Expulsão de 1907, segundo a qual estrangeiros residentes há mais de três anos no país, casados aqui ou com filhos brasileiros natos, não podiam ser expulsos¹⁵².

Os advogados que defenderam os militantes, os conhecidos Evaristo de Moraes e Benjamin Motta e alguns advogados da FOSP, pediram a liberação e a negação da expulsão e das deportações em nome da inconstitucionalidade da lei de 1913, pois

todos os presos viviam no Brasil há mais de três anos. Mas o Supremo, dessa vez, demorou para julgar a inconstitucionalidade das expulsões; somente após a vitória no processo contra os pedidos de expulsão de Damiani e Sarmento¹⁵³.

OS CONDENADOS À EXPULSÃO. A PORTARIA DE EXPULSÃO É DO DIA 11/09/1917.

Vincenzo “Vicente” Amodio, Michele D’Angelo, Silvio Antonelli, Francisco Arouca, Eduardo Colli, Alfredo Colucci, Emilio Feldman, José Fernandez, Gigi Damiani, Antonio Candeias Duarte, Giuseppe Ghicco, Virgílio Hidalgo (ou Fidalgo), Antonio Lopes, José Sarmento Marques, Manuel Martinez, Giovanni Miniero, Teodoro Monicelli, Antonio Musitano, Antonio Nalipinsky, Zeferino Oliva, Alfredo Ovidio, José Peralta, Isidoro Pozzatti, Rogerio Ramos, Manoel dos Santos Silva, Primitivo Raimundo Soares (Florentino de Carvalho), Giuseppe Sgai, Giulio Sorelli, Alessandro Zanella.

Fonte: “A Federação Operária ao Público”, A Plebe, suplemento, 15-09-1917; A Plebe, n. 16, 17-10-1917, p. 4; ANRJ, Processos de Expulsão, IIJ7.

Com exceção de Leuenroth, que não podia ser expulso, entre os nomes dos condenados estavam, obviamente, três militantes que estiveram extremamente presentes em todo o movimento desde junho na coordenação do Comitê de Defesa Proletária, nos palanques dos comícios, no enterro de Martinez, nas negociações e no processo de reorganização da FOSP: o anarquista Candeias Duarte e os socialistas e sindicalistas Teodoro Monicelli e Giuseppe “José” Sgai.

Além desses, a maioria era anarquista, sobretudo italianos, conhecidos desde o começo do século XX, com alguns espanhóis e portugueses que se destacavam, como Florentino de Carvalho. Uma parte era composta por operários espanhóis, que haviam se destacado na organização operária, mas que a princípio não faziam parte do meio militante anárquico, como Lopes (tecelão), Fernandez (pintor) e Fidalgo (sapateiro). Alguns eram sindicalistas, como os pintores Ovidi e Pozzatti. Com alguma exceção, eram todos trabalhadores de oficina ou de fábrica.

Assim, apesar da polícia rotular todos como perigosos anarquistas para dar justificativa às deportações, o conjunto tinha sua heterogeneidade e evidenciava as dinâmicas da greve geral que já mencionamos.

Nesta onda, tentaram envolver também o sindicalista revolucionário Paolo Mazzoldi, que havia participado das negociações, mas que na época trabalhava exclusivamente como jornalista: no interrogatório defendeu com orgulho a greve geral, mas não chegou a ser preso¹⁵⁴.

A maioria dos condenados à expulsão conseguiu fugir à prisão naqueles dias de setembro, se escondendo (alguns no interior, como o anarquista Luigi Damiani) e só voltando a aparecer semanas ou meses depois¹⁵⁵. Outros foram procurados novamente em outubro, com aquela perseverança persecutória típica da polícia nestes momentos (Monicelli, por exemplo, foi preso no dia do enterro da sua pequena filha, Serafina¹⁵⁶). Ainda assim, não foram deportados, pois havia começado uma série de processos para declarar as expulsões inconstitucionais.

Afinal, a polícia conseguiu prender e enviar para deportação “somente” nove destes condenados de expulsão: Sarmiento Marques, Florentino de Carvalho, Oliva, Nalipinski, Fidalgo, Lopes, Fernandez, Ghicco e Arouca¹⁵⁷. Foram embarcados no navio Curvello, do Lloyd Brasileiro, que zarpou de Santos no dia 19 de setembro com o objetivo de deixar os prisioneiros nas ilhas Barbados no Caribe ou nos Estados Unidos¹⁵⁸. Em nenhum dos dois lugares foi permitido o desembarque dos expulsos; mas em 20 de outubro, quando o navio chegou a Nova York, só restavam cinco deportados, entre os quais Sarmiento Marques; os outros, inclusive Florentino de Carvalho, haviam fugido do navio, mas estavam presos em Pernambuco e no Pará¹⁵⁹. O navio voltou com eles ao Brasil. Foi necessária, porém, a intervenção do presidente da república, Wenceslau Braz, para que a sentença do STF fosse aplicada e os presos fossem libertados em janeiro e março de 1918¹⁶⁰.

Contudo, as portarias de expulsão somente foram suspensas em 1920-21; foram usadas pelo governo brasileiro para negar o visto e impedir a volta ao Brasil de alguns deles, como foi no caso de Damiani e Monicelli, que tiveram que ficar na Itália e pedir a volta de seus familiares ainda residentes no Brasil.

Uma análise dos processos de expulsão evidencia os modos de ação da polícia: fichamento prévio; construção das testemunhas forjadas, misturando fatos puramente inventados e outros que são averiguáveis com documentos e relatos diversos; tentativa de demonstrar o pertencimento de todos os acusados à “seita” anarquista, desconhecendo e desprezando suas identidades políticas ou de classe.

Mas o interessante é que em todos os depoimentos, considerando todas as tendências políticas, que são reveladas sem omissões pelos acusados, se afirma

a legitimidade da luta de classes na Greve Geral de 1917, não somente com o apelo às difíceis condições de vida dos trabalhadores naquele momento, mas como horizonte de transformação da sociedade em direção à sociedade socialista, por meio da luta realizada por organizações de trabalhadores, que se pretendem firmes e reconhecidas.

Conclusão

A Greve Geral de 1917 ocorreu em virtude da organização dos próprios trabalhadores, mas contou com a fundamental participação de militantes sindicalistas, anarquistas, socialistas e também de grupos democratas descontentes com a situação do país. Multidões saíram às ruas para protestar e reivindicar. Manifestações quase diárias ocorreram contra o alto custo de vida, o trabalho de mulheres e crianças e outros tantos problemas que afligiam a vida dos trabalhadores.

Novidades e continuidades com a história do movimento operário paulista, brasileiro e transnacional caracterizaram o movimento.

Como em 1907, dez anos depois a mesma estratégia foi reapresentada em um contexto no qual uma parte da opinião pública de classe média, como evidenciam alguns jornais, *Fanfulla*, *O Combate*, *A Gazeta* e *A Cigarra*, por exemplo, reconheciam a importância do papel político público do operariado em uma cidade industrial, em via de se estabilizar como classe trabalhadora nacional, ao mesmo tempo em que voltava a se organizar com mais fôlego e a atuar de forma massiva.

O radicalismo que se expressou em São Paulo em julho de 1917 pelos motins de rua, embates diários com a força pública e a polícia, se realizava em um contexto global mundial de radicalização da luta de classes e das lutas políticas derivadas, haja vista as duas revoluções que ocorreram na Rússia em 1917.

Mas não basta procurar a importante influência anarquista, a tradição do sindicalismo de ação direta, a presença de experientes sindicalistas socialistas ou a longínqua Revolução Russa de Fevereiro para explicar esse radicalismo.

A radicalização do conflito de 1917 ocorreu, sobretudo, por um não atendimento geral histórico dos anseios, até os mais modestos, dos trabalhadores. Mais ainda, o que foi radical no contexto da São Paulo de 1917 foram as manifestações de praça, a saída pública dos trabalhadores dos bairros operários, onde se queria

que a luta de classes ficasse confinada, e finalmente uma nova onda organizativa sindical onde os objetivos sociais concretos a favor da classe trabalhadora, mais que os anseios revolucionários, estavam na ordem do dia.

Mesmo a repressão feroz que atingiu o movimento a partir de 1917 e adentrou a década de 1920 não impediu que os trabalhadores continuassem a se organizar em ligas, sindicatos e grupos políticos.

Uma nova e longa estação de luta de classes e para a cidadania política e social estava posta com a Greve Geral de 1917.

Havia identidades políticas diferentes e divergências no movimento, mas havia muito objetivo comum, sobretudo de se unir em prol da afirmação da classe trabalhadora como sujeito coletivo e político. A greve geral se tornou um momento fundamental de união, evidenciando a força da unificação em torno de objetivos compartilhados.

Em 1919, o movimento operário no Brasil entrou na sua fase mais intensa até então, com uma enorme onda de greves. Muitas das reivindicações continuaram sendo as mesmas de 1917 e as características gerais do movimento eram similares. O sindicalismo tinha se fortalecido muito com os movimentos dos anos anteriores.

As greves dos anos de 1920 foram importantes, mas não atingiram mais a dimensão das realizadas naqueles anos entre 1917 e 1919. Porém, todas as manifestações políticas e sociais sucessivas, inclusive as revoltas, herdaram o legado da experiência das jornadas de 1917.

Os valores e comportamentos veiculados por esses movimentos foram capazes de questionar e desconstruir hierarquias sociais consolidadas e uma mentalidade tradicional que pretendia condenar a maior parte dos trabalhadores a permanecer fora da política, institucional ou não.

As reivindicações operárias eram também um esforço de democratização da sociedade, porque muitas vezes as lutas não visavam somente melhorar salários e reduzir jornadas de trabalho, mas assegurar o direito à própria existência, ou seja, garantir condições de democracia e de cidadania nas quais o movimento e a organização dos trabalhadores pudessem ser reconhecidos como um elemento legítimo na sociedade.

Biografias

Os grandes protagonistas das greves de 1917 foram os próprios trabalhadores que, em suas organizações sindicais e políticas, deram vida às muitas atividades e lutas daqueles meses. É interessante, porém, atentarmos para as trajetórias individuais de alguns dos coordenadores da greve geral, de cujas vidas podemos saber mais, como sujeitos de uma experiência capaz de iluminar o conhecimento da história da qual fizeram parte.

Edgard Leuenroth, um dos principais membros do Comitê de Defesa Proletária, foi trabalhador gráfico, jornalista e um dos principais líderes anarquistas de São Paulo. Nasceu em Mogi Mirim, em 31 de outubro de 1881, filho de Waldemar Eugenio Leuenroth – médico e proprietário de uma farmácia – e de Amélia de Oliveira Brito Leuenroth. O avô paterno era imigrante de língua alemã, provavelmente do Trentino-Alto Ádige, região da Itália que estava sob o domínio do Império austro-húngaro no período da grande imigração. Edgard era irmão do também tipógrafo e sindicalista João Leuenroth. Ficou órfão de pai aos três anos. Mudou-se para a cidade de São Paulo com a mãe, aos cinco anos. Trabalhou desde os 10 anos como menino de escritório e caixeiro. Com 15 anos trabalhou no jornal *O Comércio de São Paulo*. Em 1903, frequentou reuniões do Círculo Socialista e em 1904 aderiu ao anarquismo a convite do poeta Ricardo

Gonçalves. Era comum que o ingresso de um novo membro num grupo político, como os grupos anarquistas, ocorresse pelo convite

Em 1897 criou o jornal *O Boi*. Depois escreveu a *Folha do Brás*. Em 1904 participou da criação da União dos Trabalhadores Gráficos. Em 1905, da Terra Livre. Em 1909, juntou-se a Benjamin Mota no jornal anticlerical *A Lanterna*. Em 1911, criou a coluna “Vida Operária” em *A Lanterna*. Em 1917 fundou o jornal *A Plebe*. Exerceu papel importante nas greves de 1917, sendo o secretário do Comitê de Defesa Proletária (usando, na época, o pseudônimo Frederico Brito, para desviar a perseguição policial). Foi preso com a acusação de ter promovido o ataque ao Moinho Santista. Em 1920, fundou *A Obra*. Nos anos 1920, colabora com os jornais *A Vanguarda*, 5 de julho e *A Liberdade*, além de *A Plebe*, reaberto entre 1921 e 1924 e em 1927. Em 1932 e 1933 reabre *A Plebe* e *A Lanterna*. Também em 1933, participa da criação do Centro de Cultura Social. Ainda nos anos 1930, cria uma agência de publicidade com seus irmãos e um serviço de distribuição de notícias para a imprensa. Em 1935 é preso acusado de crime contra a moral e subversivo; foi libertado em 1938. Nos anos 1950 e 1960 continuou colaborando com jornais anarquistas como *O Libertário* e *Dealbar* e se dedicou a reunir livros periódicos e textos sobre o movimento anarquista. Publicou em 1963 a antologia *Anarquismo: roteiro de libertação social*. Morreu em São Paulo em 1968 (segundo Khoury), em 1967 (segundo o dicionário do Claudio Batalha), sempre fiel ao anarquismo.

Luigi “Gigi” Damiani nasceu em Roma (Itália), em 1876 e ali morreu em 1954, após uma vida de migrações, exílios e retornos à Itália, caracterizada pela militância no campo anarquista desde os seus 16 anos de idade. Damiani se criou nos meios populares do centro histórico de Roma, onde o pai era proprietário de um boteco. Perdida a mãe na infância, foi um menino muito rebelde na escola e por isso enviado por um tempo para uma casa de correção de menores. Foi no ambiente romano popular que entrou em contato com os grupos políticos radicais e anticlericais, que eram bastante difusos entre os trabalhadores urbanos da capital italiana, escolhendo logo os anarquistas.

Desenvolveu sua atividade militante em diversas regiões da Itália central, onde o anarquismo era muito enraizado, sofrendo várias prisões por causa disso, até que em 1897, com vinte e um anos, emigrou para o Brasil, provavelmente por pressão da polícia italiana.

Após alguns meses em Itu (SP) se transferiu para a cidade de São Paulo, onde ficou até 1902. Neste período integrou o *Circolo di Studi Sociali*, escrevendo regularmente no periódico *Il Risveglio* (1898-99), foi também redator de outros periódicos anarquistas, como *Germinal* (1902) e *O Amigo do Povo* (1902). Em 1901 esteve entre os principais fundadores e organizadores do grupo “Pensiero e Azione” (Pensamento e Ação), um dos grupos anarquistas mais numerosos e longevos da capital paulista.

A partir de 1902 se transferiu para o Paraná, morando principalmente em Curitiba, com a companheira, também militante anarquista, Maria Gemma “Emma” Mennocchi, que conheceu no Brasil. No Paraná foi diretor dos jornais anarquistas *Il Diritto* e *O Despertar*, mas, sobretudo, continuou colaborando intensamente com o principal periódico anarquista do país, *La Battaglia*, publicado em São Paulo e também com outros jornais anárquicos da Itália.

A partir de 1909, quando da sua volta com Emma para a cidade de São Paulo, foi convidado a assumir a direção do *La Battaglia*. Após o fim desse jornal, Damiani fundou e dirigiu *La Propaganda Libertaria* (1913-1914) e *Guerra Sociale* (1915-1917), ambos publicados em São Paulo em italiano, terminando sua militância no Brasil como um dos principais colaboradores de *A Plebe* (1917-1919). Por causa de sua atuação constante nas mobilizações operárias e populares do período, foi expulso do Brasil em outubro de 1919 e voltou à Itália.

Levou para Itália a sua experiência de militância radical revolucionária do Brasil e se tornou uma das principais lideranças do movimento anarquista italiano, ao lado do amigo Errico Malatesta, importante intelectual e ativista do anarquismo, conhecido mundo afora. Na Itália, Damiani foi o principal redator de *Umanità Nova* e colaborou intensamente com *Guerra di Classe*, jornal da USI, União Sindical Italiana, a confederação sindical de ação direta. A sua aproximação com o movimento operário organizado, dentro de uma perspectiva anarquista, havia começado durante seu segundo período paulistano.

Por causa do advento do fascismo na Itália, teve que se exilar em diversos países a partir de 1927 (França, Bélgica, Alemanha, Espanha e Tunísia), até voltar para Roma após o fim da guerra, em 1945.

A experiência política brasileira foi profundamente analisada no seu livro “*I paesi nei quali non si deve emigrare: La Questione Sociale nel Brasile*” (Os países onde não se deve emigrar: a questão social no Brasil) onde explica as dificuldades do

movimento operário no Brasil por causa das características históricas coloniais e escravistas da elite brasileira, vislumbrando as possibilidades revolucionárias nos momentos em que os trabalhadores amenizaram suas identidades étnicas e nacionais (como na greve geral de 1917).

Damiani era torneiro mecânico, mas desde a sua longa estadia no Brasil viveu, sobretudo, do seu trabalho de pintor e decorador.

Teodoro Monicelli foi um dos principais oradores dos comícios realizados durante a greve de 1917. Ele nasceu em Ostiglia, na província de Mântua, em 31 de dezembro de 1875, em uma família muito pobre. Emigrou muito jovem para a Suíça. Era marceneiro e conheceu as ideias políticas através da leitura de jornais e opúsculos anarquistas e socialistas. Apaixonado pelas teorias revolucionárias, tornou-se grande admirador e discípulo do famoso advogado anarquista Pietro Gori. Em 1893, tinha sido preso quando foi pego de surpresa em uma reunião anarquista em Milão. As fontes não nos contam sobre o seu processo de conversão, mas nos informam que, dois anos depois, ele ajudou na campanha de um candidato socialista, o famoso Osvaldo Gnocchi-Viani¹⁶¹ (também grande defensor das Câmaras do Trabalho) na sua cidade natal, Ostiglia. No mesmo ano, 1895, Monicelli apresentou-se espontaneamente ao prefeito da cidade para dizer que tinha abandonado as ideias anarquistas por ter reconhecido que eram utópicas e que tinha passado a preferir as ideias socialistas legalistas¹⁶².

Em 1899, Monicelli foi preso por “fomentar o descontentamento e incitar a greves” os operários do canteiro onde trabalhava em Gênova¹⁶³. Nos anos seguintes, embora tenha participado ativamente das discussões do Partido Socialista, dedicou-se, sobretudo, à organização de operários, tornou-se secretário de várias *Camere del Lavoro*, motivo pelo qual foi preso várias vezes, o que nos leva a crer que a sua passagem do anarquismo para o socialismo e o sindicalismo não era só uma tentativa de escapar à repressão, mas a uma convicção pessoal. Em 1908, ele também estava em Parma, o que demonstra o quanto a grande greve liderada por De Ambris foi vista como o grande experimento do sindicalismo revolucionário na Itália, a ponto de atrair grande parte dos militantes mais ativos para lá. Em 1913, vem para São Paulo, onde dirigiu por vários anos o periódico socialista *Avanti!*

Giuseppe Sgai pertencia a uma família socialista de Rifredi, bairro operário da periferia de Florença. Nasceu em Fiesole (perto de Florença) em 1895¹⁶⁴. A sua criação ocorreu no meio socialista radical toscano. A sua militância iniciou cedo: a polícia italiana o encontra como líder de greves, manifestações e comemorações socialistas em várias cidades da província de Florença, onde ele vai como propagandista delegado dos grupos socialistas de Fiesole. Em 1911 é o secretário do círculo da juventude socialista da sua cidade¹⁶⁵. Emigrou para São Paulo somente em 1912, onde tinha encontrado trabalho previamente como tipógrafo, o mesmo ofício que tinha aprendido na Itália¹⁶⁶.

Paolo Mazzoldi, representando o jornal *Il Piccolo*, fez parte do Comitê de Imprensa que fez a intermediação entre o Comitê de Defesa Proletária e os empresários e o Estado na greve de 1917. Era filho de Leonardo Mazzoldi e Caterina Fusano; nasceu em Pezzase, província de Brescia, em 20 de abril de 1886. Foi estudante de Letras na Universidade de Bolonha e amigo do mais importante sindicalista revolucionário da Itália, Alceste De Ambris, embora fosse bem mais jovem do que ele. Nos anos 1906-1907 foi filiado ao Partido Socialista Italiano, mas já tinha aderido à tendência sindicalista do socialismo, fato pelo qual recebeu ameaças de expulsão do partido. A polícia italiana classificava-o, nesse período, como socialista e sindicalista. Mazzoldi fazia um trabalho intenso de propaganda e ação sindicalista, como secretário da *Camera del Lavoro* de Bolonha, dirigindo-se a outros locais por ocasião de greves e colaborando com jornais sindicalistas de várias partes da Itália. Segundo a *Prefettura*¹⁶⁷ de Ferrara, graças à sua ação e propaganda muitos passaram das ideias socialistas reformistas à nova fé sindicalista. Também muitos círculos socialistas, em parte reformistas, tiveram sua transformação graças à obra de Mazzoldi, fazendo com que, na província de Ferrara, a organização socialista predominante fosse a sindicalista¹⁶⁸. Em 1908, ele se transferiu de Bolonha para Parma por ocasião da grande greve geral. Após a greve, ele estava entre os dirigentes sindicalistas que foram chamados para substituir os presos e exilados. Essa função foi assumida por ele e Maria Rygier, Angiolo Faggi, Amilcare De Ambris (irmão de Alceste), Umberto Pasella e Michele Bianchi¹⁶⁹. Em 1909, Mazzoldi fazia parte, em Bolonha, de um grupo de discussão sobre a organização e tática do que era chamado então o “partido sindicalista”. Em outubro de 1909, De Ambris chamou-o do Brasil para redigir a

Tribuna Italiana. Em 1910, a polícia de São Paulo informou a polícia italiana que Mazzoldi desenvolvia na cidade uma intensa atividade de propaganda entre os trabalhadores. Em 1911, o consulado de São Paulo informou que depois de ter colaborado com De Ambris na *Tribuna Italiana*, Mazzoldi escreveu no *Fanfulla*, foi diretor de *La Vita*, que teve poucos meses de existência, e fundou também o jornal *Don Chisciotte* ¹⁷⁰.

Mazzoldi foi apontado pela polícia brasileira e pelo consulado italiano, junto com De Ambris e Edmondo Rossoni, como um dos provocadores da grande greve da fábrica de vidros Santa Marina, no bairro da Água Branca em São Paulo ¹⁷¹.

Giulio Sorelli foi um importante militante anarquista e sindicalista revolucionário em São Paulo, tendo sido por muito tempo secretário da Federação Operária de São Paulo, como vimos. Sorelli nasceu em Florença, na Itália, em 9 de maio de 1877; filho de Adolfo Sorelli e Letizia Nesti. Já em 1902, a polícia apontava-o como um dos anarquistas mais conhecidos de São Paulo e “amigo íntimo dos líderes” ¹⁷². Nesse ano, ele tinha 25 anos e exercia o ofício de marceneiro. Morava na rua Barão de Jaguará, no Cambuci. Antes de abraçar a ideia política mais radical da época, o anarquismo, Sorelli tinha participado desde muito jovem do mutualismo e depois tinha passado também pelo movimento socialista. Só depois desse percurso político se torna anarquista e o principal organizador do sindicalismo revolucionário em São Paulo por longo tempo. Durante a grande greve de 1917, o jornal *Fanfulla* anunciou o seu desaparecimento e depois a notícia da sua prisão no dia 16 de julho. Para a polícia, ele ainda era um líder, mas o jornal declarou desconhecer a razão de sua prisão, uma vez que se sabia que ele tinha participado das agitações somente como empregado do Liceu de Artes e Ofícios ¹⁷³. Ele foi libertado um dia depois da prisão. Alguns dias depois, Sorelli participou com sua família da festa do *Istituto Musicale Benedetto Marcello*, no salão Giuseppe Verdi. No programa estavam uma apresentação de música clássica e baile. Estavam presentes outros socialistas e anarquistas de São Paulo.

Florentino de Carvalho, pseudônimo de Raymundo Primitivo Soares, foi um dos mais importantes militantes anarquistas no Brasil. Ele nasceu em 3 de maio de 1883 em Campomanes, província de Oviedo, na Espanha e

veio para o Brasil ainda criança, em 1889, estabelecendo-se com sua família na cidade de São Paulo. Estudou em colégio católico, mas recusou o projeto de seu pai de fazê-lo sacerdote. Quando jovem, alistou-se na Força Pública de São Paulo, em 1898, mas ao se converter ao anarquismo pela leitura do texto do anarquista russo Kropotkin, *A Conquista do Pão*, em 1901, deixou a polícia e foi trabalhar no porto de Santos, mas logo em seguida deu início à sua carreira de tipógrafo. Logo iniciou a fazer parte do movimento sindical e de greves, o que lhe custou a prisão, após a greve dos portuários em 1905, e uma vigilância e perseguição policiais constantes, que o forçou a ir para a Argentina, onde atuou também como professor de uma Escola Moderna, aos moldes da escola moderna de Ferrer em Barcelona. O governo argentino tentou mandá-lo de volta à Espanha, mas ele desembarcou de novo no Brasil.

De acordo com o historiador Edgar Rodrigues, a casa de Florentino era uma morada anarquista, tendo vários de seus irmãos também aderido às ideias libertárias, acolhendo muitos militantes.

Participou de vários congressos operários e de conferências de difusão das ideias libertárias. Também contribuiu com inúmeros periódicos como *A Plebe*, *O Libertário*, *Germinal*, *La Barricata*, além de várias revistas. Fundou várias escolas modernas. Morreu no Brasil em 1947¹⁷⁴.

Maria Antonia Soares, nascida em Santos em 1899, foi uma militante anarquista que teve papel destacado na São Paulo do início do século XX. Ela era uma de quatro irmãs militantes da família Soares: Maria Angelina, Maria Antonia, Matilde e Pilar. Elas eram irmãs, por parte de pai, de Primitivo Raimundo Soares, mais conhecido como Florentino de Carvalho, ele também um dos mais ativos militantes anarquistas na Primeira República. A mãe delas, Paula Soares, era uma militante espanhola. A história política desse grupo faz pensar sobre como as redes de militância podiam envolver também as relações de parentesco.

As irmãs Soares aderiram ao anarquismo na cidade de Santos, na qual viveram por alguns anos. Em 1914, retornaram a São Paulo, onde trabalharam, junto com o irmão mais velho, na redação e edição do jornal *La Barricata-Germinal*. Além dos artigos do jornal, as irmãs também proferiram palestras, trabalharam em peças de teatro, organizaram centros de cultura e foram professoras em escolas libertárias.

Em 1915, Maria Antonia ajudou a fundar o Centro Feminino de Educação, fez parte também do Centro Juventude do Futuro e representou o Centro Feminino Jovens Idealistas no Congresso Internacional da Paz, realizado no Rio de Janeiro, o que evidencia a intensidade da sua militância. Em 1917, participou da comissão organizada para lutar contra a exploração do trabalho de crianças. Sua militância envolveu a divulgação das ideias e práticas anarquistas e também a reflexão e luta em torno das questões específicas da mulher e sua situação no mundo operário e na sociedade em geral. Colaborou com artigos no jornal anarquista *A Plebe* e também no anticlerical *A Lanterna*, além de ter escrito para jornais libertários dos Estados Unidos e México. Maria Antonia ficou conhecida também pelos discursos que proferiu em praças públicas.

Por causa de sua militância, as quatro irmãs foram presas no contexto das grandes greves ocorridas em 1917 em São Paulo e também em outros momentos, como a prisão no interior do navio *Avion*, junto com seu irmão e outros militantes. Em 1923, Maria Antonia mudou-se para o Rio de Janeiro, onde deu continuidade à sua militância, ao menos até 1925, ano em que o trauma da morte do seu companheiro, o espanhol Manuel Campos, que tinha participado da tentativa de revolução anarquista em 1918, a afastou da luta.¹⁷⁵

Notas

1. Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP, DOPS, Prontuário n. 130.598, páginas 2, 6 e 10.
Fosco Pardini chegou em São Paulo em 1914, logo integrou o centro Socialista Internacional, participou das greves do período e da organização dos garçons e trabalhadores de hotéis.
2. “La morte dello spagnolo Gimenez”, *Fanfulla*, 11-7-1917, p. 4.
3. “Il funerale dell’operaio Martinez”, *Fanfulla*, 12-7-1917, p. 4.
4. Idem, p. 5.
5. Michael Hall, Imigrantes na cidade de São Paulo, in Paula Porta (org), *História da cidade de São Paulo*, vol. 3, São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 121-122.
6. SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO.
Boletim da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração, n.1, outubro 1937.
7. Ibidem.
8. Censo municipal de 1893 e Recenseamento do Brasil de 1920, citados por Michael HALL, Imigrantes na cidade de São Paulo, op. cit, p. 121.
9. Fontes: APESP. *Memória Urbana. A grande São Paulo até 1940*. V. 2. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001; Oscar Monteiro, *Almanak historico-litterario do Estado de São Paulo para o anno de 1896*. São Paulo, s.d., pp. 265-266. Vitaliano Rotellini, *Astensione o Eletturato? Un grave problema*. São Paulo: Pubblicazioni del *Fanfulla*, L. Buhnaeds e C., 1902; *O Comercio de São Paulo*, apud Legendo e anotando, *Fanfulla*, n. 21.08.1905; Angelo Trento, *Do outro lado do Atlântico*. São Paulo: Nobel, 1988, p. 124.
10. Antônio Francisco, *A indústria no Estado de São Paulo em 1901*. São Paulo: Tip. do Diário Oficial, 1901; Angelo Trento, op. cit. pp. 132-138.

11. “Condições de trabalho na indústria têxtil no Estado de São Paulo”. *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, 1912, Quadro III.
12. Antônio Folquito Verona, “O mundo é a nossa pátria”: a trajetória dos imigrantes operários têxteis de Schio que fizeram de São Paulo e do bairro do Brás sua temporária morada, de 1891 a 1895. Tese de Doutorado em História, FFLCH/USP, 1999.
13. Sheldon Leslie Maram, *Anarquistas, imigrantes, e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 16.
14. Michael Hall, op. cit., p. 132-137.
15. ROLNIK, Raquel; FRÚGOLI JR., Heitor. Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a zona leste como território de rupturas e permanências. *Cadernos Metrópole*, n. 6, 2º. semestre de 2001.
16. Michael Hall, O movimento operário na cidade de São Paulo, 1890-1954, in Paula Porta, op. cit. p. 260. e Prospetto della odierna situazione degli scioperi, *Fanfulla*, julho 1917.
17. Luigi Damiani, *I paesi nei quali non si deve emigrare, la questione sociale nel Brasile*. Milano: Umanità Nova, 1920.
18. Luigi Biondi. *La stampa anarchica italiana in Brasile: 1904-1915*. Tesi di Laurea, Università degli Studi di Roma “La Sapienza”, 1995.
19. Benjamin Mota, “Notas para a História. Violências policiais contra o proletariado. Ontem e Hoje”. *A Plebe*, 31/5/1919, p. 3-4.
20. “Imigrantes Anarquistas”. *Correio Paulistano*, 30/7/1893, citado por Christina Roquette Loproto. *O espírito da revolta (A greve geral anarquista de 1917)*. Tese de Doutorado. Departamento de História, IFCH, UNICAMP, Campinas, 1996, p. 2.
21. Edilene Toledo. *O Amigo do Povo: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo no início do século XX*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História, IFCH, UNICAMP, Campinas, 1992.
22. Carlo Romani. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2002.
23. Edilene Toledo. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário. Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
24. Yara Aun Khoury. Edgard Leuenroth, anarquismo e as esquerdas no Brasil, in: Daniel Aarão Reis Filho e Jorge Ferreira (orgs.). *A formação das tradições As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 113-130.
25. Antonio Arnoni Prado. O Cenário para um Retrato: Ricardo Gonçalves, in: Antonio Arnoni Prado (org.) *Libertários no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
26. Conferência de Elysio de Carvalho. *O Amigo do Povo*, 23/4/1904, p.3.
27. Flávio Luizetto. *Presença do anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional 1900-1920*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 1984 e Regina Jomini. *Uma educação para a solidariedade*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1991.
28. Carta do Centro Socialista Democrata de São Paulo a Andrea Costa, São Paulo, 28/5/1897. Biblioteca Comunale di Imola, Fondo Carte Costa, n. 2056.
29. Elisabetta Vezzosi, *Il socialismo indifferente, immigrati italiani e Socialist Party negli Stati Uniti del primo Novecento*. Roma: Edizioni Lavoro, 1991.

30. Benito Bisso Schmidt. *Os partidos socialistas na nascente República*, in Jorge Ferreira, Daniel Aarão Reis filho (orgs.), op. cit. p. 165 e 167.
31. “Estatutos da liga de resistência dos operários e operárias das fábricas de tecidos de São Paulo”. *Gazeta Operária*, 30/11/1902.
32. Estes os principais em 1902: Círculo Socialista “Avanti!”; Círculo Socialista da Bela Vista; Círculo Socialista “Andrea Costa” do Bom Retiro; Círculo Socialista “Primo Maggio” do Braz; Círculo Socialista “Enrico Ferri” do Cambuci; Grupo Socialista da Casa Branca; Círculo Socialista Internacional da Lapa; Agrupación Socialista Española. “Partido Socialista Brasileiro”, *O Estado de S. Paulo*, 28/8/1902, p. 2; ver também “Congresso Socialista Brasileiro”, *O Estado de S. Paulo*, 31/5/1902, pp. 2-3, 1/6/1902, p. 2 e 2/6/1902, pp. 1-2.
33. Ver Jacques Julliard. *Autonomie ouvrière: études sur le syndicalisme d’action directe*. Paris, Gallimard, 1988, p. 24 e M. Van der Linden e Wayne Thorpe. “Essor e déclin du syndicalisme révolutionnaire”. *Le Mouvement Social*, vol. 159, n. 2, avril-juin, 1992, p. 3-38
34. Ver o jornal do sindicato, *Il Falegname/O Carpinteiro*.
35. “Solidarietà Operaia”, *Fanfulla*, 10-11-1905, p. 2.
36. “Movimento Operaio”. *Fanfulla*, 01-12-1905, p. 2
37. “Legge di Resistenza fra Tessitori e Tessitrici di S. Paolo”. *Avanti!*, 4/2/1907, p.2.
38. “Neutralità politica!”. *Avanti!*, 23/1/1908, p. 1.
39. Giulio Sorelli. “Cooperativismo”. *A Lutta Proletaria*. Órgão da Federação Operária do Estado de São Paulo. 22/02/1908, p.1.
40. “Neutralità politica!”. *Avanti!*, 23/1/1908, p. 1.
41. *Il Libertario*, 1/12/1906, p.1. *Il Libertario* reproduz a crítica feita a ele pelo *A Terra Livre*.
42. Idem.
43. Ver “La colonna delle domande” e “Movimento Operaio”. *Il Libertario*, 6/11/1906, p.3 e p. 4 respectivamente.
44. Giulio Sorelli, “Beppe ed il socialismo”. *La Lotta Proletaria*, 30/12/1908, p. 2.
45. *A Voz do Trabalhador*, 01/7/1908, p. 1 e 2.
46. Resoluções do primeiro congresso operário brasileiro. In: Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall, *A classe operária no Brasil. Documentos (1889-1930)*, vol.1: *O movimento operário*. São Paulo: Alfa-ômega, 1979, pp. 41 a 58.
47. Processo de expulsão de Giulio Sorelli. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), Ministério da Justiça, IJJ7, n.179.
48. “Muratori”. *Avanti!*, 10/7/1907, p.1.
49. As greves e a repressão foram descritas minuciosamente pelo jornal socialista *Avanti!* 15/5/1907, p.1; 16/5/1907, p.1 e “Agli operai, ai compagni, agli amici” *Avanti!* 27/5/1907, p.2 e outros.
50. Warren Dean, *A industrialização de São Paulo. 1880-1945*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1971, p. 94-114.

51. O índice dos salários, considerando 100 o de 1914, permanecia 100 em 1915 e passava somente a 107 em 1917, ver: Paulo Sérgio Pinheiro, “O proletariado industrial na Primeira República”, in Boris Fausto (org.), *História geral da civilização brasileira, t. III, v. 2*. Rio de Janeiro - São Paulo: Difel, 1978, p. 147.
52. Il malcontento delle classi operaie si va generalizzando, *Fanfulla*, 8/7/17, p. 4; “La grave situazione operaia al cotonificio Crespi”, *Fanfulla*, 27/6/1917, p. 4.
53. “Il Comitato di Difesa Proletaria all’opera”. *Fanfulla*, 1/8/1917, p. 4.
54. “L’ora dei lavoratori”. *Guerra Sociale*, n. 47, 12/5/1917, p. 1.
55. Condições de trabalho na indústria têxtil no Estado de São Paulo. op. cit.
56. “L’opera della Lega della Democrazia”, *Avanti!*, 2ª série, n. 18, 29/8/1914, p. 2.
57. “Centro Internazionale Socialista. Programma Minimo”, *Avanti!*, 2ª série, n. 16, 15/8/1914, p. 2.
58. “L’opera della Lega della Democrazia”, *Avanti!*, 2ª série, n. 18, 29/8/1914, p. 2.
59. “La disoccupazione”, *Avanti!*, 2ª série, n. 20, 12/9/1914, p. 1 e “Actos do Partido”, *Avanti!*, 2ª série, n. 23, 3/10/1914, p. 3; *La Propaganda Libertaria*, n. 14, 10/10/1914, p. 2.
60. *Guerra Sociale*, n. 44, 31/3/1917 e n. 45, 10/4/1917 (*suplemento*); “L’agitazione popolare contro lo sfruttamento dei minorenni”, *Avanti!*, 2ª série, n. 141, 7/4/1917, p. 2.
61. Os primeiros dados sobre a utilização dos menores nas fábricas apareceram já em “Da palavra aos documentos”, *Guerra Sociale*, n. 43, 24/3/1917, p. 5.
62. “L’agitazione popolare contro lo sfruttamento dei minorenni”, *Avanti!*, 2ª série, n. 141, 7/4/1917, p. 2; “Avanti!”, *Guerra Sociale*, n. 44, 31/3/1917, p. 4.
63. “A agitação contra a exploração de menores”, *Guerra Sociale*, n. 44, 31/3/1917, p. 4.
64. Ibidem.
65. “Per il 1º Maggio”, *Avanti!*, 2ª série, n. 143, 21/4/1917; “Guerra à Guerra!”, *Guerra Sociale*, n. 47, 12/5/1917, p. 2.
66. Ibidem.
67. “Guerra à Guerra!”, *Guerra Sociale*, n. 47, 12/5/1917, p. 2.
68. “Per l’organizzazione operaia”, *Guerra Sociale*, n. 45, 10/4/1917, p. 2.
69. A proposta de greve geral coordenada foi apresentada pelo *Avanti!* de São Paulo do dia 12 de maio de 1917, *apud* “Lavoratori, in piedi: è l’ora vostra”, *Guerra Sociale*, n. 48, 19/5/1917, p. 1.
70. O debate iniciou exatamente em *Guerra Sociale* n.9, 04/12/1915 com a seção “Pro e Contra il sindacalismo”, abrindo-se com o artigo antissindical de Cràstinus “La deficienza di un metodo”.
71. “Grande reunião operária”, *Guerra Sociale*, n. 47, 12/5/1917, p. 4.
72. “L’ unione generale dei lavoratori risorge”, *Guerra Sociale*, n. 48, 19/5/1917, p. 4.
73. Na página 5.
74. Edgard Leuenroth, “Rumo à Revolução Social”. *A Plebe*, n. 1, 9/6/1917, p. 1; e n. 2, 16/6/1917, p. 2.
75. *AVoz do Trabalhador*, 1/2/1913, p. 1.

76. O histórico da greve geral foi reconstruído e analisado aqui principalmente a partir das informações dos jornais da época: *A Plebe*, *Guerra Sociale*, *Avanti!*, *Fanfulla*, *O Combate*, *O Estado de S. Paulo*.
77. Beatriz Mugayar Kuhl. Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas teóricos do Restauro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008, p. 198.
78. “La grave agitazione operaia al Cotonificio Crespi”, *Fanfulla*, 27/6/1917, p. 4 e “Prospetto della odierna situazione degli scioperi”, *Fanfulla*, 11/7/1917, p. 3.
79. Mundo Operário. Ação Obreira. Sucodem-se as greves. Solidariedade e entusiasmo. Os tecelões da fábrica Rodolfo Crespi. *A Plebe*, 16/6/1917, p. 3.
80. Benjamim Mota. *O pobre é um vadio?* *A Plebe*, 9/6/1917, p. 1.
81. Ação obreira. O operariado paulista parece despertar para a luta. Movimentos grevistas. Associações que surgem. *A Plebe*, 9/6/1917, p. 3.
82. Il conflitto tra gli operai e la direzione del cotonificio Crespi. *Fanfulla*, 30/6/1917, p. 4
83. “Prospetto della odierna situazione degli scioperi”, *Fanfulla*, 13/7/1917, p. 2.
84. *Fanfulla*, 16/7/1917, p. 4.
85. “Despertando para a luta”, *A Plebe*, n. 11, 25/8/1917, p. 3; “L’assemblea generale dei rappresentanti le leghe operaie”, *Fanfulla*, 26/8/1917, p. 2; “O operariado”, *O Estado de S. Paulo*, 27/8/1917, p. 3.
86. *A Plebe*, 8/9/1917, p. 3.
87. *Fanfulla*, 27/6/1917, p. 4
88. “Voci allarmanti sul numero dei morti”. *Fanfulla*, 22/7/1917, p. 2.
89. Benjamin Mota. “Notas para a História – Violências policiais contra o proletariado – ontem e hoje”. *A Plebe*, 31/5/1919, pp. 3-4.
90. Christina Lopreato. *O espírito da revolta* op. cit, p. 18.
91. Ver o capítulo: Origens da greve.
92. “Lo sciopero del cotonificio Crespi s’incammina verso la soluzione”, *Fanfulla*, 28/6/1917, p. 4.
93. “Agitazioni operaie”, *Fanfulla*, 14/6/1917, p. 4.
94. “La polizia del Braz perseguita i membri della Federazione Spagnola”. *Fanfulla*, 17/6/1917, p. 5; “Guerra à Guerra!”, *Guerra Sociale*, n. 47, 12/5/1917, p. 2; “Companheiros de ‘Guerra Sociale’”, idem, n. 55, 26/7/1917, p. 4. Arquivo Edgard Leuenroth - UNICAMP, Pasta n. 2 do acervo pessoal de Edgard Leuenroth.
95. Apud Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro. *A classe operária no Brasil*. Vol. I, São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p. 227.
96. Ver capítulo Origens da greve. Ver também “Per lo sciopero generale”, *Guerra Sociale*, n. 50, 2/6/1917, p. 2.
97. “Movimento Operaio”, *Fanfulla*, 12/8/1917, p. 5.
98. Idem 19/8/17, p. 4

99. Ver *A Plebe* de junho-julho 1919.
100. APESP, DOPS. Prontuário n. 924.
101. *A Plebe*, n. 7, 28-7-1917, p. 3.
102. Ver *Strikes, Social Conflict and the First World War. Annali Fondazione Feltrinelli, 1990-91*. Milano: Feltrinelli, 1991.
103. Giacomo Carcano, *Cronaca di una rivolta, i fatti torinesi del 1917*. Torino: s.ed., 1917.
104. Eric Hobsbawm, *Era dos extremos. O breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 66-71.
105. Sheldon Leslie Maram, *Anarquistas, imigrantes*, op. cit.
106. “Movimento Operaio. Tessitrici e tessitori”, *Avanti!*, n. 42, 3/8/1901, p. 3.
107. *A Plebe* n. 9, 11/8/1917, Liga Operária da Mooca, p. 3; Agitazioni operaie, *Fanfulla*, 14/6/1917, p. 4.
108. Lo sciopero degli operai della fabbrica Ypiranga, *Fanfulla*, 11/9/1917, p. 4.
109. “Il conflitto tra gli operai e la direzione del cotonificio Crespi”, *Fanfulla*, 30/6/17, p. 4.
110. “Grande reunião operária”, *Guerra Sociale*, n. 47, 12/5/1917, p. 4; “Companheiros de ‘Guerra Sociale’”, idem, n. 55, 26/7/1917, p. 4.
111. *Guerra Sociale*, n. 44, 31/3/1917.
112. “La situazione creata dagli scioperi operai si aggrava”, *Fanfulla*, 9/7/17, p. 3.
113. “L’azione dell’ufficio statale del lavoro”, *La Rivista Coloniale*, n. 2, 28/2/1917, p. 15.
114. Ibidem.
115. Já no acordo sobre a greve na fábrica Labor (também de Rodolfo Crespi), aparece o atendimento deste pedido. “Agitazioni Operaie”, *Fanfulla*, 24/6/1917, p. 2.
116. Il patriottismo di lor Signori e La cuccagna patriottica di lor Signori, *Avanti!*, 2ª serie, n. 139 a 143, 10/3/1917 a 21/4/1917.
117. No conselho dos acionistas (com oito pessoas) da Manufactura de Chapéus, Nicola Puglisi teria afirmado que o estado de guerra teria salvado a sociedade da falência, e de fato, se em 1914 o balanço desta empresa estava em perda, já durante os primeiros meses de 1916 conseguia um lucro de 117 contos. “La cuccagna patriottica di lor signori”, *Avanti!*, 2ª serie, n. 139, 10/3/1917, p. 1.
118. Ibidem. No mesmo artigo são apontados os casos da Fábrica de Chapéus de Serricchio e Pepe, da Companhia Fabril Pinotti - Gamba, da Companhia Mechânica e Importadora de Alessandro Siciliano, da Indústria de papéis e cartonagem dirigida por Nicolino Matarazzo (o ex-policia que participou das repressões de 1898-1904 aos grupos socialistas e anarquistas italianos).
119. “L’ora dei lavoratori”, *Guerra Sociale*, n. 47, 12/5/1917, p. 1.
120. “Una patriottica offerta del conte Matarazzo”, *Fanfulla*, 8/7/1917, p. 5 e “Il re d’Italia ha conferito il titolo di conte al comm. Francesco Matarazzo”, *Fanfulla*, 3/7/1917, p. 4.
121. *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, n. 24, 3º trimestre de 1917, São Paulo, Typ. Brasil de Rothschild & Cia. São Paulo, Brasil, 1918, p. 451.

122. *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, n. 25, 4º trimestre de 1917, Typohgraphia Levi, São Paulo, 1918, p. 590.
123. Projetos n. 119, 11/7/1917; n. 137, 18/7/1917; n. 125, 16/7/1917; n. 135, 24/8/1917. Ver Il progetto di legge del deputato Mauricio de Lacerda sul lavoro delle donne, *Fanfulla*, 18/7/1917, p. 2.
124. Un discorso del dott. Mauricio de Lacerda sugli scioperi di São Paulo, *Fanfulla*, 18/7/1917, p. 3.
125. Na sessão de 31 de março de 1917.
126. “Un progetto di legge sul lavoro dei minorenni”, *Avanti!*, 2ª serie, n. 141, 7/4/1917, p. 2-3.
127. Ibidem.
128. Camera Municipale, *Fanfulla*, 22/7/1917, p. 5; La questione del pane alla camera municipale, *Fanfulla*, 5/8/1917, p. 3.
129. O projecto Adolpho Gordo acerca dos accidentes no trabalho, *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho* n. 24, op. cit., p. 399-409.
130. Várias informações. Regulamentação do Trabalho. *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho* n. 27, 2º trimestre de 1918. São Paulo: Typohgraphia Levi, 1918, p. 395.
131. Altino Arantes, *Meu diário, registro intimo de factos e impressões* apud Christina Lopreato, *O espírito da revolta*, 2000, op. cit. p. 202.
132. Il messaggio del prefetto alla camera municipale, *Fanfulla*, 17/7/1917.
133. *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, n. 24, op. cit.
134. Eujacio Roberto Silveira, *São Paulo, 1917-1921. Aprendendo a ser patrão*. Dissertação de mestrado em História, FFLCH/USP, 2016 p. 233.
135. Marcelo Chaves, *A trajetória do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo e a mediação das relações de trabalho (1911-37)*. Tese de Doutorado em História, IFCH/Unicamp, 2009, p. 103.
136. Eujacio Roberto Silveira, op. cit. p. 202.
137. Relatório do delegado geral, *O Correio Paulistano*, 7/10/1917, p. 3.
138. Gli scomparsi, *Fanfulla*, 18/7/1917, p. 4.
139. ANRJ, Processo de Expulsão de Angelo Caneza, IJJ7 n. 139.
140. Le agitazioni operaie, *Fanfulla*, 4/7/17, p. 4.
141. La situazione creata dagli scioperi operai si aggrava, *Fanfulla*, 9/7/17, p. 3,
142. Una selvaggia aggressione della polizia, *Fanfulla*, 13/7/1917, p. 2.
143. Una selvaggia aggressione della polizia, *Fanfulla*, 13/7/1917, p. 2.
144. Lo sciopero degli operai della Fabbrica Tecidos e Bordados Lapa, *Fanfulla*, 30/8/1917, p. 4.
145. Gli operai della fabbrica di tessuti Ipiranga proclamano lo sciopero, *Fanfulla*, 1/9/1917, p. 2.
146. Il conflitto fra gli operai ed i proprietari della Fabbrica Ypiranga, *Fanfulla*, 4/9/1917, p. 4
147. Movimento Operaio, *Fanfulla*, 9/9/1917, p. 5.

148. Detalhes sobre essa investida policial são retirados das matérias dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *O Combate* e *Fanfulla* do período setembro-outubro 1917.
149. Movimento Operário, *Fanfulla*, 12/8/17, p. 5.
150. Christina Lopreato, *O espírito da revolta*, op. cit. p. 187-198 e *O Estado de S. Paulo*, 25/9/1917.
151. Citado por Rogério Bonfá, *Com lei ou sem lei*, Dissertação de Mestrado UNICAMP, 2008, p. 97.
152. Le espulsioni degli stranieri, *Fanfulla*, 1/10/1917, p. 3.
153. Christina Lopreato, op. cit., 1996, pp. 193-205.
154. Lettera aperta a sua eccellenza il dottor Eloy Chaves, em *O Estado de S. Paulo*, 21/9/1917, p. 10.
155. Gigi Damiani conseguiu fugir no interior do estado. Dichiarazione importante, *Guerra Sociale*, 20/10/1917, p. 1, Ver t/m ANRJ, Processo de Expulsão de Luigi Damiani e José Sarmento Marques, IJJ7 n. 161.
156. *Fanfulla*, 1/10/1917, p. 4 e 2/10/1917, p. 5. O advogado Benjamin Mota pediu habeas corpus para a liberação de Monicelli.
157. Christina Lopreato, op. cit. 1996, p. 179.
158. Ibidem, p. 179] e Le espulsioni degli stranieri, *Fanfulla*, 1/10/1917, p. 3.
159. *A Plebe*, n. 19, 30/10/1917, p. 1.
160. Christina Lopreato, op. cit. 1996, p. 207.
161. O próprio Osvaldo Gnocchi Viani (1837-1917), advogado de Mantua, colaborador do importante jornal *La Plebe* de Milão e um dos principais representantes do grupo socialista de tendência operária dessa cidade, tinha passado anos antes, com outros companheiros, do anarquismo para o socialismo.
162. Pasta de Monicelli nel CPC in ACS.
163. Pasta de Monicelli nel CPC in ACSR. Em 1899 foi preso também por ter urinado atrás do altar de uma igreja de Ostiglia durante a celebração da abertura do ano santo.
164. As informações biográficas encontram-se no ACSR, CPC, b. 4787; f. 62471.
165. R. Prefettura della Provincia di Firenze, Uff. Prov. PS 6706, 19/12/1911 (ACSR, CPC, b. 4787; f. 62471).
166. R. Prefettura della Provincia di Firenze, Uff. Prov. PS 7448, 31/12/1912 (ACSR, CPC, b. 4787; f. 62471).
167. *Prefettura*, em italiano, não significa prefeitura, mas a sede da representação do governo central presente em todas as províncias.
168. Pasta de Paolo Mazzoldi no CPC, ACS de Roma.
169. Umberto Sereni. *Il processo...*, op.cit., p.37-38.
170. Pasta de Paolo Mazzoldi, Archivio Centrale dello Stato, Roma, CPC. Ver *Don Chisciotte*, 19/2/1911, p.1.
171. Por causa dessa greve, só Rossoni foi expulso embora, segundo o consulado italiano, a polícia pretendesse conseguir também a expulsão de De Ambris e Mazzoldi. Ainda em 1912, o con-

- sulado italiano de São Paulo informava a polícia italiana da sua presença, apontando-o como “indivíduo perigoso”. Paolo Mazzoldi morreu em São Paulo em 1929. Ver pasta de Mazzoldi no CPC, ACS, Roma.
- 172 Pasta de Sorelli no “Casellario Politico Centrale”, pasta 4875, fascículo 62971 Archivio Centrale dello Stato (ACS), Roma, Itália.
- 173 “Gli scomparsi”. *Fanfulla*, 17 e 18/7/1917, p. 4.
- 174 Informações obtidas em Claudio Batalha. *Dicionário do movimento operário. Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 159, Edgar Rodrigues. *Os companheiros*. Florianópolis: Editora Insular, 1997 e NASCIMENTO, R. H. Z. *Florentino de Carvalho – pensamento social de um anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.
175. Valadão, Marina Tannús. *Militância libertária feminina sob as lentes da história impressa*. Monografia de Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação da Prof^ª. Dr.^a Christina da Silva Roquette Lopreato, 2006

Referências bibliográficas

APESP. *Memória Urbana. A grande São Paulo até 1940. V. 2*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

BANDEIRA JR., Antônio Francisco. *A indústria no Estado de São Paulo em 1901*. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1901.

BATALHA, Claudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BATALHA, Claudio. *Dicionário do movimento operário. Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

BIONDI, Luigi. *La stampa anarchica italiana in Brasile: 1904-1915*. Tesi di Laurea, Università degli Studi di Roma “La Sapienza”, 1995.

BIONDI, Luigi. “Na Construção de uma Biografia Anarquista: os Últimos Anos de Gigi Damiani no Brasil”. In: Filho, Daniel Aarão Reis (org.) *História do Anarquismo no Brasil* (Vol. 1). Niteroi; Rio de Janeiro : EdUFF; Mauad, 2006, p. 251-278.

BIONDI, Luigi. *Classe e nação. Trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BIONDI, Luigi. “Greve geral de 1917 em São Paulo”, In: Abreu, Alzira Alves de (Coord. Geral). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

BIONDI, Luigi. “Damiani, Gigi”, In: Abreu, Alzira Alves de (Coord. Geral). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

BIONDI, Luigi e TOLEDO, Edilene. L’anarchismo nell’America del Sud e la sua storia in Argentina e in Brasile. In: POGGIO, Pier Paolo, *L’altro Novecento. Comunismo eretico e pensiero critico, vol. IV. Rivoluzione e sviluppo in America Latina*. Milano: Jaca Book, 2016, pp. 167-196.

BIONDI, Luigi e TOLEDO, Edilene. Constructing Syndicalism and Anarchism Globally: the transnational making of the syndicalist movement in São Paulo, Brazil, 1895-1935. In: Steven Hirsch; Lucien van der Walt (eds.) Benedict Anderson (forward). *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940*. Boston, Leiden: Brill, 2014, p. 363-393.

BONFÁ, Rogério Luís Giampietro. *Com lei ou sem lei: as expulsões de estrangeiros e o conflito entre o executivo e o judiciário na Primeira República*. Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, 2008.

CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário, movimento operário nos anos de 1917 a 1921*. Campinas: Pontes, 1988.

CARCANO, Giacomo. *Cronaca di una rivolta, i fatti torinesi del 1917*. Torino: s.ed., 1917.

CHAVES, Marcelo Antonio. *A trajetória do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo e a mediação das relações de trabalho (1911-37)*. Tese de Doutorado em História, IFCH/UNICAMP, 2009.

DAMIANI, Luigi. *I paesi nei quali non si deve emigrare, la questione sociale nel Brasile*. Milano: Edizioni di Umanità Nova, 1920.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo: 1880-1945*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1971, .

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social, 1890-1920*. Rio de Janeiro, São Paulo: Difel, 1978.

FRACCARO, Glauca Cristina Candian. *Os direitos das mulheres, organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro, 1917-37*. Tese de Doutorado em História, IFCH/UNICAMP, 2016.

HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.) *A classe operária no Brasil. Documentos (1889-1930), vol. I: O movimento operário*. São Paulo: Alfa-ômega, 1979.

HALL, Michael. Imigrantes na cidade de São Paulo. In: PORTA, Paula (Org.). *História da cidade de São Paulo*, vol. 3, São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 121-151.

HALL, Michael M. *O movimento operário na cidade de São Paulo, 1890-1954*. In: Paula Porta. (Org.). *História da cidade de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, v. 3, p. 258-289.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos. O breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, .

JOMINI, Regina. *Uma educação para a solidariedade*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1991.

JULLIARD, Jacques. *Autonomie ouvrière: études sur le syndicalisme d'action directe*. Paris: Gallimard, 1988.

KHOURY, Yara Aun. *As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1981.

KHOURY, Yara Aun. Edgard Leuenroth, anarquismo e as esquerdas no Brasil. In: FERREIRA, Jorge, REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil. A formação das tradições 1889-1945*. vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 113-130.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: Problemas teóricos do Restauro*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

LOPREATO, Christina Roquette. *O Espírito da Revolta. A greve geral anarquista de 1917*. Tese de Doutorado em História, IFCH/UNICAMP, 1996.

_____. *O Espírito da Revolta. A greve geral Anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.

LUIZETTO, Flávio. *Presença do anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional 1900-1920*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 1984.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MENDES, Samanta. *As mulheres anarquistas na cidade de São Paulo, 1889-1930*. Dissertação de Mestrado em História, UNESP/Franca, 2010.

MONTEIRO, Oscar. *Almanak historico-litterario do Estado de São Paulo para o anno de 1896*. São Paulo, s.d., pp. 265-266.

OLIVEIRA, Lucas Goulart. *Coerção e consenso*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, FFLCH/USP, 2015.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. O proletariado industrial na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.) *História geral da civilização brasileira, t. III, v. 2*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978, p. 135-178.

PRADO, Antonio Arnoni (org.). *Libertários no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.

ROLNIK, Raquel; FRÚGOLI Jr., Heitor. “Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a Zona Leste como território de rupturas e permanências”. *Cadernos Metrópole*, n. 6, 2º. Semestre de 2001.

ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume, 2002.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Os partidos socialistas na nascente República*, in Jorge Ferreira, Daniel Aarão Reis filho (orgs.) *Formação das Tradições. Esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p 131-183.

SILVEIRA, Eujacio Roberto. *São Paulo, 1917-1921. Aprendendo a ser patrão: o fazer-se da fração industrial da burguesia paulista*. Dissertação de mestrado em História, FFLCH/USP, 2016. p. 233

STRIKES, *Social Conflict and the FirstWorldWar: an international perspective*. Milano: Fondazione Feltrinelli, 1991.

TEIXEIRA, Palmira Petratti. Fábricas: empresários e operários italianos em São Paulo. A greve de 1917 e o Cotonifício Crespi. In: MATOS, Maria Izilda et al.

(orgs.). *Italianos no Brasil: partidas, chegadas, heranças*. Rio de Janeiro: Labimi/UERJ, 2013, pp. 47-57.

TOLEDO, Edilene. *O amigo do povo: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo no início do século XX*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História, IFCH, UNICAMP, Campinas, 1992.

TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico*. São Paulo: Nobel, 1988.

VALADÃO, Marina Tannús. *Militância libertária feminina sob as lentes da história impressa*. Monografia de Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação da Prof^a. Dr.^a Christina da Silva Roquette Lopreato, 2006

VERONA, António Folquito. *O mundo é a nossa pátria: a trajetória dos imigrantes operários têxteis de Schio que fizeram de São Paulo e do bairro do Brás sua temporária morada, de 1891 a 1895*. Tese de Doutorado em História, FFLCH/USP, 1999.

VAN DER LINDEN, Marcel e THORPE, Wayne. *Essor e déclin du syndicalisme révolutionnaire. Le Mouvement Social*, n. 159, avril-juin, 1992. P. 3-38.

VEZZOSI, Elisabetta. *Il socialismo indifferente, immigrati italiani e Socialist Party negli Stati Uniti del primo Novecento*. Roma: Edizioni Lavoro, 1991.

WOLFE, Joel. “Anarchist Ideology, Worker Practice, the 1917 General Strike and the Formation of São Paulo’s Working Class”, *Hispanic American Historical Review*, v. 71, n. 4, nov. 1991, pp. 809-846; John D. French, “Practice and Ideology: a cautionary note on the historian’s craft”, *ibidem*, pp. 847-855; Joel Wolfe, “Response to John French”, *ibidem*, pp. 856-858.

Fontes:

ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (ANRJ). Ministério da Justiça e Negócios do Interior, Processos de Expulsão, IJJ7.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (APESP). DOPS, Prontuários.

ARCHIVIO CENTRALE DELLO STATO. Roma, Itália. Casellario Politico Centrale.

Jornais:

A Plebe

A Voz do Trabalhador (Rio de Janeiro)

Avanti!

Fanfulla

Guerra Sociale

La Lotta Proletaria

La Propaganda Libertaria

O Combate

O Estado de S. Paulo

Glossário

Açambarcadores – adquirir, tomar para si, monopolizar.

A posteriori – posteriormente ao fato ocorrido.

Candente – incandescente, em brasas.

Carestia – escassez de alimentos, preços elevados, acima do valor real.

Cerne – fundamental, central, principal.

Eclodir – surgir, abrir, desabrochar.

Estanque – vedado, nada entra e nada sai.

Exortar – convencer, induzir, persuadir.

Imbricadas – sobrepostas (coisas, ideias etc.)

Movimento paredista – o mesmo que movimento grevista, com o diferencial de que não há identificação de líder ou líderes.

Oficina – local onde se fabricam ou se consertam máquinas, automóveis etc.

Patrícios – pessoas naturais da mesma pátria ou localidade, compatriotas, conterrâneos.

Plasmar – formar, modelar.

Prescindir – deixar de contar com; dispensar.

Subscrição – compromisso de contribuir com certa quantia.

Tugúrio – abrigo.

História do povo brasileiro

Volumes já lançados:

Brasil — Mito fundador e sociedade autoritária
Marilena Chaui

Soldados da borracha — Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas
Maria Verônica Secreto

A luta armada contra a ditadura militar — a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana
Jean Rodrigues Sales

Do teatro militante à música engajada — A experiência do CPC da UNE (1958-1964)
Miliandre Garcia

O império do Belo Monte — Vida e morte de Canudos
Walnice Nogueira Galvão

Relações internacionais do Brasil — de Vargas a Lula
Paulo Fagundes Vizentini

Uma história do feminismo no Brasil
Céli Pinto

Diretas já — O grito preso na garganta
Alberto Tosi Rodrigues

O elo perdido — Classe e identidade de classe na Bahia
Francisco de Oliveira

As barricadas da saúde — Vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República
Leonardo Pereira

Anarquismo e sindicalismo revolucionário — Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República
Edilene Toledo

Cinema brasileiro — Das origens à Retomada
Sidney Ferreira Leite

Afogados em leis — A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros
John French

Cenas da abolição — Escravos e senhores no Parlamento e na Justiça
Joseli Nunes Mendonça

A síncope das idéias — A questão da tradição na música popular brasileira
Marcos Napolitano

Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920 — militantes e organizadores
Claudio H. de M. Batalha

Ao som do samba — Uma leitura do carnaval carioca
Walnice Nogueira Galvão

Na trilha do arco-íris — Do movimento homossexual ao LGBT
Júlio Assis Simões
Regina Facchini

Perseu

HISTÓRIA, MEMÓRIA E POLÍTICA

Revista do Centro Sérgio Buarque de Almeida da Fundação Perseu Abramo

Nº 16, Ano 7, dezembro 2003

DOSSIÊ

ORGANIZAÇÕES DOS
TRABALHADORES:
DAS SOCIEDADES DE RESISTÊNCIA
AO SINDICALISMO CONTEMPORÂNEO

Perseu

HISTÓRIA, MEMÓRIA E POLÍTICA

Revista do Centro Sérgio Buarque de Almeida da Fundação Perseu Abramo

Nº 15, Ano 7, junho 2004

DOSSIÊ

MÍDIA, OPINIÃO PÚBLICA E POLÍTICA

Perseu

HISTÓRIA, MEMÓRIA E POLÍTICA

Revista do Centro Sérgio Buarque de Almeida da Fundação Perseu Abramo

Nº 17, Ano 8, dezembro 2004

DOSSIÊ

AS DIREITAS NO BRASIL

Perseu

HISTÓRIA, MEMÓRIA E POLÍTICA

Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo

117 | 2. Ano 14, novembro 2017

DOSSIÊ

LUTA POR DIREITOS

Perseu

HISTÓRIA, MEMÓRIA E POLÍTICA

Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo

117 | 14. Ano 15, setembro 2017

DOSSIÊ

REVOLUÇÃO E CULTURA

Perseu

HISTÓRIA, MEMÓRIA E POLÍTICA

Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo

117 | 2. Ano 11, junho 2016

DOSSIÊ

HISTÓRIA, POLÍTICA E JUSTIÇA

Uma revolta urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo foi impresso na cidade de São Paulo em junho de 2018 pela gráfica Graphium para a Editora Fundação Perseu Abramo com tiragem de 500 exemplares. O texto foi composto em Perpetua no corpo 12,5/15. A capa foi impressa em Supremo 250g; o miolo foi impresso em papel Avena 80g.

Neste livro, os autores demonstram particular preocupação em fornecer elementos ao leitor para melhor compreensão do significado da greve geral de 1917 em São Paulo, situando o episódio na conjuntura particular daquele momento de ebulição global de fins da Primeira Guerra Mundial, de greves estourando em várias partes do mundo, de processos revolucionários em curso como na Rússia, mas também ao situar o episódio nos processos de mais longa duração em virtude das características da formação da classe operária paulista, das formas de organização por ela adotadas e das correntes ideológicas que a dividiam.

A coleção *História do povo brasileiro* busca oferecer uma visão abrangente e alternativa da história brasileira, combinando rigor historiográfico com linguagem acessível e publicando obras de autores de reconhecida competência nos temas selecionados para cada volume.

